

Universidade Federal de São Carlos

Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH

Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade - PPGCTS

CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO

**A UNIDADE MULTIDISCIPLINAR DE MEMÓRIA E ARQUIVO HISTÓRICO DA
UFSCar (UMMA): DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO,
PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

São Carlos / 2022

**A UNIDADE MULTIDISCIPLINAR DE MEMÓRIA E ARQUIVO HISTÓRICO DA
UFSCar (UMMA): DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO,
PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

Tese apresentada por Claudia de Moraes Barros Ramalho ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de pesquisa: Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa

Ramalho, Claudia de Moraes Barros

A Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA): diretrizes para uma política de recuperação, preservação e salvaguarda da memória institucional / Claudia de Moraes Barros Ramalho -- 2022.
149f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Luzia Sigoli Fernandes Costa
Banca Examinadora: Ana Maria de Almeida Camargo, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Rita de Cássia Lana, Luciana de Souza Gracioso
Bibliografia

1. Memória institucional . 2. Políticas de memória. 3. Patrimônio. I. Ramalho, Claudia de Moraes Barros. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Claudia de Moraes Barros Ramalho, realizada em 14/12/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo (USP)

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (UFPB)

Profa. Dra. Rita de Cássia Lana (UFSCar)

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

RESUMO

O tema memória, como objeto de pesquisa ou de atuação das diferentes áreas disciplinares, se apresenta desafiador à medida em que exige não só a curiosidade e a busca de conhecimento, mas qualificação profissional e, sobretudo, determinação e paixão. Para esta pesquisa, a UFSCar é o lócus em que se situa a implantação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) e esta é o mote inspirador para se refletir sobre a diversidade das fontes históricas institucionais, seus entrelaçamentos, enredamento e complementariedades, instigando o pensamento para a compreensão de tudo isto que se reflete em uma política de preservação e salvaguarda da memória institucional. O objetivo principal desta pesquisa é apresentar uma proposta de organização das coleções de memória da Universidade por níveis de descrição e agrupamento em categorias temáticas e com isso promover o resgate, a preservação e a salvaguarda da memória institucional. Assim, o resultado desse estudo viria a compor a política de memória na UFSCar. Para o alcance dos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como sendo exploratória, descritiva e explicativa de natureza qualitativa. A criação de um espaço de memória no âmbito do Repositório Institucional é uma importante iniciativa para a salvaguarda das coleções de memória da UFSCar. Além dos dados empíricos coletados, que permitiram um levantamento das coleções de documentos relativos à história da UFSCar, esta pesquisa teve, ainda, como base um levantamento bibliográfico e documental para a elaboração de análises visando reunir elementos para uma proposta de política de memória por meio da categorização e tipologia de fontes de informação que compõem as coleções históricas e permanentes da Universidade a partir de categorias temáticas, que pudessem abranger toda a memória institucional. Implantar uma política de memória na UFSCar é imprescindível para preservar a memória da Instituição, salvaguardá-la e principalmente fortalecer sua identidade. A recuperação da memória institucional pelos servidores é igualmente importante para a comunidade e como forma de valorização de todos os anos de dedicação daqueles que contribuíram para a construção da Universidade Federal de São Carlos.

Palavras-chave: Memória Institucional. Preservação. Salvaguarda da Memória. Patrimônio. Políticas de memória.

ABSTRACT

The theme of memory, as an object of research or action in the different disciplinary areas, is challenging as it requires not only curiosity and the search for knowledge, but professional qualification and, above all, determination and passion. For this research, UFSCar is the locus where the implementation of the Multidisciplinary Unit of Memory and Historical Archive (UMMA) is located and this is the inspiring motto to reflect on the diversity of institutional historical sources, their intertwining, entanglement and complementarities, instigating thought to understand all of this, which is reflected in a policy of preserving and safeguarding institutional memory. The main objective of this research is to present a proposal for organizing the University's memory collections by levels of description and grouping into thematic categories and thereby promoting the rescue, preservation and safeguarding of institutional memory. Thus, the result of this study would compose the memory policy at UFSCar. In order to reach the objectives, this research is characterized as being exploratory, descriptive and explanatory of a qualitative nature. The creation of a memory space within the scope of the Institutional Repository is an important initiative for safeguarding UFSCar's memory collections. In addition to the empirical data collected, which allowed a survey of the collections of documents related to the history of UFSCar, this research was also based on a bibliographic and documental survey for the elaboration of analyzes aimed at gathering elements for a proposal for a memory policy through the categorization and typology of information sources that make up the University's historical collections based on thematic categories that could encompass the entire institutional memory. Implementing a memory policy at UFSCar is essential to preserve the institution's memory, safeguard it and, above all, strengthen its identity. The rescue of institutional memory by the servers is equally important for the community and as a way of appreciating all the years of dedication of those who contributed to the construction of the Federal University of São Carlos.

Keywords: Institutional Memory. Rescue and preservation Safeguard Memory. Patrimony. Memory Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Jornal O Estado de São Paulo com matéria sobre a criação da UFSCar	46
Figura 2 – Memória institucional da UFSCar classificada por categorias	53
Figura 3 – Acervo arqueológico da UFSCar exposto no Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino (a).....	56
Figura 4 – Acervo arqueológico da UFSCar exposto no Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino (b).....	57
Figura 5 – Fotografia da sala central das Coleções Especiais (Biblioteca Florestan Fernandes)	66
Figura 6 – Logomarca criada pela UNESCO para o Fundo Florestan Fernandes	68
Figura 7 – Cartão postal do presidente Lula para Florestan Fernandes com arte do cartunista Henfil	69
Figura 8 – Momento da assinatura de doação da Fazenda Trancham para a construção da UFSCar	70
Figura 9 – Objetos do Fundo Florestan Fernandes	77
Figura 10 – Espaço de Memória Campus Araras	77
Figura 11 – Vista aérea da área da Fazenda Trancham.....	82
Figura 12 – Vista do antigo lago localizado na área sul do campus.....	83
Figura 13 – Foto da construção do prédio da Biblioteca Comunitária.....	86
Figura 14 – Antiga agência do banco do Brasil dentro do campus São Carlos.	87
Figura 15 – Foto da antiga sede da Fazenda onde funcionou a administração da UFSCar	87
Figura 16 – Delineamento metodológico da pesquisa.....	91
Figura 17 – Cartaz da campanha “Doe um minuto do seu tempo”	93
Figura 18 – Formulário de levantamento da memória institucional por meio das coleções históricas dispersas pela Universidade.....	93
Figura 19 – Número de atividades de extensão submetidas no ProExWeb ao realizar a busca tendo como palavra-chave “memória” no título.....	98
Figura 20 – Relação semântica entre as categorias de memória.....	102
Figura 21 – Esboço do organograma da UMMA.....	104

Figura 22 – Fontes da memória e coleções documentais da UFSCar	106
Quadro 1 – Estrutura do arranjo do Fundo Florestan Fernandes.....	69
Quadro 2 – Conceitos de paisagem por diferentes áreas do conhecimento.....	79
Quadro 3 – Política proposta para a UMMA e respectivos comentários.....	107

LISTA DE SIGLAS

B-Ar	Biblioteca Campus de Araras
B-Co	Biblioteca Comunitária da UFSCar
B-LS	Biblioteca Campus de Lagoa do Sino
B-Sor	Biblioteca Campus de Sorocaba
C&T	Ciência e Tecnologia
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CMAC	Centro de Memória, Arquivo e Cultura
ConsUni	Conselho Universitário
CPADoc	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
DCI	Departamento de Ciência da Informação
EDF	Escritório de Desenvolvimento Físico
GT-UMMA	Grupo de Trabalho da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
ProACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
ProAd	Pró-Reitoria de Administração
ProEx	Pró-Reitoria de Extensão
ProGPe	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
ProGrad	Pró-Reitoria de Graduação
ProPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
ProPq	Pró-Reitoria de Pesquisa
RI	Repositório Institucional
SGAS	Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

SIBi	Sistema Integrado de Bibliotecas
SPDI	Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEIM	Unidade Especial de Informação e Memória
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UMMA	Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VHS	Vídeo Home System

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa	20
1.2 Objetivos	25
2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL COMO CONSTITUINTE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	27
2.1 O papel do IPHAN no patrimônio histórico cultural	31
2.2 A memória coletiva como elemento de recuperação da memória institucional	34
2.2.1 Memória e identidade	40
3 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, NOS SEUS 50 ANOS	44
3.1 A comunidade da UFSCar: agentes de construção, recuperação e preservação da sua memória institucional	44
3.2 A política como sustentação da memória institucional	51
3.2.1 Patrimônio Histórico e Arqueológico, Local e Regional	53
3.2.2 Memória Audiovisual	57
3.2.3 Coleção Bibliográfica Especial	62
3.2.4 Memória Arquivística	66
3.2.5 Memória Iconográfica	70
3.2.6 Memória Fotográfica	72
3.2.7 Memória Museológica	74
3.2.8 Memória da Paisagem	78
3.2.9 Memória Arquitetônica	83
3.2.10 Patrimônio Artístico e Cultural (imaterial)	87
4 METODOLOGIA	90
4.1 Interoperabilidade semântica	101
5 RESULTADOS DAS ANÁLISES E REFLEXÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA DA UFSCAR	102
5.1 Análises e reflexões sobre os dados empíricos	105
5.2 Análises e reflexões sobre aspectos conceituais e institucionais	106
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117
ANEXO A – Política integrada de informação, comunicação e memória	129
ANEXO B – Proposta de criação da UMMA	134
ANEXO C – Parecer de aprovação do Comitê de Ética	145

Considerações iniciais

Antes de adentrar no mérito da pesquisa que se tornou nos últimos anos um projeto de vida e de sonho gostaria de relatar um pouco sobre os caminhos que me trouxeram até aqui. Minha mente trabalhou de forma bem aberta e sincera nesta produção que retrata praticamente os principais acontecimentos dessa trajetória tão importante na vida de todos aqueles que escolhem a vida acadêmica.

Em 2002 me formei no ensino médio. Entrar numa universidade pública era um grande desafio pois vinda de escola pública, ao chegar no cursinho, percebi que o fosso entre um sistema de ensino e outro era imenso. Naquele ano não passei no vestibular e no ano seguinte comecei novamente a fazer cursinho, desta vez, com mais empenho. Nesta época eu me interessava pelos cursos da área de humanas e tinha muita dificuldade com os cursos de exatas. Assim, procurei por cursos na área de humanas, mas, cursos em que o foco da profissão não fosse dar aula, pois nunca me vi com vocação para isso (o que mudou anos depois).

Dentro do meu universo de “possíveis” (aliás, a leitura acerca do capital simbólico de Bourdieu esclareceu muitas coisas quando penso nas minhas escolhas de possíveis) estavam os cursos de Biblioteconomia e o curso de Secretariado Executivo Bilíngue. Prestei o vestibular pela segunda vez em ambos os cursos em São Carlos e em São Paulo. Novamente não passei em nenhum. Resolvi que iria fazer o curso de Secretariado na minha cidade, numa faculdade particular, uma faculdade de “beira de estrada” literalmente, pois ficava mesmo na beira da estrada e que, infelizmente, veio a fechar anos depois.

Logo no primeiro dia de aula lembro de ter pensado: “Esse não é o meu lugar... isso está errado. Não é isso que eu quero para mim. Tem que haver mais”. Foi aí que me lembrei do namorado de uma amiga que havia conseguido transferência de uma faculdade particular para a UFSCar. Graças a Deus aquela informação ficou na minha memória e assim logo ao final desse primeiro ano consegui a tão sonhada transferência interinstitucional.

Cheguei à UFSCar em 2005, no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e iniciei um estágio na Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, uma experiência extremamente enriquecedora, que me possibilitou compreender o funcionamento da Universidade como um todo e isso abriu minha mente.

No decorrer da graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, um período muito especial na minha vida em que tive a oportunidade de aprender muito e conhecer pessoas maravilhosas, realizei meu estágio curricular na Biblioteca Comunitária da UFSCar e foi ali que identifiquei que poderia desenvolver minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso a partir de uma demanda da própria unidade. Assim, naquele momento meu trabalho foi inventariar, classificar e catalogar os objetos tridimensionais do Fundo Florestan Fernandes que comumente chamamos de “museu Florestan Fernandes” apenas informalmente, pois não se configura oficialmente como um museu de fato. Esse interesse por museus e afins começou com este trabalho e cresceu no momento da minha entrada no doutorado.

Em 2006, enquanto ainda era estagiária, prestei um concurso na UFSCar para assistente administrativa. Estudei o máximo que pude no pouco tempo que tinha (trabalhava o dia todo e estudava à noite). Fui aprovada, mas comecei a trabalhar em 2008, quando fui convocada.

Nesta época resolvi participar de um concurso de crônicas da Fundação Pró-Memória sobre a cidade de São Carlos. Foi nesse momento que eu percebi que gostava de ler e escrever sobre coisas antigas... histórias passadas e redescobrir coisas sobre a minha cidade que eu nem imaginava. Por conta da pesquisa sobre a cidade de São Carlos, para escrever as crônicas, me aproximei do Sr. Nicola Gonçalves, um “senhorzinho” muito amável, autodidata e escritor de diversos livros sobre a história de São Carlos. Ele me contava boas histórias, dentre muitas, sobre a época em que funcionavam os bondes na cidade. Tomei gosto por aquilo, mas ficou adormecido.

Em 2009 fiz uma disciplina no Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) como aluna especial e passei o ano todo me preparando para prestar o exame no final do segundo semestre. Fui aprovada e fiz o mestrado na área de bibliometria sob o título de “A produção científica em sustentabilidade e a contribuição da Ciência dos Materiais”. Neste período pude fazer parte de um grupo de pesquisa no Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais (NIT/Materiais) o que fez toda a diferença ao longo do curso. Foi uma época de muito aprendizado, de bons relacionamentos e boas redes, que inesperadamente influenciaram minha vida até hoje. Por conta do meu projeto “desenterrei” vários assuntos que na graduação não compreendia com clareza e precisei aprofundar e compreender de fato no mestrado. Hoje percebo que esta pesquisa me preparou para

muitas coisas que viriam a seguir, anos depois, pois aprendi a desenvolver termos de busca mais precisos, a utilizar melhor as bases de dados a meu favor e também a lidar com ferramentas bibliométricas para análises com grandes volumes de dados.

Após o mestrado foram três tentativas de entrada no doutorado o que se concretizou em 2018. Em meio a essas tentativas vieram minhas duas filhas, que são meu tesouro mais precioso, a doença da minha mãe (Parkinson), um divórcio, muitos desafios e gratidão por não ter entrado no doutorado nas duas primeiras vezes, pois penso que não teria conseguido concluí-lo ou não teria feito o que de fato eu queria fazer que é pesquisar e trabalhar com o tema memória.

Viabilizar, dar vida a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA) foi e tem sido um grande desafio na minha vida. Um sonho que começou pela Luzia Sigoli (com apoio de um coletivo, do qual fiz parte), hoje, minha orientadora, amiga, confidente e companheira de luta, e que se tornou um projeto de vida para mim dentro e fora da Universidade e com certeza para ela também.

Eu não poderia ter escolhido outro tema que não fosse relacionado a memória dessa minha "casa", onde estou desde os 19 anos. A minha parte favorita nesse processo é a de ouvir os colegas. A história oral me fascina e ler os manuscritos das primeiras reuniões do Conselho de Curadores da Universidade também, pois é como acender uma lâmpada e de repente muitas coisas fazem sentido quando entendemos de onde viemos ou onde tudo começou. É como se eu encontrasse novos cômodos nessa minha casa... é como se o mundo abrisse novamente. É um despertar. São muitas histórias ao longo desses 50 anos e que, infelizmente, muito se perde e se enterra com as pessoas que deixam a Universidade, seja por se aposentar, se desligar/exonerar ou por falecimento.

Lendo as inúmeras bibliografias sobre memória na composição dessa tese, muito do que encontrei aborda a relação de memória e identidade. De fato, sem memória não temos nossa identidade. Nós somos nossas experiências, nossas vivências, e toda a nossa construção do hoje se deve à construção do ontem. A cada conversa, a cada descoberta, é como se de fato recuperássemos nossa própria história. É lindo conversar com essas pessoas que construíram e constroem a UFSCar todos os dias, especialmente os mais antigos.

Ao entrevistar o senhor Airton Santos Soares, que morou na UFSCar quando ainda era fazenda e trabalhava na plantação de tomates e logo em 1973 ingressou como servidor, a primeira coisa que ele disse foi: a Universidade me deu tudo. Em

seguida ele chorou um pouco, paramos a gravação, bebemos água (eu também precisei dar um tempo para as emoções) e continuamos com vários intervalos como este.

Sim, a Universidade também me deu tudo. Mas você tem que querer... tem que querer muito e agarrar com força todas as oportunidades que surgem. Houve um momento, no início disso tudo, que me perguntei se as pessoas dariam importância para este estudo. Se enxergam como eu enxergo. Tive a confirmação desse sentimento, ao entrar na casa do professor Sérgio Mascarenhas, um dos idealizadores da UFSCar, que eu tive a honra e a felicidade de entrevistar. Quando passamos embaixo de uma árvore, lindamente florida, e ele muito amável como sempre disse que ela havia florido para nos receber. Quando indagou sobre a pesquisa e eu lhe contei, ele disse tudo o que eu precisava ouvir e vindo dele isso cresceu dentro de mim: “minha filha, que coisa linda isso que você está fazendo. Você percebe a importância do seu trabalho? Que bom que alguém olhou para isso”. Foi um encontro muito feliz, como pode ser percebido pela foto que registra aquele momento, na manhã do dia 14 de junho de 2022.

Bastidores da entrevista com Sérgio Mascarenhas



Fonte: Jornalista Sônia Inês Vendrame

Saí de lá com o coração quente e sentindo que estava no caminho certo. No entanto, os desafios não terminam nesse estudo, pelo contrário, estão só começando.

Que não nos falte coragem e determinação para continuar mesmo com todas as dificuldades. As nossas memórias são tudo o que nós temos. Cada um de nós, aqui dentro da Universidade, importa muito. Esta pesquisa é, também, para que não nos esqueçamos disso. É para que cada um de nós, que à sua maneira, tijolinho por tijolinho, constrói esse lugar maravilhoso de ensino, pesquisa, extensão, de diversidade, de empatia, de respeito ao próximo e também das ricas relações pessoais que tecemos e que levaremos por toda a vida. Esse trabalho é um viva à UFSCar e à valorização da preservação da memória de todas as universidades públicas deste país. ¹

¹ Este estudo começou em 2018 e na metade do doutorado houve a pandemia.

AGRADECIMENTOS

A Deus sempre e em primeiro lugar que me sustentou e me sustenta em todos os momentos da minha vida. Deus é bom o tempo todo.

À Luzia Sigoli Fernandes Costa que foi mais do que minha orientadora. Que bom que não faltou coragem! Coragem pra seguir com o que a gente acredita. Obrigada por me dar uma chance e me incluir no seu sonho. Eu devo tudo a você.

À minha mãe, Irene Olímpio de Moraes Barros, por ter sido a melhor mãe que consegui ser.

Às minhas meninas Cecília e Olívia. Eu vivo por vocês... é tudo para vocês e por vocês.

Ao pai das minhas filhas, Jayme Alves de Oliveira Neto, pois sem sua ajuda isso não seria possível. Obrigada por ser um pai maravilhoso para as meninas. Te desejo toda a felicidade do mundo.

À Lilica minha companheira de muitos dias e noites. A mais dócil, meiga, carinhosa e amorosa de todos os cachorros do mundo. Chico Xavier dizia que os cães são gotas do amor de Deus na Terra. Você foi um oceano inteiro para mim. Você foi o amor das nossas vidas por 18 anos. Só enquanto eu respirar vou lembrar de você.

À minha amiga/irmã Camila Sene que nunca me deixou ir sem lutar. Que esteve e está comigo faça chuva ou faça sol. Obrigada por não ter desistido de mim. Eu sou com você.

À Rafaela dos Santos Dândalo que eu não sei nem por onde começar. Obrigada pela vida maravilhosa que você me mostrou. Obrigada por tudo... obrigada por tanto. A sua amizade é um tesouro para mim. Eu desisti de você uma vez, mas você nunca desistiu de mim. Obrigada por me resgatar, obrigada por estar na minha vida, obrigada por tudo o que passamos juntas. Eu nunca vou esquecer.

À Camila Cassiavilani, amiga que me apoiou em todos os momentos, que acredita em mim e que tem sido uma companheira de trabalho e de vida incrível. As pessoas podem ter função de anjo na nossa vida e acredito que esse tem sido nosso papel na vida uma da outra. Gratidão eterna.

À Priscila Velloso. Você é mais que uma amiga. Como é bom compartilhar a vida com você. Obrigada por todas as vezes que você me puxou de volta para a Terra e também pelas vezes em que “viajou” comigo nesses universos paralelos que sonhamos. Obrigada por tanto todos os dias. Obrigada por me cuidar.

À Lívia de Lima Reis pela amizade, por ser companheira e por deixar a música entrar na nossa vida, isso sem dúvida fez toda a diferença para mim. Com você eu posso ser “só eu”. A essência da vida nós já temos... temos uma à outra.

À Ionia Arruda por cuidar de mim todos esses anos, por ser minha amiga, minha confidente. Uma mulher de fibra que tem por missão de alma elevar a autoestima de outras mulheres e você faz isso como ninguém.

À Juliana Estevão, Priscila Misale, Fernanda Pollini, Ana Munno (Aninha), Ana Paula Manzini de Lara, Denise Voltatódio, Patrícia Villar Martins e Bruna Eugeni. A vida não seria a mesma sem vocês. Cada uma de vocês tem um lugar muito especial no meu coração. Obrigada por serem minhas amigas do peito e torcerem por mim. Eu torço por vocês todos os dias.

À Cris Pranchevicius, Mariana Malta, Greissi Oliveira, Maria Bucher, Natasha Rossetti, Mirela Figueiredo e Fabiana Cia. Obrigada pela amizade, pelo carinho de sempre e torcida. Tenho muita admiração por cada uma de vocês.

À Siomara Prado e Izabel Franco. Obrigada pelo apoio minhas companheiras no dia a dia na reta final. Vocês fazem a diferença na minha vida.

A todos os amigos e amigas da BCo e SIBi, em especial à Vera Lui pela amizade e sempre ricas contribuições e Silvana Maragno que não sei se sabe o tamanho de sua grandeza aqui na Terra, mas eu sei e tenho o privilégio de conviver com você.

Ao Alex por todas as vezes que me socorreu ao longo desses anos afinal de contas sem notebook não haveria tese! À Irene por todos os livros emprestados e principalmente a ambos pela amizade.

A todos os amigos e amigas do doutorado pela união e empatia (o lema é “sofremos juntos e vencemos juntos!”). Que turma maravilhosa. Em especial às amigas Thais Rosa, Jussara Oliveira e novamente Patrícia Villar Martins pela parceria.

À Maria Teresa Miceli Kerbauy que me deu uma oportunidade no início de tudo e me orientou até a qualificação. Marta Rovai pela sua contribuição no meu exame de qualificação e pelas importantes contribuições.

Às professoras Ana Maria de Almeida Camargo, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Rita de Cássia Lana e Luciana de Souza Gracioso por aceitarem fazer parte da banca examinadora desse trabalho trazendo valiosas contribuições.

A todo o GT de implantação da UMMA e colaboradores: Emilene da Ribeira, Renato Locilento, Ariadne Chlöe Furnival, Angélica Maria Penteado Martins Dias, Diego Profitti Moretti, Leandro Innocentini Lopes de Faria, Luciana de Souza Gracioso, Pedro

Dolotic, João Justi, Roniberto Amaral, Fundação Pró Memória, todas as secretárias e estagiárias que passaram pelo PPGCTS, estagiários da UMMA nesse período José Marcos Amorim da Silva Neto, Maria Luiza da Silva Corrêa dos Santos, Lucas Martins Souza e João Lucidio.

Ao Pedro Pimenta e Bruno Brait pelo ótimo trabalho com a produção do documentário para os 50 anos e o profissionalismo, assim como Sônia Inês Vendrame que me acompanhou até Ribeirão Preto para entrevistar Sérgio Mascarenhas, colaborou na produção do documentário e foi uma ótima companhia em um dia muito importante para mim. Ao Matheus Mazini Ramos pelas fotos cedidas para produção do documentário e apoio de sempre.

Ao Sérgio Mascarenhas (In memoriam), Leila Lenk, Maria Clara Ierard, Airton Santos Soares e José Roberto Gonçalves.

Ao “Pantera Cor de Rosa” meu eterno labrador. Fizemos bem um ao outro e eu sempre... sempre vou orar por você.

Às professoras das minhas filhas (Rosa, Jaris, Ana Lúcia, Rosana), à escola Planeta Kids e Colégio Planeta e principalmente à UAC. É um grande alívio encontrar pelo caminho pessoas que cuidam dos nossos filhos com amor e carinho como se fossem seus. Minha gratidão eterna.

Foram muitas Marias ao longo desses anos... Marias, Anas, Fátimas, todas muito especiais. Mas a Maria de Lourdes Araújo é a que me desperta mais admiração. Tenho orgulho de ter te conhecido nessa vida. Obrigada por cuidar do meu lar e por ser minha amiga. Você pode tudo naquele que te fortalece. Obrigada por tudo.

À minha família, especialmente tias, tios, primos e primas que torcem e ficam felizes por minhas conquistas.

Ao Arthur Souza e Catiana Lorandi por me fazerem enxergar um caminho... que a saída é para dentro.

Ao Cristiano dos Santos Neto por ser meu amigo, terapeuta, coaching e tudo mais! Por me mostrar que eu sou águia.

Ao André de Souza, melhor professor de canto do mundo e uma das vozes mais lindas do universo para mim. Meu mestre, tenho orgulho de ser sua aluna. A música me sustentou muitas vezes.

Ao Tadashi Kadomoto por me ensinar o caminho da meditação e me ajudar a sair do estado de sofrimento.

Foram tantas pessoas me ajudando nesse período que eu poderia escrever um livro. As pessoas acima são aquelas mais presentes na *minha memória*. Espero não ter esquecido ninguém, mas se esqueci me perdoem. Ao longo desses anos foram muitos os anjos. Que sorte a minha!

Seja grata.

1 INTRODUÇÃO

O tema memória, como objeto de pesquisa ou de atuação das diferentes áreas disciplinares, se apresenta desafiador à medida em que exige não só a curiosidade e a busca de conhecimento, mas qualificação profissional e, sobretudo, determinação e paixão.

Dada a sua complexidade, o tema memória, mesmo tendo lugar demarcado em algumas áreas disciplinares, encontra uma boa acolhida quando tratado numa perspectiva interdisciplinar, devido as suas características ambíguas, decorrentes de noções interpretativas, da inseparabilidade entre sujeito e objeto em função da noção de pertencimento.

Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, que juntas são capazes de contribuir para o avanço das fronteiras da ciência e da tecnologia, para transferir métodos entre áreas gerando, assim, novos conhecimentos e, com isso, impulsionar o surgimento de novos profissionais, com perfil distinto dos existentes, pela sua formação integradora, com capacidade de compreender e solucionar os problemas das sociedades contemporâneas, cada vez mais complexos².

Sendo assim, foi no Programa de Pós-graduação em Ciência Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), pela sua abrangência e por privilegiar a interdisciplinaridade, que as questões subjacentes a esta pesquisa, que trata da memória institucional, encontram consonância e um bom lugar para se desenvolver. Pois, pode-se entender que o estudo da memória tem como foco as fontes históricas, ou seja, se apoiam nos vestígios – materiais, imateriais, humanos, naturais – produzidos ou formados ao longo do tempo. Essa memória institucional seria o acervo documental capaz de nos remeter a trajetória da Universidade. Muitas vezes, essas fontes apresentam as suas inerentes contradições e controvérsias, uma vez que a memória institucional está intimamente associada aos valores sociais e a cultura formada pela comunidade interna. Dessa forma, a memória institucional é fluida, variante e tem dificuldade em ser prática e objetiva. Está no todo organizacional, a memória é um fenômeno coletivo

2 Documento de área: área 45: Interdisciplinar, 2019). Disponível em: http://www.difusao.dmmdc.ufba.br/sites/difusao.dmmdc.ufba.br/files/documento_de_area_interdisciplinar.pdf Acesso em: 14 nov; 2022.

e se apresenta carregada de intencionalidade atravessada pelas relações de poder, inclusive.

Essa breve explanação do objeto de pesquisa explicita o seu enquadramento na linha dois do PPGCTS, dedicada aos estudos sobre Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável. Entende-se que com o amplo escopo proporcionado pela linha de pesquisa, o corpo docente e discente do Programa encontra um ambiente propício para se beneficiarem da convergência interdisciplinar de saberes, própria do campo CTS, numa perspectiva de entrelaçamento das disciplinas, para a formulação de teorias e métodos na legitimação das práticas interdisciplinares, sendo que temas como memória e patrimônio histórico são evidenciados nas pesquisas desenvolvidas mais recentemente. No entanto, as reflexões que possam contribuir para a construção de uma política que seja capaz de orientar os processos, procedimentos para se empreender ações voltadas para a preservação e a salvaguarda da memória institucional, num escopo que abranja a diversidade de fontes históricas, ainda são bastante incipientes.

Para esta pesquisa, a UFSCar é o lócus em que se situa a implantação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) e esta é o mote inspirador para se refletir sobre a diversidade das fontes históricas institucionais, seus entrelaçamentos, enredamento e complementariedades, instigando o pensamento para a compreensão de tudo isto que se reflete em uma política de preservação e salvaguarda da memória institucional.

As fontes históricas institucionais, se concebidas de maneira ampla, podem abranger todo e qualquer “documento” produzido ao longo do tempo, como textos, objetos (e seus resquícios), imagens, sons, paisagens e manifestações de toda ordem que representem, também, a imaterialidade, fornecendo informações e conhecimentos relativos à instituição.

O conceito de fonte histórica se ampliou, principalmente no século XX, quando outros tipos de fontes, além da escrita, passaram a ser aceitas nos estudos históricos, como se ampliaram e se diversificaram, ainda mais, pela disponibilidade e facilidade de uso de outras tecnologias para registro e armazenamento. Como explicação dessa diversidade, de fontes históricas, matérias-primas para o trabalho historiográfico, cuja salvaguarda e, principalmente, acesso, permitem a compreensão sobre o passado e foram assim conceituadas por Barros (2019, p.1):

As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo que esse sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta — em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural.

As tecnologias são fortes aliadas para a conservação e o acesso aos documentos históricos. A internet permitiu a realização de pesquisa em acervos e coleções de documentos inacessíveis, compartilhamento de informações, o diálogo e, principalmente, propiciou reflexões sobre aspectos da história e de adoção de metodologias de pesquisa.

Não se pode desconsiderar também o papel da memória para uma sociedade sustentável sendo que um dos maiores desafios, ao se tratar de estratégias de desenvolvimento sustentável, reside na maneira apropriada de se medir os resultados alcançados. E, se a ideia de sustentabilidade é expressa pela interdependência entre pessoas e o mundo ao seu redor, incluindo as organizações, as comunidades e os ecossistemas, em um longo período de tempo ou indefinidamente, logo os registros históricos contribuem para essa aferição dos resultados e, ainda, das suas consequências e, portanto, permite apontar o que deve persistir, reafirmar e o que se deve rever, modificar. (HARDI; ZDAN, 1997). Desse modo, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir tanto para a implantação da UMMA, quanto para outras unidades e centros de memória da mesma natureza.

1.1 JUSTIFICATIVA

Torna-se um grande desafio numa sociedade em constante transformação identificar, preservar e proteger o patrimônio histórico em suas diversas formas e peculiaridades e ao mesmo tempo dar visibilidade e potencializar o acesso a esses bens materiais e imateriais. Quando tratamos de acervos históricos, por exemplo, no geral estes apresentam uma característica de protecionismo por parte das instituições que detém sua guarda, mas é fundamental dar ciência à sociedade como um todo da existência desses acervos e coleções e de seu papel na própria formação do ser enquanto indivíduo e do coletivo na formação da identidade da própria sociedade.

Desde uma perspectiva acadêmica a memória tem sido, nas últimas décadas, um objeto de estudo elegido por sociólogos, antropólogos, historiadores, biólogos e até por psicólogos e psiquiatras (VIÑAO, 2011). Vale ressaltar o papel das instituições a que os centros de memória estão vinculados, tal como as dificuldades enfrentadas na implantação desses centros e os desafios que se apresentam ao longo de sua construção e seu desenvolvimento.

Não há um controle ou tão pouco uma cultura institucional pelo centro do que é produzido relativo à memória institucional por assim dizer e muito se produz nas universidades. Muitas vezes os detentores dos documentos ou coleções não se dão conta da importância de seus acervos para a memória institucional e preservação do patrimônio histórico da instituição.

Para Sguissardi (2006) o Brasil tem um atraso de dois a três séculos no quesito criação das universidades em relação aos demais países da América Latina. Assim, ainda que se considerem as primeiras experiências brasileiras – Manaus (1909), São Paulo (1911) e Curitiba (1912) – o atraso é visível, pois estas primeiras, se tratavam de experiências de Seminários, Conventos e Escolas, em geral, estritamente profissionais, que respondiam pragmaticamente ao imediatismo das exigências do poder burocrático e das necessidades das elites detentoras dos poderes econômicos, políticos e culturais. (SGUISSARDI, 2006, p. 276).

A partir de 1975 é possível perceber, sobretudo nas universidades, um movimento de amplitude incomum direcionado para a criação de centros de documentação e pesquisa, memória e referência estando a criação e manutenção desses centros ligadas a diversas áreas do conhecimento (CAMARGO, 2003).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é uma instituição de ensino superior pública e federal, com sede no município de São Carlos, no estado de São Paulo, fundada em 1968, localizada na antiga Fazenda Trancham. Trata-se do primeiro Campus da UFSCar, que teve sua cerimônia de inauguração realizada no dia 13 de março de 1970, com os 100 primeiros alunos dos cursos de Licenciatura em Ciências e bacharelado em Engenharia de Materiais. Os docentes, em sua maioria, desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que se reflete na alta produtividade científica que possui tanto na produção docente como na pós-graduação (SGUISSARDI, 1993). No caso da UFSCar, em todos os seus quatro campi, sua formação se deu em antigas fazendas, que se transformaram em Universidades.

A UFSCar conquistou pelo segundo ano consecutivo a 15ª colocação no ranking das melhores Universidades da América Latina de acordo com o Times Higher Education Latin America University Rankings que avalia critérios de ensino (ambiente de aprendizagem), pesquisa (volume, receita e reputação), citações (influência da pesquisa), receita da indústria (transferência de conhecimento) e internacionalização (docentes, estudantes e pesquisa) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2021).

As motivações para implantação de projetos ligados à memória costumam ter como ponto de início a necessidade de zelar pelos documentos produzidos pelos setores e auxiliar em suas atividades. Pode também corresponder a um momento de redefinição da identidade institucional, de seus produtos, suas marcas, ou ainda datas comemorativas, que geralmente despertam a reunião de fontes retrospectivas (CAMARGO; GOULART, 2015).

A recuperação da memória institucional da Universidade merece atenção dos gestores e de sua comunidade de servidores. Essa necessidade de recuperação de sua história e memória se intensificou com a proximidade da comemoração dos 50 anos de atividade da UFSCar ocorrida em 2020.

A motivação para este estudo começou em 2018, um ano após a criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA) no Conselho Universitário (ConsUni). A consolidação de um Centro de Memória foi almejada por diversos atores dentro da Universidade de forma que este projeto foi alimentado por muitos colaboradores ao longo dos anos.

A UFSCar demonstra o reconhecimento da importância de desenvolver ações que possam fortalecer e consolidar a implementação de uma unidade que contemple temas como cultura, arte e memória, inclusive firmando o seu compromisso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em vigor no período de 2013 a 2017, documento este que norteia as suas ações frente às demandas do Ministério da Educação (MEC) e embasa o sistema de regulação e avaliação institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2017).

Também em 2010 ocorreu o 1º Seminário de Política de Informação e Memória (SPIM). Entre 2010 e 2015 foram realizadas mais duas versões do Seminário de Política de Informação e Memória e uma série de reuniões internas com discussões que envolveram setores acadêmicos e administrativos como a Biblioteca Comunitária da UFSCar (BCo), Departamento de Ciência da Informação (DCI), Pró-Reitoria de

Extensão (ProEx), Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI), Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM), Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) e outras unidades.

Em 2015 a UFSCar propõe um “Plano de Cultura” que incluiu a temática memória como eixo central e, na sequência, foi instituído um GT, junto a Coordenadoria de Cultura da ProEx, com a participação ativa da BCo, DCI, UEIM e com a colaboração de outras unidades. A partir das discussões acumuladas ao longo de mais de 10 anos, esse GT, elaborou um relatório que serviu de base para propor a criação de uma Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA). A proposta de criação da UMMA foi enviada, para a reitoria, para apreciação do Conselho Universitário (ConsUni), em 17 de fevereiro de 2017, e foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

A resolução do ConsUni nº 870, de 17 de fevereiro de 2017, dispõe sobre a criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico na UFSCar, vinculada à Reitoria com o objetivo de identificar o valor histórico, salvaguardar e tornar acessível o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar. Em 2020 após uma reestruturação organizacional a UMMA passou a fazer parte do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e deixou de estar ligada diretamente à reitoria.

Em 2018, com o apoio da SPDI, foi instituído o GT-UMMA para dar andamento às ações para implantação da unidade. Esse GT-UMMA foi composto por representantes de todas as unidades do primeiro nível da gestão superior, como as Pró-Reitorias³, bem como de algumas secretarias gerais⁴, com destaque para a Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI) que serviu de apoio institucional para o funcionamento desse GT. Compuseram o GT, ainda, unidades diretamente relacionadas aos propósitos da UMMA como o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e algumas de suas unidades⁵, bem como a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPADoc) e a Unidade Especial de

3Pró-Reitoria de Administração (ProAd), Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) Pró-Reitoria de Extensão (ProEx), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe), Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) e Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE).

4 Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI) e Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS).

5 Repositório Institucional (RI), Biblioteca de cada Campus (BCo, B-Ar, B-Sor e B-LS)

Informação e Memória (UEIM), sendo esta última vinculada ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). Outras unidades que se fizeram representar no GT, como o Escritório de Desenvolvimento Físico (EDF) e a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) tiveram o papel de dar a devida sustentação às decisões e ações, tanto de divulgação com de prospectar possibilidades de sediar os acervos documentais físicos.

Com o andamento dos trabalhos e surgimento das necessidades de diálogo Intersetorial, outras unidades como o Departamento de Patrimônio, Departamento de Produção Gráfica, Secretaria Geral de Informática, Departamento de Artes e Comunicação, entre outros, também passaram a integrar o GT-UMMA, além da presença permanente de docentes vinculados ao Departamento de Ciência da Informação (DCI).

Todo esse movimento da UFSCar em busca de encontrar caminhos para viabilizar o seu centro de memória se pauta na premissa de que a Universidade não pode se esquivar de sua responsabilidade social em tornar público e ao alcance da sociedade o conhecimento de diferentes naturezas. No caso da UFSCar, pela sua tradição extensionista, esse movimento é bastante significativo em função dos seus princípios de democratização do conhecimento gerado. “A UFSCar se mostra sempre propensa à inovação e ousa investir numa proposta diferenciada como é a UMMA que terá um papel relevante dentro da instituição nos anos seguintes” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2017).

A metodologia empregada envolve a revisão de literatura no que tange aos centros de memória e patrimônio histórico-culturais e sociais, e investiga os principais aspectos envolvidos e a memória institucional.

As atividades-fim de uma universidade pública, o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociada, dão consistência à missão da universidade de produzir e tornar acessível o conhecimento. Nesta conceituação o tornar acessível envolve tanto a formação dos alunos como a interação com os diferentes segmentos da sociedade para o compartilhamento e (re)construção do conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2005). Nesse sentido, a missão da Unidade de Memória da instituição deve estar alinhada à missão da própria instituição ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, a proposta para a Unidade de Memória da UFSCar é que ela se configure em um laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão, tanto para desenvolver ações propostas pela própria Unidade como para

apoiar atividades planejadas juntamente com outros departamentos e ou cursos ofertados pela UFSCar.

Nesse contexto, as seguintes questões de pesquisa se desenham no entorno das indagações: para se construir uma política de memória que atenda às necessidades de funcionamento de uma unidade como a UMMA, com toda a sua complexidade e abrangência, quais critérios precisam ser levados em consideração? E qual a importância de implementar uma política de memória na UFSCar?

Entende-se que neste processo de recuperação da memória institucional faz-se necessário rememorar cenários, aspectos da interação dos sujeitos, equipes, objetos e coleções diversas surgidos e produzidos em momentos ou tempo específicos e espaços determinados da instituição, objeto deste estudo. E mais do que isso, é preciso garantir acesso, uso e a divulgação dos registros de memória institucional. A partir deste entendimento e à luz das questões de pesquisa formuladas foram traçados os objetivos, geral e específicos, que se almeja alcançar com o desenvolvimento da presente pesquisa.

Assim, o conceito de memória institucional adotado neste estudo condiz com a abordagem de Icléia Thiesen Magalhães Costa que considera a memória como elemento fundamental no funcionamento das instituições pois é por meio dela que as mesmas se “reproduzem no seio da sociedade” concentrando informações que interessam ao seu funcionamento. De acordo com a autora a memória institucional é o reflexo da trajetória das instituições que é também uma memória histórica considerando sua criação, conquistas, legados, acontecimentos, entre outros (COSTA, 1997).

Os acervos necessitam não apenas de conservação, mas de organização e gestão compatíveis com sua tipologia, visando proporcionar instrumentos eficientes de consulta e acesso ao público (POSSAMAI, 2020).

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa consiste em reformular a política de memória e respectivas diretrizes de recuperação e preservação da memória institucional da UFSCar a ser fomentada no âmbito da implantação da UMMA; foi o objetivo central deste estudo, cujo alcance se deu com a apresentação dos aspectos ou critérios para

uma proposição da política de memória para a UFSCar, cujos resultados atendem às questões de pesquisa formuladas.

Para operacionalizar o estudo e gerar resultados estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar a memória institucional da UFSCar a partir de suas coleções históricas e permanentes, e na sequência, organizá-las em categorias temáticas, especificando-as por níveis de descrição de forma a considerar todos os aspectos ligados à história da Universidade;
- propor ferramentas que possam auxiliar a continuidade do trabalho de registro da salvaguarda e na preservação de memória institucional;
- reformular a política e respectivas diretrizes de recuperação, preservação e salvaguarda da memória institucional da UFSCar a ser fomentada no âmbito da implantação da UMMA;
- produzir documentários que evidenciem a história da UFSCar dando visibilidade tanto aos acontecimentos quanto às pessoas que ajudaram a construir sua história e suas memórias.

Para melhor apresentar o estágio de desenvolvimento desta pesquisa e seus resultados esta tese está organizada em seções. Além desta introdução que expôs a contextualização do tema, a justificativa, a questão de pesquisa e os objetivos gerais e específicos da pesquisa almejados, apresenta as seções 2 e 3 contendo o referencial teórico em andamento, a seção 4 com a opção metodológica proposta e ainda, as seções 5 e 6 contendo os resultados e as considerações finais.

Para fundamentar o presente estudo foi realizada uma revisão bibliográfica que possibilitou constituir este referencial teórico em temas selecionados como memória institucional, preservação da memória e memória coletiva. Os conceitos, definições e teorias encontrados na literatura, serviram de base para amalgamar as análises sobre o objeto de estudo, memória institucional da UFSCar, representado pela criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico, bem como serviu para instigar sobre os principais elementos constitutivos de uma política de preservação e salvaguarda da memória institucional.

2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL COMO CONSTITUINTE DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Nesta seção o patrimônio histórico cultural é analisado como matéria prima da memória institucional, sem ele a existência daquilo que representa o patrimônio cultural, e não se tem memória.

A palavra patrimônio origina-se do latim *patrimôniu* e, quando usada com um dos sentidos hoje consignados em nossos dicionários, “bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a humanidade, e que, ao se tornar protegido, como por exemplo por tombamento, deve ser preservado para o usufruto de todos os cidadãos”, isto se deve à transformação sofrida pelo vocábulo em diversas línguas, entre os séculos XIX e XX. Esse conceito de patrimônio e sua incorporação à vida cotidiana se articulam a tempos e espaços muito amplos (TURAZZI,2009).

Com o passar dos anos o conceito de patrimônio e suas relações foram ganhando amplitude, sendo discutido no âmbito, não só a partir da Arquitetura e monumentos urbanos, mas do patrimônio indígena, audiovisual, imaterial, cultural, de turismo, de acervos e muitos outros. Com essa expansão do patrimônio em diversas formas, cresce também a preocupação da sociedade com essas questões a partir do momento em que esta vai tendo conhecimento da existência desses espaços e lhes atribuindo sentido e significado.

De acordo com o dicionário da Academia Real Espanhola os conceitos de patrimônio giram em torno de duas ideias básicas: patrimônio é algo valioso que pode ser herdado ou construído; ao mesmo tempo, é algo próprio no sentido de que faz parte daquilo de que se é proprietário. Assim, o patrimônio não é algo estático, invariável, precisamente porque exige consciência ou sentimento de que pertence a nós, que este algo é de alguma forma valioso e que, portanto, precisa ser preservado e protegido (VIÑAO, 2011).

O desconhecimento da importância patrimonial gera atitudes de descaso, negligência e mesmo de depreciação da herança patrimonial, que deixa de ser vista como um aspecto importante no fortalecimento de nossa identidade, de valor único, a ser respeitada e apreciada. Atribuir valor a um bem cultural é, de alguma forma, reconhecer-se nele, identificando-o como lugar de memória individual e coletiva,

passível de estabelecer laços de pertencimento e de relação afetiva com o passado (LUCAS, 2008).

Assim, até mesmo na Constituição de 1988, no seu artigo 216, a compreensão do patrimônio cultural brasileiro aparece como:

“[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, p. 127).

O termo patrimônio histórico cultural diz respeito a tudo aquilo que é produzido, material ou imaterialmente, pela cultura de um povo que, devido à sua importância cultural e científica em geral, deve ser preservado por representar uma riqueza cultural para a sociedade e para a humanidade. A valorização do patrimônio histórico cultural é a valorização da identidade que molda as pessoas. Diante disso, preservar as paisagens, as obras de arte, as festas populares, a culinária e os demais elementos culturais de uma sociedade, é manter a identidade dessa sociedade. (PORFÍRIO, 2021).

A concepção de cultura apresentada por Chauí (2007) colabora no sentido de que a cultura pode ser entendida como uma instituição social, determinada pelas edições materiais e históricas de sua realização. Desse modo, a cultura é intrínseca a cada povo ou comunidade, transformando suas experiências tangíveis e intangíveis a partir do trabalho, o qual ultrapassa e modifica algo existente em algo novo. Assim sendo, cada comunidade, organização/instituição, independentemente de suas condições materiais e históricas, possui uma cultura peculiar.

Desta forma, alguns objetos recebem uma carga sentimental da vida humana e podem se transformar em objetos biográficos, elementos transcendentais da cultura de uma sociedade. É possível observar a transformação oriunda da apropriação

individual de um objeto pela análise de seu uso. Estes passam a ser denominados objetos biográficos por carregarem significados que recordam pessoas ou momentos, contextualizando a história de vida de cada indivíduo, ou seja, sua identidade (BOSI, 2003).

Para Araripe (2004, p. 4) “é necessário lembrar também que existe um patrimônio que se encontra nas práticas cotidianas e é preciso que também seja preservado, isto é, apresentado como tal e com valor social”. Desta forma, as exigências contemporâneas fizeram com que se expandisse a denominação “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural”, levando-se em consideração toda a produção humana como um bem cultural.

Trabalhar com patrimônio cultural material e imaterial não é considerar natureza e cultura como aspectos adversos, mas sim concebidos num contínuo processo de transformação. Os bens imateriais permanecem na memória e têm sentido na identidade coletiva na medida em que mantêm vínculos de identidade (ROVAI, 2013).

Nesse contexto de coletividade, a Teoria Ator Rede (TAR) se configura a partir do estudo de autores como Latour (1988), Callon (1986) e Law (1987) que pensaram com o intuito de retomar a capacidade de elaborar novas visões sobre a constituição do social, descobrindo o que a existência coletiva, ou seja, o que chamam de sociedade, se tornou. A TAR surge como uma ontologia orientada ao objeto, cuja proposta é redefinir a sociologia a partir de uma sociologia das associações. Um dos principais objetivos da TAR é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social. Assim, essa abordagem que teve origem nos estudos de Ciência e Tecnologia tem como propósito o alinhamento do olhar do pesquisador com o objeto de pesquisa (BRAGA; SUAREZ, 2018).

A teoria concebida por Latour (1988) se aplica ao presente estudo, visto que a recuperação e a preservação da memória, são pensados de forma coletiva na construção de uma identidade institucional a partir da valorização de seu patrimônio.

Segundo Cuenca-López *et al.* (2018) se faz necessário ter a ideia que o patrimônio que persiste vivo ainda nos tempos atuais, conseguiu preservar e proteger a identidade e cultura de determinados povos, por meio de princípios da democracia, justiça social e respeito aos direitos humanos. Indo nesse caminho, o patrimônio cultural quando preservado é um meio de mostrar que houve respeito, justiça, e é um direito humano, no qual, as culturas ali são representadas.

As políticas públicas de preservação têm apontado para a ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural e tem criado novos instrumentos de proteção como a própria Constituição Federal Brasileira que prevê o registro de bens culturais de natureza imaterial (PELEGRINI, 2009).

Faz-se necessário um olhar para a valorização dos patrimônios culturais universitários que podem incluir uma recuperação de sua memória arquitetônica, cultural, científica, social, entre outras. Os resultados desta valorização podem ser obtidos por meio dos documentos e também da história oral.

Em todo o mundo, o bem cultural é reconhecido como um lugar ou objeto de memória a ser usufruído pelos cidadãos e tal como de realimentação do sentido de identidade e pertencimento social. Isto acontece porque esses espaços são vistos como “ativos” da sociedade. Investimentos públicos e privados fazem dessas áreas locais de intervenções físicas e financeiras importantes, através do planejamento integrado e coerência na aplicação de investimentos, criando oportunidades significativas para o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação da renda das populações (LUCAS, 2008).

Assim, observamos também a importância da valorização e exploração consciente do patrimônio do turismo, pois a partir da sua preservação propicia-se uma melhora significativa no desenvolvimento do turismo local e, conseqüentemente, da economia regional também.

Resgatar e preservar a memória institucional é também, de alguma forma, fortalecer a memória nacional, no que diz respeito a rememorar a trajetória das universidades federais brasileiras, nesta pesquisa, da UFSCar.

A valorização do patrimônio universitário está intimamente ligada à salvaguarda, recuperação e preservação da memória institucional que se desenha, neste caso, em diversas vertentes como memória arquitetônica, memória da paisagem, memória arquivística, memória museológica, memória audiovisual, entre outras a serem melhor descritas na próxima seção.

A convergência entre informação e memória é o fluxo condutor que transcorre por esses três pilares, a Informação, a Memória e o Patrimônio Cultural, presente em todas as etapas do trabalho investigativo, pois se trata de recuperar informações relevantes que possam elucidar o papel de uma instituição na tentativa de constituir/estabelecer uma memória institucional da mesma (NATIVA; REIS, 2017).

O patrimônio histórico, artístico, natural, tecnológico e científico brasileiro é notoriamente representado em boa parte pelas coleções universitárias. De valor imensurável, as coleções acolhidas pelas instituições de ensino superior são preservadas para pesquisa e ensino e apresentadas de diferentes formas para a realização da extensão universitária (SILVA, 2019).

Além disso, a universidade possui o compromisso legal de salvaguardar o seu patrimônio e garantir sua existência para as gerações futuras, principalmente em situações de crise política, onde a democracia e a própria continuidade da instituição são ameaçadas.

Torna-se um grande desafio numa sociedade em constante transformação identificar, preservar e proteger o patrimônio histórico em suas diversas formas e peculiaridades e ao mesmo tempo dar visibilidade e potencializar o acesso a esses bens materiais e imateriais. Quando tratamos de acervos históricos, por exemplo, no geral estes apresentam uma característica de protecionismo por parte das instituições que detêm sua guarda, mas é fundamental participar junto à sociedade da construção de atividades em meio a esses acervos e coleções e de seu papel na própria formação do ser, enquanto indivíduo, e do coletivo, na formação da identidade da própria sociedade.

O patrimônio histórico cultural exerce um papel fundamental como um pilar na construção da memória institucional das universidades, portanto sua valorização e preservação nessas instituições é de suma importância.

2.1 O PAPEL DO IPHAN NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Pensar em uma política de preservação e salvaguarda da memória institucional, requer revisitar algumas instituições, cuja missão seja de estabelecer parâmetros para a tomada de decisão sobre o que é e por quê preservar. No caso deste estudo, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), dada a abrangência da noção de patrimônio histórico e artístico cabe ser considerado como um órgão de orientação geral para a elaboração de uma política de preservação e salvaguarda da memória institucional.

Na década de 20, influenciados pelo calor das manifestações políticas e pelo centenário da independência que estimulou a reflexão da questão nacional, intelectuais de várias posições iniciam projetos em torno da preservação do passado

nacional. Com a experiência da Semana de Arte Moderna em 1922 os modernistas, procuram definir a identidade brasileira a partir do dinamismo cultural provocado pela miscigenação. Esses intelectuais influenciaram o processo de institucionalização da memória nacional no século XX, sobretudo a partir da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937. Com a criação do SPHAN o Ministério da Educação elabora um novo instrumento pedagógico responsável entre muitas coisas pela valorização do sentimento patriótico brasileiro (IPHAN, 2012).

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) nasceu em 1937, sendo fruto de políticas públicas oriundas de governo de Getúlio Vargas para o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural brasileira. Antes dele foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), órgão vinculado ao Museu Histórico Nacional. A principal função desse órgão era impedir a retirada de artefatos históricos do país, prática comum na época, devido ao comércio de objetos históricos e obras de arte. Em 1937, o IMN foi substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) e no mesmo ano entram em trâmite as discussões a respeito da ampliação de atuação da SPHAN, envolvendo uma densa equipe ministerial do governo, que decide pela ampliação do órgão, vinculando-o ao então Ministério da Educação e Saúde e a partir de 1994 ele recebeu a nomenclatura que possui hoje e, no ano 2000, passou a registrar também os bens patrimoniais imateriais (PORFÍRIO, 2021).

As reflexões no campo do patrimônio tomariam o espaço acadêmico nos anos 1990 nas áreas das ciências sociais. Os movimentos sociais encontram nas políticas de patrimônio um lugar de luta pelo reconhecimento de suas práticas culturais e de melhoria das suas condições sociais. A nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, concentrou parte dessas reivindicações, o que provocou uma ampliação expressiva da finalidade da ação do IPHAN (CHUVA, 2020).

O decreto de criação do SPHAN (Decreto Lei nº 25) definia o patrimônio histórico e artístico nacional como:

"o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (BRASIL, 1937, p. 24056).

Eram também classificados como patrimônio "monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (FGV-CPDOC, 2021).

O surgimento da legislação de incentivo à cultura no país, introduzida nos anos 80, conhecida em âmbito federal como Lei Sarney, representou um avanço considerável no exercício de políticas culturais do país. Em sua versão mais contemporânea, a legislação federal (Lei Rouanet) evoluiu substantivamente, permitindo que o investimento no patrimônio histórico com base em recursos de renúncia fiscal pudesse ser utilizado para a sua recuperação e revitalização (LUCAS, 2008).

A preservação dos bens culturais é ainda uma preocupação muito recente no Brasil. Na década de 1930, os primeiros órgãos internacionais determinaram a extensão do termo à cultura material considerada de excepcional valor histórico ou artístico representativa de uma época ou de uma sociedade. Essa normativa veio a influenciar nas decisões do antigo SPHAN e atual IPHAN que se dedica às ações de identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais no Brasil (PELEGRINI, 2009).

Quando um elemento cultural é considerado patrimônio histórico cultural por algum órgão, como o IPHAN, por exemplo, diz-se que ele foi "tombado" como patrimônio. Podem ser considerados patrimônio histórico cultural: obras de artes plásticas (pinturas, esculturas, ilustrações, tapeçarias e artefatos artísticos históricos em geral); construções e conjuntos arquitetônicos (cidades, casas, palácios, casarões, jardins, monumentos); festas e festividades; músicas; elementos culinários, entre outros, representantes das diversas culturas ainda existentes ou que já existiram no mundo (PORFÍRIO, 2021).

A ideia de nação, por meio de uma concepção de povo segmentado, aferiu status ideológico ao conceito de patrimônio, por meio da institucionalização de práticas específicas. O medo da perda fez colocar no centro do debate a necessidade de sua preservação (NOGUEIRA, 2014).

Essa discussão vem à tona mais fortemente em períodos pós ditadura e em gestões de governo que se mostram favoráveis à ditadura, onde percebe-se claramente um descaso com o patrimônio nacional e com o próprio papel do IPHAN enquanto defensor dos bens culturais nacionais.

Num país em que o esquecimento e a perda da memória acontecem ao mesmo tempo em que o empobrecimento da sociedade e ao declínio do legado patrimonial edificado e imaterial, as soluções que se apresentam como casos de sucesso na recuperação do patrimônio reforçam que é necessário preservar (LUCAS, 2008).

Ainda que os grupos ou indivíduos construam essa valorização do patrimônio é fundamental que haja uma política de governo alinhada aos órgãos responsáveis pela salvaguarda e fiscalização desse patrimônio. É preciso que haja um compromisso governamental alinhado a órgãos como o IPHAN e alinhado às próprias comunidades ativas nessa construção social a partir da valorização do patrimônio.

O IPHAN exerce um papel fundamental na história da preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro, não só em sua função de fiscalização, mas pelo fortalecimento e reforço de retomar a importância da recuperação da memória do país como um todo.

2.2 A MEMÓRIA COLETIVA COMO ELEMENTO DE RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Nesta subseção considera-se que a memória institucional tem que ser preservada/salvaguardada e desvelada/explicitada, a partir daquilo que representa o patrimônio cultural, que por sua vez compõem a memória institucional, no caso da UFSCar.

A memória institucional é um tipo de memória que ocorre no âmbito da coletividade. É um fenômeno social. “Para se lembrar, precisa-se dos outros” (RICOEUR, 2007, p.130).

A memória coletiva é o conjunto de fatos escolhidos por um grupo social, com significados que constituem sua identidade, seus hábitos, sua cultura e tradições (RIOS, 2013). A cultura de uma sociedade se constitui pela produção de bens e valores, que por meio das coordenadas de tempo e espaço caracterizam as identidades de seus membros, construindo memórias afetivas (MOURÃO; OLIVEIRA, 2019).

Halbwachs (2013) que criou a categoria de memória coletiva aponta que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria

de “memória coletiva” de Halbwachs, que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, de maneira que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Para Bosi (1987, p. 57) “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...]”. Tanto Halbwachs (2013) quanto Bosi (1987) definem memória como um trabalho social, uma representação do passado no presente. Nesse sentido, Costa também endossa:

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venha (sic) a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção da manutenção dessa ordem. Tal função deve ser pensada como memória, pois introduz um ritual que deve ser reproduzido diariamente. Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz (COSTA, 1997, p.80).

Várias concepções recentes da memória, põem a tônica nos aspectos de estruturação, nas atividades de auto-organização. Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, nada mais são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui (LE GOFF, 2003). Esta organização e reconstituição são fundamentais na construção ou na recuperação da identidade da instituição.

Quando Bosi (1987) faz referência à memória como um centro vivo, um pressuposto da cultura, ao mesmo tempo em que Platão diz que a memória é ativa, eles evidenciam que a memória é viva e acompanha o indivíduo, amparando-o na aprendizagem e nas formas de preservação e conservação da cultura de cada povo (SANTOS; LIMA, 2014).

Assim, essa memória coletiva passa a ser um patrimônio de um determinado grupo e está presente tanto em registros documentais, quanto nos relatos daqueles que ajudaram a construir a história da instituição.

Rovai (2013) aponta que:

Nesse sentido, o patrimônio passou a ser entendido como todo conhecimento que uma sociedade produz e possui de si mesma, assim como as formas de se conceber e de se posicionar diante de outras, sua maneira de existir, acreditar, manifestar seus saberes, organizar suas cerimônias coletivas, suas festividades, a manutenção de suas tradições, o uso de suas técnicas e experiências, enfim, tudo aquilo que tem significado e dá sentido à sua vida individual e à identidade coletiva (p. 12).

A Memória, como processo, tem uma múltipla capacidade de interferir em universos políticos, sociais, culturais e institucionais. Ela se articula às noções de História que atuam como processo e como narrativa escrita. Logo, a Memória Institucional passa a ser uma espécie de liga que combina, ao mesmo tempo, Memória e História a partir de um dado contexto que definimos como institucional, isto é, o campo da institucionalização de práticas oriundas de instituições de ensino universitário na esfera pública (SANTOS; LIMA, 2014).

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas implica preliminarmente na análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra a tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade de diversos tamanhos: partidos, regiões, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar e sua completude (POLLAK, 2006).

Costa (1997) defende a tese de Bourdieu (2004), quando aponta que as instituições são invenções dos indivíduos, pois são eles que atuam e que para falar de memória institucional é necessário que possamos identificar as condições históricas que tornaram possível a modernização das instituições, seja qual for, em um certo campo social. A memória é fundamental para o funcionamento das instituições, pois elas funcionam em rede no campo social, e as informações fundamentais para a recuperação da memória institucional devem ser, por essa

razão, recuperadas não somente nas fontes internas, mas fora dos limites da instituição também.

Ainda acerca das memórias coletivas, se analisadas na perspectiva do enquadramento da memória, são um ingrediente importante para a perpetuação da posição social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Se observa a existência na sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõe a sociedade (POLLAK, 2006).

A memória coletiva valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural. O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova instrução, que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua influência sobre a memória coletiva (LE GOFF, 2003).

Alguns autores, inclusive, enxergam que as organizações podem gerenciar sua memória coletiva como recursos que auxiliam a reprodução e exploração objetivas de rotinas existentes, a reconstrução e recombinação interpretativas de capacidades passadas para adaptação a mudanças ambientais, e a extensão e exploração imaginativas da memória coletiva, para cenários e resultados antecipados. Esta visão renovada de tempo, história e memória e melhor adequada a uma teoria dinâmica da vantagem competitiva (CORAIOLA; SUDDABY; FOSTER, 2017).

Em sua análise acerca da memória coletiva, Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles se incluem, evidentemente, os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo que nos acompanham durante toda nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos, as tradições e costumes, folclore, música etc. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar feitos sociais como coisas, é possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória que ao definir aquilo que é comum a um grupo o diferencia dos demais, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 2006).

Essa revolução da memória que envolve a preservação de uma memória científica se faz pertinente em qualquer organização, mas se torna fundamental no

âmbito da educação, principalmente dentro das universidades que são também lugares ou espaços de memória coletiva.

Fiorucci (2010) ao interpretar Nora (1993) afirma que coube à história e aos arquivos a conservação e transmissão da memória de maneira geral. Desta forma, surgiu a ideia de Nora de “lugares de memória” já que ela não aparece e não se mantém de forma natural, mas precisa de locais onde são conservadas para que não se percam (conservadas de forma artificial). É por essa razão que são “lugares” de memória nos três sentidos da palavra: material, funcional e simbólico.

Faz-se importante, portanto, não esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar, não a sua produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva como Estado, meio social e político, comunidades de vivências e conhecimentos históricos ou de gerações, direcionadas a formar os seus arquivos em razão dos diversos usos que fazem da memória. História que se estabelece a partir do estudo dos “lugares” da memória coletiva. Lugares topográficos (arquivos, bibliotecas e museus), lugares monumentais (cemitérios ou arquitetura), lugares simbólicos (comemorações e outros) e lugares funcionais (manuais, autobiografias ou associações) todos estes memoriais têm a sua história (LE GOFF, 2003).

Nessa linha de raciocínio, Martins (2017, p. 61) infere que:

Uma vez que adquire a vivacidade e a consciência de grupos do passado, através de momentos irregulares e incertos, diferentemente da história, em que essas cronologias são separadas por épocas e períodos, a memória coletiva representa uma *linha de pensamento contínuo* nada artificial. Outro aspecto de diferenciação entre as duas é que a história busca uma narrativa única e universalista, enquanto as memórias coletivas são plurais, havendo tantas quanto forem os grupos, não buscando jamais a universalidade, pois não há memória universal, senão calcada em determinado tempo e espaço.

A partir de 1960, com a revolução documental (quantitativa e qualitativa) o interesse da memória coletiva e da história já não se consolida apenas sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos (LE GOFF, 2003).

A memória coletiva passou por grandes transformações com a constituição das Ciências Sociais e desempenha um papel extraordinário na interdisciplinaridade que

tende a instalar-se entre elas. A Sociologia representou um estímulo para desbravar esse novo conceito e a Antropologia explora-a com a história, que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais importantes da ciência histórica (LE GOFF, 2003).

Os estudos na área de memória com o tempo passaram a ser motivo de preocupação de diversas áreas incluindo as interdisciplinares o que torna mais rica a contribuição para as discussões no tema.

A compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais em diferentes épocas facilita trocas interdisciplinares, na medida em que cada especialista está aberto para aprender a contribuição da outra disciplina para o seu próprio campo de estudo (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Muito antes que se estabelecesse como um campo de estudo específico e multidisciplinar, a memória social ou coletiva esteve sob a análise de pensadores de diversas áreas de conhecimento, das mais diversas linhas de pensamento (PALACIOS, 2019).

O valor artístico, cultural, histórico, informativo, e muitos outros que se atribui ao universo de registros e testemunhos da atividade humana, constituem o elemento aglutinador de profissionais de múltiplas especializações ao redor de uma atividade que se fez interdisciplinar pela própria essência que os trabalhos assumiram (CAMARGO, 2003).

De acordo com Casanova (2006) a interdisciplinaridade é a articulação entre várias disciplinas na busca por criação de novidades para resolver problemas da sociedade, o que torna necessário o trabalho coletivo e a formação de equipes multidisciplinares num processo de educação contínua.

A afirmação acima corrobora com a identificação de uma necessidade dos centros de memória contarem com equipes multidisciplinares em sua estrutura, principalmente no que diz respeito à presença de pessoas que dominem os conhecimentos técnicos, mas também pesquisadores e experts em determinadas áreas do conhecimento, que muito auxiliam na organização das coleções.

A intenção de criação de um centro de memória numa instituição deve prever a transmissão e preservação de seu patrimônio cultural, a abertura de espaços de formação, laboratórios de restauração e digitalização, espaços para exposições, oficinas, cursos, salas de consulta, entre outros.

A partir dos anos 80 surgem no Brasil os centros de memória ligados a instituições públicas e privadas e também àquelas sem fins lucrativos. Ainda que não

se disponha de dados mais precisos sobre isto, é possível atrelar o crescimento dos centros de memória a certos elementos conjunturais que trazem à tona a necessidade de preservação da cultura e identidade das organizações. Os centros de memória se justificam frente às organizações a que estão subordinadas como ferramentas de consolidação da identidade institucional, como responsáveis de um compromisso histórico e como veículos de transmissão de valores (CAMARGO; GOULART, 2015).

O diferencial de um centro de memória estaria, portanto, em sua capacidade de antecipar e presumir as necessidades da instituição, auxiliando no embasamento de respostas e soluções. Desta forma, nos objetivos e missão dos centros de memória os termos resgate contínuo e pesquisa permanente são usados com frequência indicando a importância dos documentos históricos como fontes de pesquisa que se faz imprescindível acompanhar. Há também outros objetivos como reunir o acervo de memória que estava disperso pelas unidades das organizações e também os que se limitam ao público interno no sentido de valorizá-lo e de demonstrar sua contribuição para o sucesso da ação (CAMARGO; GOULART, 2015).

Os centros de memória não podem ser vistos como repositórios de documentos e bens materiais e imateriais que perdem seu valor com o passar do tempo ou perdem o interesse aos olhos da própria instituição, mas, muito pelo contrário. As instituições precisam se dar conta da importância desses centros para a preservação de sua memória e patrimônios históricos ou culturais na formação de sua própria identidade institucional.

2.2.1 Memória e identidade

O reconhecimento de um fato rememorado é entendido como uma vitória sobre o esquecimento “se tivesse esquecido a realidade não seria capaz de reconhecer o que esse som é capaz de significar”. É preciso nomear o esquecimento para falar em reconhecimento (RICOEUR, 2007).

A memória filtra os acontecimentos essenciais da vida de um indivíduo e os armazena para futuras lembranças de interação entre passado e presente, configurando-se como um registro da vida, não somente da vida humana, mas da memória de uma instituição que compõe uma sociedade. Onde algumas pessoas são os protagonistas centrais desta memória, preservada no espaço do tempo (SANTOS; LIMA, 2014).

Halbawachs (2013) esclarece que as imagens tradicionais do mundo externo, o continuum espacial no qual vivemos, são meios constitutivos de nossa identidade pessoal e coletiva. As comunidades são organicamente ligadas a um lugar espacialmente determinado que possibilita aos indivíduos estabelecer os elos sociais e subjetivos que os unem e lhes proporciona o molde material e suporte físico para a representação de seu passado (ELHAJJI; ESCUDERO, 2016).

A sociedade reconhece seu passado e o preserva através da memória coletiva ou social. É assim que um povo reencontra, no próprio âmbito de uma comunidade histórica, através de documentos escritos do passado e, depois, através dos testemunhos orais do presente, como ele viveu e vive o seu passado, como se estabeleceu a sua memória coletiva e como essa memória lhe permite fazer face aos acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória numa mesma linha e encontrar ainda hoje a sua identidade (CAVALHEIRO, 2016).

Barreto e Barreira (2009, p. 27) também reforçam a relação da memória com identidade, pertencimento e com o fluir da vida social. Ressaltam ainda que a memória é mais “um processo dinâmico e interativo, que se desenrola no cotidiano do homem social, por meio do processo comunicacional [...]”. Por fim, concluem que “memória é o resultado dos entrelaçamentos das experiências de um tempo vivido [...]”.

Como colocam Camargo e Goulart (2015) os centros de memória atuam como instrumentos de fortalecimento da identidade institucional com responsabilidade histórica e também como condutores de transferência de valores.

Ao reconstruir as recordações vamos elaborando um sentido de identidade. A memória coletiva também se faz necessária como construção ideológica para dar identidade a um grupo, uma sociedade, uma nação; assim a identidade nacional é construída como um produto de pensar coletivo. As aplicações dos tipos ideais de memória coletiva permitem expressar que elementos do passado repercutem no presente como discursos e recordações (REIS, 2009).

Essa recuperação da memória, essa reconstrução do passado e esse fortalecimento da sua identidade são essenciais em qualquer instituição, mas, ainda mais nas instituições de ensino superior, que são também um lugar de memória tanto no aspecto físico, palpável, funcional quanto no simbólico. Em meio a proximidade da comemoração de seus 50 anos de existência da UFSCar em 2020 essas ações se fazem cruciais.

A Universidade também tem o poder de contar e interpretar os eventos que se passam nos meios populares. Desta forma, há uma memória coletiva que brota do interior de uma classe, mas com poder de propagação, que se nutre de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe (BOSI, 2003).

Como suporte da identidade, a memória não é conservação, simplesmente, mas reordenamento e reconstrução de lembranças, porque a dinâmica das múltiplas temporalidades interfere no ato de relembrar, fazendo da memória e da identidade fenômenos dinâmicos, dialéticos e potencialmente renováveis. Como a construção de identidades tem na memória um de seus pilares primordiais, e como a memória – assim como a História – é fonte de imortalidade, é possível afirmar-se que tanto o rememorar induzido como o espontâneo são elementos integrantes das identificações e da produção do próprio conhecimento histórico (DELGADO, 2006).

A identidade exprime um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. A dinâmica constitutiva das identidades é a da experiência vivida, que pode vincular-se concomitantemente à alteridade e à igualdade. Ou seja, as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes (DELGADO, 2006).

Partimos do princípio de que as instituições são vivenciadas por grupos sociais e estabelecem quadros sociais que demarcam o lugar e tempo dessas experiências, dando permanência aos grupos que compartilham particularidades mais comuns e outros representantes sociais (ou observadores), que, mesmo externamente, partilham da representação social da Instituição (MENDES, CASIMIRO, 2015).

Cabe destacar, no entanto, que nem toda memória é ideológica, mas apenas aquelas que, como resultado de disputas sociais, legitimam uma versão oficial do passado, distorcem as representações, promovem o esquecimento de eventos políticos e institucionalizam a memória dos vencedores para ocultar relações de dominação e consolidar o poder constituído (ANSARA; DANTAS, 2015).

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes ambições das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dessas estruturas de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003).

A memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de domínio. São as sociedades cuja memória social e, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor

admitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. Cabe aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social prioridade indispensável da sua objetividade científica (LE GOFF, 2003).

Le Goff (2003) citando Goody (1977) salienta que todo documento tem em si um caráter de monumento – entendido aqui como tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação – e, nesse tipo de documento, a escrita tem como um de seus papéis fundamentais o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro. Ao interpretar Saraman (1961) Le Goff (2003, p. 531) aponta que “não há história sem documentos. Há que se tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.

Só a apreciação do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com total conhecimento de causa. O documento não é inócuo, mas sim o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003).

O surgimento da escrita, por exemplo, está relacionado a uma profunda transformação da memória coletiva. A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração a partir de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A segunda ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita (LE GOFF, 2003).

Leroi-Gourhan (1964-1965) destaca a revolução da memória pela imprensa:

Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito (p. 69-70).

Os desenvolvimentos da memória no século XX, principalmente depois de 1950, constituem uma significativa revolução da memória, e a memória eletrônica torna-se um elemento interessante (LE GOFF, 2003). Desde a revolução informacional, as tecnologias de armazenamento e disseminação da informação vem sendo fundamentais na preservação da memória.

Com a explosão informacional ocorrida na metade do século XX havia muita preocupação com o “novo”, ou seja, informações recém produzidas, as mais atualizadas possíveis, mas pouca atenção com o que ficou para trás.

3 A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, NOS SEUS 50 ANOS EM 2020

No momento em que completou os seus 50 anos (2020), a UFSCar, mais que em outros momentos se afastou da incipiência do seu lócus de referência e de agentes dedicados, continuamente, à preservação de sua memória. A partir desse momento, se intensificaram as demandas por cuidados com os arquivos das unidades funcionais e, no momento, a gestão também está, determinadamente, imbuída na busca de condições para que a UMMA seja implementada. Para que isso aconteça, é indispensável a participação da comunidade da UFSCar.

3.1 A COMUNIDADE DA UFSCAR: AGENTES DE CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SUA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

De acordo com Mouzelis (1975) uma organização é como uma unidade social composta por diversos subsistemas como grupos, departamentos, entre outros, que interagem com outros sistemas sociais mais amplos como comunidade e sociedade.

Para Hall (1984), o ambiente representa todo o universo que envolve externamente a organização. O ambiente é a própria sociedade que se constitui de outras organizações sociais, que por sua vez não são isoladas, mas funcionam dentro de um contexto do qual dependem para se desenvolver.

Assim, a missão da universidade enquanto organização é gerar e transmitir conhecimentos oferecendo esses conhecimentos à sociedade (BIRNHAUM, 1989). O objetivo da universidade envolve ensino, pesquisa e extensão, administração de instalações científicas, desenvolvimento de diversas formas de cultura e solução de

problemas sociais (BALDRIGE, 1983). Para Berchem (1991) o que diferencia a universidade não é o que ela faz, mas como faz.

A dimensão política também impacta fortemente na universidade. Como a universidade é um local de interesses estratégicos, em virtude da repercussão que tem na sociedade e na opinião pública, esta tem sido espaço privilegiado para uma série de investidas dos diversos grupos e partidos políticos nacionais (TRIGUEIRO, 1999).

De maneira parecida aos países vizinhos sul-americanos, o Brasil passou pela ditadura militar nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, período que deixou consequências espalhadas pelas instituições sociais do país. Neste contexto, o ensino superior público federal comparece de forma a ser tematizado e problematizado, pois na sua configuração em unidades administrativas (por meio da qual participa da estrutura do Estado brasileiro), abrigaria incoerências de ordem econômico-sociais e ideológicas expressas nas relações entre o corpo da universidade, a comunidade acadêmica e o poder centralizador do Estado, envolvendo também interesses de outros grupos da sociedade (LANA, 2020).

Com a vigência da Constituição Federal de 1988, caracterizou-se um período de mudanças fundamentais para a sociedade e o Estado brasileiro e que neste contexto, as universidades públicas federais surgiram, não só no terreno das lutas em defesa dos direitos à cultura e educação pública de qualidade e gratuita, como também atuaram na arena dos direitos trabalhistas dos servidores públicos – nos libelos daquele momento específico e também no transcorrer da década de 1990, as reivindicações das associações sindicais universitárias primaram por associar estes dois campos de embates (LANA, 2020).

Com a UFSCar não foi diferente. A iniciativa de sua criação partiu de dois grandes políticos influentes na cidade de São Carlos e em Brasília nos anos 1960, apesar de aparecer em diversas publicações a data de criação como sendo em 1968 com o início das atividades em 1970.

Em 13 de dezembro de 1960, o Governo Federal promulgou a Lei 3.835, que federalizava a Universidade da Paraíba, uma instituição estadual, e que em seus artigos 11, 12 e 13 criava uma Universidade Federal de São Paulo, com sede em São Carlos. A iniciativa partiu do Deputado Federal, médico e industrial paulista radicado em São Carlos, Ernesto Pereira Lopes, que se tornou presidente da Câmara dos Deputados nos anos 1970, e que contou também com o auxílio do médico e

Deputado Federal, Lauro Monteiro da Cruz, que por sua vez foi presidente da Comissão de Educação na Câmara por vários anos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2020).

Em 10 de outubro de 1963 o jornal O Estado de São Paulo publica uma matéria relatando o andamento da situação da criação da mencionada Universidade até aquele momento (Figura 1).

Figura 1 – Jornal O Estado de São Paulo com matéria sobre a criação da UFSCar



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 10 out. 1963, pág. 12.

Na notícia os principais destaques foram:

- I) A criação da Universidade no governo de Juscelino Kubitschek;
- II) A contrariedade da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) e do Governo do Estado de São Paulo;

- III) Encaminhamento de uma proposta de revogação da Lei 3.835 pelo Governo Jânio Quadros por solicitação do Governo do Estado a partir de um pedido do Conselho Universitário da USP;
- IV) Oposição pela Escola Paulista de Medicina;
- V) A posição da Comissão com tendência a não rejeitar, mas sim acolher a proposta básica com reformulações.

A escolha do município de São Carlos, levando em conta os interesses políticos e econômicos de ambos os ex-deputados, se deveu em grande parte ao crescimento industrial que acontecia na região em diversos setores, o qual era decorrente do crescimento econômico do Estado de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960, e do consequente processo de interiorização (PRADO, 2018).

Em 1968 o Decreto 62.758 criou a Fundação Universidade Federal de São Paulo, no município de São Carlos, e em 1969 houve a assinatura da escritura de doação de 257 alqueires da Fazenda Trancham que foi desapropriada para a UFSCar. O primeiro Conselho instituído na UFSCar foi o Conselho de Curadores, criado em 1968 responsável pelas decisões institucionais até 1970, quando Heitor Gurgulino de Souza foi nomeado como primeiro reitor da Universidade de 1970 a 1974 seguido nas gestões posteriores por Luiz Paulo Mesquita Maia (que o substituiu por aproximadamente dois anos) Luiz Edmundo de Magalhães (1975 a 1979), William Saad Hossne (1979 a 1983), Pedro Magalhães Lacava (1983), Antônio Guimarães Ferri (interventor de agosto a setembro de 1984), Munir Rachid (1984 a 1988), Sebastião Elias Kuri (1988 a 1992), Newton Lima Neto (1992 a 1996), José Rubens Rebelatto (1996 a 2000), Oswaldo Duarte Baptista Filho (2000 a 2008), Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil (junho a outubro de 2008), Targino de Araújo Filho (2008 a 2016), Wanda Aparecida Machado Hoffmann (2016 a 2020) e Ana Beatriz de Oliveira (2021 a 2024).

A maior parte das Pró-Reitorias foram criadas em 1988 como a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) e Pró-Reitoria de Administração (ProAd). Em 2008 é criada a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq), em 2009 a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) e em 2010 a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe - antigo Departamento de Recursos Humanos). Já as Secretarias Gerais foram criadas a partir da década de 1990, a começar da Secretaria Geral de Informática e da

Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade em 1993. Em 1995 foi criada a Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais e em 2009 a Secretaria de Relações Internacionais e a Secretaria Geral de Educação a Distância. No ano de 2015 surgiu a Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade e em 2020 a Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico (antigo Escritório de Desenvolvimento Físico).

Em 29 de novembro de 1969 foram criados o Instituto de Ciências e o Instituto de Tecnologia Educacional, tendo como diretores Silvestre Ragusa e Luiz Paulo Mesquita Maia, respectivamente. Em 1970 Ragusa foi substituído por Vanderlei Belmiro Sverzut e em 1972 Nelly Aleotti Maia assumiu o cargo em substituição ao seu esposo, Luiz Paulo Mesquita Maia, que por sua vez substituiu Heitor Gurgulino na reitoria.

A criação dos primeiros Centros acadêmicos ocorreu em 13 de junho de 1972, no Conselho Curadores um marco na linha do tempo da Universidade, começando com o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e Centro de Letras e Artes, sendo que este último não se concretizou e acabou sendo incorporado ao CECH. Mais tarde, em 1978, criou-se o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Entretanto, apesar da aprovação por unanimidade da criação dos Centros, nas atas do Conselho de Curadores os mesmos continuam a ser tratados por Instituto.

Em 1991, com 230 hectares de extensão, deu-se início a criação do campus de Araras assim como o Centro de Ciências Agrárias (CCA). Antes, nesse local havia plantações de café da Fazenda Santa Escolástica, que em 1953 foi comprada pelo presidente do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) extinto em 1990 por meio da Lei 8029/90 e pelo Decreto 9940/90 (Governo Collor) sendo incorporado pela UFSCar que abrigou as unidades paulistas do extinto Planalsucar. O campus de Sorocaba foi criado em 2006 e o campus de Lagoa do Sino em 2010. Em 2010 também foi criado o Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade (CCTS) de Sorocaba e em 2013 os Centros de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) e de Ciências da Natureza (CCN) em Sorocaba e Lagoa do Sino, respectivamente. Todas as informações acima com as datas de criação das unidades foram consultadas pessoalmente nas atas de reuniões do Conselho de Curadores nos livros de registro localizados na Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) cuja boa parte dos registros desses primeiros anos da UFSCar são manuscritos.

A implantação e funcionamento da UFSCar se deu em 1970. O professor Sérgio Mascarenhas, que se considera o primeiro reitor pró-tempore da UFSCar e presidente do Conselho de Curadores, foi o idealizador do primeiro curso ofertado na Universidade em Engenharia de Ciência de Materiais⁶, até então inédito na América Latina e que hoje é referência tanto nacionalmente quanto internacionalmente. A partir da indicação feita por Mascarenhas no Conselho de Curadores, o professor Heitor Gurgulino assumiu como reitor sendo substituído por Luiz Paulo Mesquita Maia nos anos de 1972 e 1973. Todas as informações a respeito dos gestores e períodos de gestão foram extraídas do livro manuscrito de registro das atas do Conselho de Curadores de posse da Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC).

Desde a sua criação a Universidade expandiu e se desenvolveu muito principalmente com a criação dos demais campi. Em 1990, com a extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), em 1991 a UFSCar assume as suas instalações com a criação do campus de Araras. Em 2006 foi a vez do campus de Sorocaba e mais recentemente, em 2010, houve a criação do campus de Lagoa do Sino a partir da doação por parte de Raduan Nassar de uma grande parte de terras de sua Fazenda no município de Buri (SP).

Com o objetivo de gerir a Universidade de maneira planejada, participativa e sustentável, a Administração Superior na gestão de 2000 a 2004 propôs no ConsUni a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFSCar). Assim, houve o reconhecimento da necessidade de introduzir o planejamento estratégico como parte da avaliação da Instituição. A expectativa era de que esse plano servisse como marco orientador de decisões e das principais ações institucionais por um período mais extenso. A construção coletiva do PDI foi uma oportunidade que a Universidade teve de formular um projeto inovador no cenário das instituições de ensino superior (PDI, 2005).

Uma importante iniciativa oriunda do antigo Arquivo de História Contemporânea da UFSCar⁷, que iniciou suas atividades ainda na década de 1980, com a finalidade de desenvolver atividades voltadas para a conservação da memória histórica da cidade de São Carlos e região, foi a criação da Unidade Especial de

⁶ <https://www.dema.ufscar.br/pt-br/institucional/historico>

⁷ O Arquivo de História Contemporânea (AHC) teve como coordenador o Prof. Dr. José Claudio Barriguelli. Parte dos documentos foram para a UEIM e os documentos relacionados a cidade de São Carlos foram para a Fundação Pró-Memória

Informação e Memória (UEIM) em 1998. A UEIM, que é subordinada ao CECH, acolhe em seu espaço um acervo diversificado de documentos como arquivos privados, fundos públicos, dossiês, fotografias, acervo bibliográfico, objetos tridimensionais, obras de arte, artesanato, filmes, microfilmes, partituras, CD's, vinis, biblioteca de apoio, teses e dissertações, entre outros. Ou seja, esse acervo é composto, em outros termos, por documentos audiovisuais, bibliográficos de cunho histórico, arquivísticos, cartográficos, cinematográficos, documentos iconográficos, micrográficos e museológicos, entre outros (PRADO, 2018).

No entanto, foram poucas as iniciativas sistemáticas ou contínuas que tivessem por finalidade fomentar alguma preservação concreta da história da UFSCar, embora seja possível identificar a pretensão de fomentar essas iniciativas e de instituir instrumentos e mecanismos de preservação da história e da memória institucionais em documentos e iniciativas precedentes. A criação da UMMA foi uma importante ação que vai ao encontro do anseio de buscar, registrar e preservar tudo aquilo que possa ajudar a documentar a história institucional e as memórias das pessoas da comunidade UFSCar em qualquer período dessa trajetória (MORETTI, 2020).

Em 2020, ano em que a UFSCar completou 50 anos de funcionamento, a UMMA juntamente com a Coordenadoria de Comunicação Social da UFSCar e o apoio de outros setores da Universidade publicaram a Cronologia dos 50 anos da UFSCar (1970-2020) resgatando, por meio de documentos e conversas com servidores ativos e inativos, a trajetória dos cursos, departamentos, secretarias e outros setores da Universidade desde a sua criação. Neste processo foi possível observar o quanto as informações acerca da história da instituição estão dispersas, sendo fundamental reunir esses materiais numa única unidade a fim de reconstituir a memória institucional.

A recuperação e a salvaguarda da história da Universidade são para a sociedade, mas também fortalece o que isso representa para aqueles que contribuíram para construir esse patrimônio histórico (toda a comunidade da UFSCar), aqueles que contribuem para o registro, desvelamento/explicitação e salvaguarda/preservação dessa memória institucional, pois sem esses nada existiria.

As próximas etapas deste estudo consistirão em qualificar os fatos e os artefatos que compõem as “coleções” deste patrimônio histórico cultural, suas formas de registros, maneira de desvelamento/explicitação, salvaguarda/preservação e uso, disseminação, e a divulgação dessa memória institucional.

3.2 DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA COMO SUSTENTAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Entende-se a política como sendo algo que dá sustentação aos agentes e às ações tanto para a construção da memória como para a sua preservação, uso e divulgação. Em alguns momentos isto fica mais evidente. No âmbito dessa pesquisa foram apontadas diretrizes para uma política de memória institucional que pode ser entendida como uma ação institucional de preservação e salvaguarda de sua memória.

Em particular, com a proximidade da comemoração de seus 50 anos de funcionamento em 2020, a UFSCar, por meio da equipe de gestão daquele momento instituiu uma Comissão para tratar dos assuntos e festividades dos 50 anos. Desta comissão, participaram o vice-reitor, pró reitores, docentes e alguns servidores técnico-administrativos.

Em março de 2020, pouco antes do fechamento temporário da UFSCar em razão da pandemia, houve uma solenidade homenageando os docentes e técnicos com mais tempo de serviço prestado na Universidade. A UMMA promoveu uma exposição com os objetos institucionais recebidos quase sempre pela pessoa à frente da reitoria, por representantes de outras universidades em visita à UFSCar e vice-versa. Após um levantamento de informações com a colaboração de pesquisadores, alunos e servidores foi possível elaborar uma cronologia da UFSCar com as datas de criação de praticamente todos os cursos, secretarias, departamentos, centros, entre outros, publicada em uma edição especial entregue a todos os servidores, docentes e técnicos.

Resgatar a história da UFSCar, principalmente com relação às datas oficiais nessa cronologia, foi uma tarefa árdua justamente pelo fato de não haver até esse momento um centro de memória consolidado que reunisse todas as informações em um único local. Houve divergência de informações entre Pró-Reitoria, Secretaria de Planejamento e Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Nesse sentido, compreendeu-se que as atas manuscritas das primeiras reuniões do Conselho de Curadores são uma fonte importante para recuperar a história de criação das diversas unidades da Universidade e conhecer a trajetória da UFSCar nas tomadas de decisões pelo Conselho de Curadores.

Assim, tão importante quanto levantar essas datas, foi identificar as coleções que se relacionam à história da UFSCar, na recuperação, portanto, de sua memória, dispersas pela Universidade e fora dela. A partir desse levantamento, no intuito de pensar uma proposta de política de memória categorizou-se essas coleções em dez divisões distintas e que ao mesmo tempo se relacionam, pois tudo diz respeito ao bojo maior que é a memória institucional da UFSCar e que se apresenta nessa seção.

Esta identificação foi possível através de pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica por meio de questionário, entrevistas com docentes e técnicos com mais de 40 anos de Universidade, observação, consulta a relatórios de iniciação científica e trabalhos, que em maior e menor escala, também apontaram para algumas dessas coleções.

O propósito deste estudo é apresentar uma proposta de centralização das coleções históricas e permanentes da UFSCar, ao menos de forma virtual, por meio do uso do repositório em uma área de memória institucional. A descentralização no espaço físico ocorre, mas é fundamental que a unidade de memória tenha um “lócus” de trabalho, um local que possa contribuir para fortalecer a identidade da unidade de memória na Universidade para que esta cumpra o seu papel, que por sua vez é colaborar para o fortalecimento da identidade da UFSCar. Também se faz válido que a Unidade ocupe outros espaços na Universidade, realizando parcerias e atuando em diversas áreas de pesquisa.

Neste momento podemos fazer um paralelo entre Centro de Memória e Biblioteca Universitária a partir da afirmação de Ferreira (1976) que aponta que para os defensores da centralização da biblioteca universitária, as vantagens eram muitas: economia financeira, processos unificados de trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados etc. O autor ressalta ainda que:

[...] é evidente que a tendência atual é mais para a centralização em diferentes graus, pois a descentralização total vem sendo reconhecida como irracional e prejudicial à qualidade dos serviços prestados, além de ser muito mais onerosa para a universidade. (FERREIRA, 1976, p. 55).

Camargo e Goulart (2015) consideram os Centros de Memória como podendo ser um Centro de Documentação, Biblioteca, Museu e Arquivo reunidos em um único local. Desta forma, a Biblioteca Universitária se insere facilmente no Centro de Memória podendo fazer parte do mesmo ou atuar de forma colaborativa.

A seguir tem-se um esboço visual dessa formação a partir da própria metodologia que se apresenta no âmbito da compreensão desses processos:

Figura 2 – Memória da UFSCar classificada por categorias



Fonte: elaborado pela autora

Uma política deve levar em consideração as diferentes categorias de registros da memória.

3.2.1 Patrimônio Histórico e Arqueológico, Local e Regional

Esta primeira categoria objetiva desenvolver atividades em prol da recuperação da memória e do patrimônio histórico e arqueológico da UFSCar e sua relação com o contexto local e regional da Universidade. Essa recuperação deve abranger desde os anos que antecedem a sua fundação, bem como a sua inserção no território e sua representação para a sociedade. Essa categoria visa gerar conteúdo para melhor situar a UFSCar na história local, regional e, assim, contribuir com estudos sobre o

panorama histórico da educação superior no interior paulista e brasileiro. Os principais resultados e produtos obtidos puderam servir de subsídios para a construção de uma cronologia histórica da UFSCar e seu contexto mais amplo, que resultou em uma publicação especial em comemoração aos 50 anos da UFSCar (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2020).

Em 1961, a Lei Federal nº 3.924 (conhecida como Lei da Arqueologia) confere à DPHAN (antes diretoria) a função de cadastramento de sítios arqueológicos e de autorização para pesquisa. O campo disciplinar da arqueologia no Brasil formou-se nesse diálogo e nas tensões daí sucedidas, inclusive relacionadas aos debates sobre impactos ambientais e culturais. Nos 30 primeiros anos de atuação institucional colocaram o barroco e a arquitetura colonial das cidades históricas mineiras no auge de uma hierarquia de valores patrimoniais. A compreensão de patrimônio estava baseada na ideia de um valor intrínseco aos bens, revelado pelos especialistas, capazes de identificá-los pela perspectiva estética. Era assim garantida a inserção da produção artística brasileira na linha da história da arte universal - europeia e ocidental (CHUVA, 2020).

O património arqueológico indica os objetos ou qualquer tipo de conjunto material capaz de fornecer testemunhos, memórias e histórias acerca de um indivíduo ou de uma coletividade. Ou seja, trata-se das evidências materiais produzidas pelos seres humanos ou das intervenções realizadas por estes no meio em que vivem, incluindo paisagens, objetos, monumentos e quaisquer outros vestígios materiais resultantes de ação humana, aos quais se denomina cultura material (BACKX, 2020).

A partir do Decreto nº 6.844/09 foi criado o Centro Nacional de Arqueologia CNA/IPHAN como uma reação institucional frente às demandas e pressões externas relacionadas a uma agenda política de desenvolvimento que, no que lhe concerne, refere-se ao lugar que a arqueologia de contrato ocupa no cenário atual (SALADINO, 2014).

Em resumo, o património arqueológico compreende todos os vestígios, bens e indícios físicos que apontem para a história e as memórias de um indivíduo ou de uma coletividade. Dessa maneira, ele designa uma herança por meio da qual os indivíduos podem aferir um sentimento de identidade e continuidade, baseando-se nas visões de mundo, nas tradições e nas memórias de seus antepassados, as quais podem ser levantadas por meio dos testemunhos materiais deixados por eles (BACKX, 2020).

Nos primeiros anos de atividades do antigo SPHAN (1930 e início de 1940) foram firmados alguns valores e conceitos, voltados para a identificação e valorização da brasilidade. Entretanto, outras questões de igual importância foram deixadas de lado por anos por não serem consideradas prioridade. Em reestruturações futuras, esses valores voltaram a ser considerados como resultado da consolidação dos debates internacionais fundamentados sobre a categoria de patrimônio cultural, relacionada ao conceito antropológico de cultura, e sobre noções como diversidade cultural e inclusão. Esse processo também sofre influência dos desdobramentos de movimentos sociais voltados ao reconhecimento das minorias e seu direito à memória e ao patrimônio, assim como concepção do patrimônio cultural enquanto bem estratégico para o desenvolvimento de ações visando à mudança social e ao desenvolvimento (SALADINO, 2014).

Mas o patrimônio arqueológico não se restringe a vestígios soterrados ou aqueles deixados por povos muito antigos. Ele abarca todo testemunho material que seja fruto da ação humana, em qualquer período e região geográfica. Qualquer vestígio material que possibilite a produção de conhecimento a respeito da cultura e dos modos de vida da sociedade que o criou ou modificou. Portanto, o patrimônio arqueológico permite que os indivíduos e comunidades tracem conexões e continuidades com seus antepassados por meio da herança física deixada por estes, colaborando para a construção das identidades (BACKX, 2020).

Em linhas gerais, os sítios do patrimônio mundial são divididos em duas seções principais: uma cultural e outra natural. Ao longo dos anos a comunidade científica associou o patrimônio geológico com categorias temáticas que melhor representassem a história e o desenvolvimento geológico do planeta, expressando assim a sua geodiversidade (uma analogia em relação à biodiversidade). Nesse sentido, aparecem os geosítios como locais específicos que reúnem as características de representatividade geológica, integridade material, raridade e conhecimento científico. Esses locais servem como modelos que ilustram o processo geológico de uma região ou que apresentam uma formação geológica excepcional. Com isso, nem toda caverna se enquadra como patrimônio geológico, assim como nem todo bem cultural é considerado patrimônio arquitetônico, histórico ou cultural (POUGET, 2020).

Outra singularidade acerca do patrimônio geológico a ser considerada é aquela que faz parte de acervos, sendo este, portanto, um patrimônio móvel, formado

especialmente pelas coleções de museus preparadas por critérios científicos, geralmente composto de fósseis e/ou amostras minerais (POUGET, 2020).

Após um levantamento prévio, fruto do trabalho de conclusão de curso de Ana Tereza de Pádua Oliveira⁸, foram identificadas na UFSCar coleções com mais de 1.000 peças catalogadas e 2.000 registros de fósseis, pegadas que mostram a evidência de mamíferos entre o período Jurássico para o Cetáceo há cerca de 140 milhões de anos, a maior pegada de dinossauro encontrada no Estado de São Paulo (dinossauro de aproximadamente 2 metros de altura) o esqueleto de um tatu gigante, mais completo do Brasil, achado dentro de uma caverna com 97% do esqueleto completo, primeiras pegadas de escorpião do Brasil, minerais, rochas, entre outros.

Figuras 3 e 4 – Acervo arqueológico da UFSCar exposto no Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino, em São Carlos



8 O trabalho foi realizado pela discente Ana Tereza de Pádua Oliveira do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação com a orientação da Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa do Departamento de Ciência da Informação.



Fonte: Prof. Dr. Marcelo Adorna Fernandes

3.2.2 Memória Audiovisual

A memória audiovisual objetiva desenvolver estudos, metodologia e, principalmente, registros orais e visuais de fatos, acontecimentos, guardados na memória daqueles que participaram e participam da história da UFSCar. No âmbito dessa pesquisa no que diz respeito ao campo do audiovisual almeja-se registrar para salvaguardar um conjunto de impressões, informações e conhecimentos representativos da história, memória e da identidade, individual e coletiva, da UFSCar.

Objetivou-se ir além dos documentos oficiais escritos, a fim de enxergar aspectos significativos da relação entre a história e a memória dos sujeitos sociais que fizeram parte do processo de construção da Universidade. Assim, um dos caminhos abordados para atingir tal objetivo foi a história oral.

“A memória da humanidade é primordialmente visual e a comprovação dessa afirmação está nos desenhos pré-históricos que representam o registro mais antigo que se preservou do seu universo cosmogônico” (GALINDO; MALTA, 2022).

O audiovisual indica uma fonte captada simultaneamente em áudio e imagem, e uma das primeiras referências ao termo, segundo Delavaud⁹, aparece no livro “Audio-visual aids for teachers”, datado de 1937, nos Estados Unidos. Uma percepção de audiovisual como patrimônio encontra-se relacionada às suas mais variadas

9 DELAUAUD, G. “Historique du terme ‘audiovisuel’”. Archimages 2010. França, INP, 2010.

formas de expressão. O processo de patrimonialização do audiovisual se dá em algumas vertentes, ou seja, em registros de época que se transformam em documentos/monumentos; no audiovisual como prática de produção de fontes de pesquisa (MACIEL, 2020).

Morales (2005) destaca que o patrimônio audiovisual abrange, mas não se restringe a:

a) Gravações sonoras, radiofônicas, cinematográficas, televisivas, vídeos e outras que incluam imagens em gravações de movimento e/ou som, destinadas ou não principalmente à difusão pública;

b) Objetos, materiais, obras e elementos intangíveis relacionados aos meios audiovisuais, do ponto de vista técnico, industrial, cultural, histórico ou outro; incluindo materiais relacionados à indústria cinematográfica, televisiva e fonográfica, como publicações, roteiros, fotografias, cartazes, materiais publicitários, manuscritos e criações diversas, incluindo figurinos e equipamentos técnicos;

c) Conceitos como a perpetuação de técnicas e ambientes que caíram em obsolescência associadas à reprodução e apresentação desses meios.

No âmbito da obsolescência dos equipamentos e técnicas apontadas por Morales anteriormente, Smit (2022) também chama a atenção para a questão das ferramentas utilizadas estarem sujeitas a sucessivas atualizações tecnológicas, e equipamentos muito antigos que não são mais fabricados, criando uma situação constante em arquivos audiovisuais quando o suporte foi preservado, mas não se tem mais acesso ao seu conteúdo por falta do equipamento. Com a digitalização, tanto documentos textuais quanto audiovisuais, se produzidos em meio digital, estão subordinados aos mesmos desafios para serem preservados e terem seu acesso assegurado.

Assim, a própria concepção de “audiovisual” se expande como um campo de estudos e práticas. Interpretar, registrar e conservar materiais dessa condição mostra-se fundamental em processos de identidade e históricos, ocasionando numa ferramenta que contribui para uma melhor compreensão de narrativas, episódios, seus personagens e na promoção de ações futuras relacionadas à formação e à salvaguarda audiovisual, à geração de conhecimento por meio desse legado imagético, à articulação de memórias e, da mesma forma, aos seus processos de criação (MACIEL, 2020).

Le Goff (2003) ao interpretar Joutard (1977) reforça que reencontrou no seio de uma comunidade histórica, através dos documentos escritos do passado, e depois através dos testemunhos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva e como esta memória lhe permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória, numa mesma linha, e encontrar ainda hoje a sua identidade.

O produto audiovisual não pode ser considerado como fruto de uma única pessoa, mas sim como resultado de inúmeras parcerias. Um sistema de produção que transcorre em uma sequência incomparável de criação e de comunicação e em um forte meio de transferência de ideias e valores (MARTINEZ, 2005).

Smit (2022, p.43) afirma que “tudo o que foi produzido em imagem e/ou som e é preservado pelas instituições-memória representa uma memória”. A autora faz ainda uma distinção, ao mesmo tempo em que aponta um paradoxo entre memória individual e memória coletiva no âmbito do documento audiovisual, onde a memória audiovisual coletiva, de certa forma, determina a memória individual, enquanto diferentes escolas do pensamento apontam a memória individual como distinta de um indivíduo ao outro, dependendo de acontecimentos ocorridos e relações estabelecidas entre estes acontecimentos e fatos da memória coletiva. Assim, é possível afirmar que as instituições-memória (como nomeia a autora) organizam os acervos em conformidade com uma ideia de memória coletiva, à medida que cada indivíduo, ao acessar e pesquisar por documentos audiovisuais nas instituições-memória, obrigatoriamente também levam em conta suas memórias individuais.

Na década de 1980, a UNESCO, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda e Conservação de Imagens em Movimento, anunciou que o audiovisual constitui uma parte importante do Patrimônio Cultural, e convidou os Estados membros a “...tomar as medidas necessárias para evitar a perda, eliminação injustificada ou deterioração de qualquer dos elementos do patrimônio de imagens em movimento”. A Recomendação da UNESCO culminou em um longo processo de reconhecimento do audiovisual como patrimônio cultural (MORALES, 2005).

A importância de um arquivo audiovisual, como em um museu, está nas coleções que esse arquivo pode ter. Nesse sentido, o ponto de partida para a criação e justificativa de um arquivo audiovisual é a preservação de um patrimônio audiovisual. A partir daí se desenvolvem os serviços em torno desses materiais e, assim, a pesquisa funciona como base para ambas as funções, tanto em seu aspecto

de apoio ao seu desenvolvimento quanto como resultado de suas necessidades, que todo arquivo deve promover para o seu crescimento (MORALES, 2005).

Visto que na Idade Média a quase totalidade da população era analfabeta, era fundamental que as pessoas mais velhas ampliassem com potencialidade sua memória e que, por meio dela, continuassem a transmitir os principais acontecimentos que ocorriam naquela época e em épocas passadas. O ato de transmitir fatos relevantes da história humana através das gerações fazia com que os velhos da Idade Média tivessem um papel, uma utilidade naquela sociedade medieval (CAVALHEIRO, 2016).

Na antiguidade essas pessoas, em sua maioria anciões, tinham um papel de destaque na sociedade como guardiões da memória coletiva. Percebe-se uma valorização da história oral contada por essas pessoas como ferramenta de preservação e salvaguarda da memória.

O ouvir e o registrar se aliaram como maneira política de documentar, e quem guardava os relatos detinha o poder. Já nos registros das sociedades antigas, começando pelos egípcios, a palavra escrita era valorizada em detrimento da oral, que se tornava recurso banal e território da comunicação comum, informal, e da transferência dos conhecimentos rotineiros e da memória (MEIHY; HOLANDA, 2014).

Percebemos no âmbito dessa pesquisa a necessidade de trabalhar a história oral em todas as categorias de memória institucional visto que nem sempre os documentos escritos trazem todas as informações sobre determinado período, fato ou acontecimentos e, nesse sentido, a história oral é uma rica fonte de informação e também se apresenta como uma forma importante de preservação da memória em todas as suas instâncias.

Ao longo da trajetória de uma instituição, muitas são as pessoas que por ali passam colaborando para a construção da organização, tanto na formação de suas políticas quanto de sua identidade. No entanto, com o passar do tempo, grande parte dessas pessoas se tornam esquecidas e muitas vezes o conhecimento tácito, particular de cada um e difícil de ser extraído, também se perde.

No âmbito desse estudo é possível categorizar a memória audiovisual por meio da história oral, com testemunhos em áudios ou vídeos, documentários e entrevistas gravadas ou transcritas. Durante essa pesquisa foi possível realizar a produção de um breve documentário acerca da criação da UFSCar em comemoração aos seus 50

anos e também prestar homenagem ao Prof. Sérgio Mascarenhas, responsável pela criação do primeiro curso oferecido na UFSCar em 1970, pioneiro na América Latina.

O local escolhido para a realização das entrevistas foi um estúdio de gravação na Rádio UFSCar que fica na própria Universidade. A escolha por este local se deu por ser um ambiente concebido justamente para este fim, pois é isolado de ruídos externos, tem luz adequada e os equipamentos necessários.

Através de um projeto de extensão foi possível a contratação de dois bolsistas do curso de Imagem e Som que auxiliaram com a parte técnica das entrevistas, tanto com a filmagem, quanto com a edição do documentário. Por meio de uma parceria com o Departamento de Ciência da Informação, na pessoa da Profa. Dra. Luciana Gracioso, que cedeu uma câmera filmadora profissional para realizar as entrevistas no estúdio.

Alberti (2005) e Harres (2008) consideram que dificilmente o pesquisador deve cogitar um roteiro de perguntas fixas, uma vez que um dos objetivos é estimular o processo de rememoração. A proposta é ter um guia ou um roteiro para apontar os assuntos a serem abordados durante a entrevista, ou seja, algo próximo à noção da técnica de entrevista semi-estruturada. Desta forma, nesta pesquisa a intenção foi a de respeitar o contexto das pessoas levando em conta suas experiências de vida e deixando-as livres para discorrer sobre os principais acontecimentos que marcaram sua trajetória na Universidade.

Assim, ao colher os depoimentos para a elaboração do documentário para os 50 anos da UFSCar optou-se por delinear algumas questões como “diga qual é o seu nome, em que setor/curso atuou na UFSCar e por quanto tempo? Conte um pouco sobre sua trajetória na UFSCar. Que fatos mais marcaram o período em que você esteve na UFSCar? O que a UFSCar representou/representa para você?”.

Neste primeiro momento da pesquisa, em 2019, houve a produção de um documentário com entrevistas realizadas com o Prof. Sérgio Mascarenhas, um dos principais responsáveis pela criação da UFSCar, Prof. José Roberto Gonçalves da Silva, professor da primeira turma do curso de Ciência e Engenharia de Materiais (curso que inaugurou a Universidade) e membro do Conselho de Curadores, a Profa. Maria Clara Filippini Ierard, primeira e única mulher na primeira turma do curso de Ciência e Engenharia de Materiais, Leila Maria Lenk, primeira bibliotecária do campus, Airton Santos Soares, antigo morador da Fazenda Trancham e

posteriormente servidor técnico desde 1973, sendo assim, um dos servidores mais antigos da Instituição.

A escolha por essas pessoas se deu pelo fato de que todos participaram do início da construção da Universidade há 50 anos. As entrevistas com Leila Lenk, Maria Clara Ierard e Airton Santos Soares durou menos de 1h cada uma. As entrevistas com os professores José Roberto Gonçalves e Sérgio Mascarenhas duraram pouco mais de 1h cada uma. O documentário com duração de 18 minutos pode ser assistido na íntegra no canal da UMMA no Youtube¹⁰

Seguindo a orientação do Comitê de Ética que aprovou a realização dessa pesquisa, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e após as entrevistas todos receberam uma cópia do documentário antes de sua divulgação oficial.

3.2.3 Coleção Bibliográfica Especial

Essa categoria objetiva desenvolver estudos, critérios, processos e políticas para recebimento e identificação de características físicas e de conteúdo, que possam ser representativas dos documentos como sendo únicos, escassos, inéditos e preciosos e, principalmente, como artefatos com significado histórico e/ou intelectual, situando-os em relação à história da UFSCar. Ela contribui para formação e gestão de coleções especiais (científica e técnica), evidenciando a sua importância e criando os meios de seleção e disponibilização integral de seus itens, via Repositório Institucional (RI-UFSCar).

A denominação de acervo indica o conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição ou de uma nação. Seguindo esse amplo espectro, é comum associá-lo a uma adjetivação que delimite o conjunto de obras ou bens a serem denominados, tais como: acervo histórico, documental, artístico, museológico, arquivístico, arquitetônico, audiovisual, fotográfico, arqueológico, paleontológico, bibliográfico, jornalístico, entre inúmeros outros. Dessa forma, acervo corresponde a um conjunto de bens estabelecidos como patrimônio de uma instituição ou de uma coletividade, e assim, sua preservação é garantida às futuras gerações pelos valores

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=4sLZZZ1VYsA>

que representa à sociedade, sejam estes de caráter histórico, cultural, artístico, afetivo, de raridade ou ineditismo, entre outros (POSSAMAI, 2020).

Os acervos necessitam não apenas de conservação, mas de organização e gestão compatíveis com sua tipologia, visando proporcionar instrumentos eficientes de consulta e acesso ao público, seja este leigo ou especializado. Conjuntos documentais sem gestão arquivística ou museológica, sem um sistema de documentação museológica eficiente, além de colocarem em risco sua segurança, impedem a consulta, assim como a produção de conhecimento oriunda da pesquisa (POSSAMAI, 2020).

O acervo especial é compreendido como um acervo de livros ou outros arquivos considerados importantes o bastante para serem guardados de forma distinta, preservando-a para gerações futuras. Comumente, estas coleções têm valor cultural e/ou de pesquisa significativos. Assim, considerar as coleções especiais como patrimônio bibliográfico é importante, não apenas para assegurar a sua preservação, mas também para possibilitar a identificação histórica, cultural e social dos diversos grupos que compõem uma sociedade (ARAUJO, 2020).

Desde a Idade Média, a Biblioteca Universitária configura-se como importante espaço de aquisição e troca de saberes científicos, como guardião do patrimônio bibliográfico universitário e da memória da Universidade que a acumulou e da disciplina ou disciplinas às quais se dedica. Em decorrência dos acervos que acumulam ao longo de décadas, no processo de formação e desenvolvimento de coleções, exercem um importante papel na preservação desse patrimônio e da memória técnico-científica da universidade (SOUZA; AZEVEDO; LOUREIRO, 2017).

A biblioteca como uma instituição de preservação, guarda e disponibiliza documentos, registros do passado, constituídos de variados suportes que representam a memória coletiva de um grupo de pessoas, podendo ser consideradas centros de memória (MURGUIA; YASSUDA, 2007).

Na UFSCar a Unidade de Memória nasceu como um projeto institucional gestado há mais de 10 anos e aprovado no ConsUni, órgão máximo deliberativo na Universidade, em 2017. Em 2019, a unidade se nucleou ao então Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Comunitária da UFSCar que passou a ser uma unidade do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e assumiu a responsabilidade pelas Coleções Especiais que antes eram do Departamento. Em 2022 a unidade deixou de fazer parte do SIBi e voltou a estar vinculada à reitoria. Ao

todo são oito coleções, sendo elas: Coleção Florestan Fernandes (FF), Coleção Florestan Fernandes Distrito Federal (FF-DF), Coleção Henrique Luiz Alves (HLA), Coleção Luís Martins (LM), Coleção de Ficção Científica (FC), Coleção Brasileira (C), Coleção Série Especial (SE) e, mais recentemente, Coleção Luiz Carlos Prestes (LCP). A seguir alguns detalhes sobre essas coleções especiais.

A Coleção Florestan Fernandes é composta pela biblioteca particular do ilustre sociólogo. É formada por livros nas áreas de Sociologia, Educação, Política e outras, dos quais grande parte contêm marginalias de Florestan. A coleção possui aproximadamente 12.000 exemplares (Figura 5). Adquirida e disponibilizada em 1996, foi inaugurada em agosto do mesmo ano, um ano após a morte de Florestan (OLIVEIRA; REIS, 2015).

Há também a Coleção Florestan Fernandes – Distrito Federal composta por obras que estavam no seu gabinete em Brasília quando foi Deputado Federal. Complementa esse acervo um pequeno museu com objetos pessoais de Florestan. O museu reúne os objetos pessoais do professor, tais como: placas de homenagens, distinções, óculos, máquina de escrever, fotos da família, diplomas, bem como a beca que o professor usou durante a solenidade em que recebeu o título de Doutor Honoris Causa na Universidade de Coimbra. Todos os objetos do museu foram cedidos pela família (RAMALHO, 2020).

A Coleção Luiz Carlos Prestes é composta pelo acervo particular que pertenceu a Luiz Carlos Prestes doado por sua filha Anita Leocádia Prestes à UFSCar. Este acervo é composto por livros, arquivo pessoal e objetos. Assim como o acervo de Florestan, a coleção é composta por documentos bastante diversificados de sua vida política e pessoal, como por exemplo cópias das correspondências trocadas com Olga Benário Prestes no período em que foram presos.

A Coleção Luís Martins é composta pela biblioteca particular que pertenceu ao escritor e jornalista. O também cronista foi esposo da pintora Tarsila do Amaral e participou da Semana de Arte Moderna de 1922, fortemente envolvido com a cultura e a arte. Ganhou o prêmio Jabuti em 1965 na categoria “Biografia e Memórias” e em 1972 na categoria “Romance”. O acervo é composto por obras de literatura europeia e brasileira e também obras sobre artes. Esta foi a primeira coleção especial a ser adquirida pela UFSCar em 1995.

A Coleção Henrique Luiz Alves, que pertencia ao escritor e crítico literário, é composta por 6.659 títulos na área de Literatura Brasileira, sendo muitas dessas obras primeiras edições. Há dedicatórias dos autores em mais de três mil títulos.

A Coleção de Ficção Científica, que pertenceu ao Prof. Caio Luiz Cardoso Sampaio, foi disponibilizada desde 2002 e também compõe o acervo da UMMA. Conta com 3.004 títulos sobre ficção científica, sendo que alguns deles inspiraram a produção de filmes que foram feitos posteriormente à edição do título. Alguns volumes contam com avaliações deixadas pelo professor. Em todos os volumes foi afixada uma ilustração de uma nave intergaláctica como *ex-libris* da coleção.

A Coleção Brasiliana é composta por 542 volumes de obras que versam sobre viagens, geografia e história do Brasil. Trata-se de uma coleção antiga e muito específica sobre os temas.

A Revista Ilustração Brasileira, publicada de 1909 a 1958 também faz parte das Coleções Especiais. A Revista abordava usos e costumes da época. A UMMA possui 225 números, os quais foram publicados entre os anos de 1920 a 1951. Sua periodicidade era mensal e trazia cópias de trabalhos de ilustradores brasileiros abordando a cada mês uma data comemorativa.

Tanto o acervo de Florestan Fernandes quanto o de Luiz Carlos Prestes compreendem o acervo bibliográfico, periódicos, e um Fundo arquivístico melhor descrito na seção subsequente que abarca objetos tridimensionais, documentos textuais, fotografias e outros. No tratamento dessas duas coleções em especial procurou-se por uma organicidade, ou seja, fazer a correlação entre os diferentes materiais de um mesmo conjunto. A seguir na figura 5 tem-se a imagem do acervo de Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFSCar.

Figura 5 – Foto da sala central das Coleções Especiais (Biblioteca Florestan Fernandes)



Fonte: imagem registrada pela autora (UMMA-UFSCar).

3.2.4 Memória Arquivística

Objetiva desenvolver estudos e atividades de coletar, reunir, organizar e disponibilizar os documentos da produção técnico-administrativa relacionada à memória e à história da UFSCar. Os principais propósitos nessa categoria abrangem a identificação de conteúdo a partir de possibilidades de reconhecimento e interpretações de fatos históricos, se constituindo, assim, como registros auxiliares da memória, principalmente, pela sua capacidade de promover recordações, construção de laços de convívio e afeto nas relações.

A trajetória institucional de um órgão do patrimônio pode ser apreendida através de uma leitura atenta de tais arquivos, fazendo de sua descrição um instrumento de muito valor para uma compreensão ampla do que determinado grupo entende por patrimônio (COSTA, 2020).

De acordo com Camargo e Bellotto (1996) o arquivo pode ser entendido como um conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são

reunidos pelo acúmulo ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. O Fundo corresponde à unidade formada pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade. Já o arquivo permanente é o conjunto de documentos sob custódia em caráter definitivo, em razão do seu valor.

Nesse sentido, Paes (1986) endossa que os arquivos são espaços de ajuntamento ordenado de documentos, quase sempre textuais, oriundos no curso da atividade de uma instituição e que têm que ser preservados para alcançar seus objetivos pensando na sua utilidade futura.

Morales (2005) ressalta que só pode ser considerado um arquivo, aquele que preserva seus materiais para garantir sua consulta pelos usuários e gerações futuras de forma permanente ao longo do tempo.

O cuidado com os valiosos documentos oficiais é uma obrigação pública, fato este reconhecido, em primeiro lugar, na França onde ocorreu o reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade como uma grande conquista na Revolução Francesa. Para este país e também Inglaterra e Estados Unidos a principal razão para a instituição de arquivos públicos foi a necessidade de incrementar a eficiência governamental. A segunda razão foi de ordem cultural, pois os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos, como livros, manuscritos e tesouros de museus. Quando produzidos por um governo são fonte desse governo e só podem ser administrados por ele (SCHELLENBERG, 2002).

Os arquivos do patrimônio se confundem com as instituições patrimoniais responsáveis por sua formação, organização, guarda e preservação. Essa definição mostra que esses arquivos foram organizados ao mesmo tempo em que as trajetórias institucionais. Tratar um arquivo do patrimônio é o mesmo que pensar numa organização, instituição ou serviço que é responsável pelo patrimônio de um determinado país ou grupo social (COSTA, 2020).

Concretizado por seus realizadores e também protetores, contém documentação que reflete os interesses e valores institucionais. São seus servidores que promovem e autorizam a produção de documentos e a incorporação de coleções. O arquivo do patrimônio é a expressão de um trabalho institucional, assim como das ações políticas operadas por seus servidores. A forma como se tem acesso ao conteúdo dos arquivos é um ponto interessante. O público em geral e os próprios especialistas têm conhecimento de uma parcela muito pequena de seus documentos, visto que os protetores que controlam sua estrutura e seus conteúdos são também os

responsáveis por dar visibilidade a determinadas séries, conjuntos e narrativas (COSTA, 2020).

A UMMA, desde 2019, é responsável por dois grandes Fundos sendo eles o Fundo Florestan Fernandes e o Fundo Luiz Carlos Prestes (em processamento técnico), cujos conjuntos documentais são oriundos do arquivo pessoal de seus detentores que dão nome ao próprio Fundo. Estes documentos que compõem o Fundo vieram, em ambos os casos, acompanhados do acervo bibliográfico especial que também se encontram na UMMA para consulta e pesquisa.

“O patrimônio documental mundial pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos”. Com esta visão, a UNESCO estabeleceu, em 1992, o Programa Internacional Memória do Mundo (BIBLIOTECA NACIONAL, 2022). O Fundo Florestan Fernandes em 2009 recebeu o selo da UNESCO Memória do Mundo (Figura 6), sendo considerado como um dos conjuntos de documentos de relevância para a humanidade.

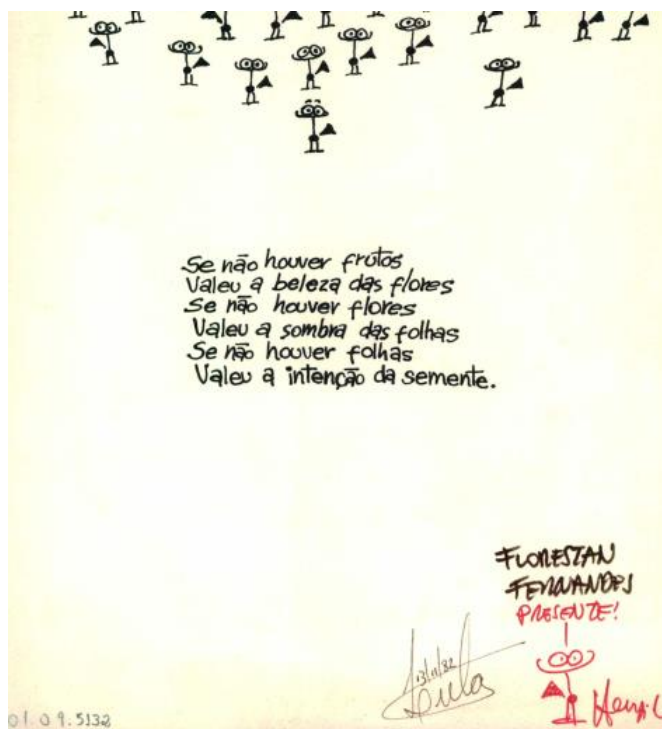
Figura 6 – Logomarca criada pela UNESCO para o Fundo Florestan Fernandes



Fonte: UNESCO, pertencente à UMMA (UMMA-UFSCar)

Atualmente são mais de 9.000 registros de documentos do Fundo Florestan Fernandes no sistema de gerenciamento de dados Pergamum disponíveis para consulta. Esses registros correspondem a fichas manuscritas, cadernos e cadernetas de pesquisa, trabalhos de alunos, fotografias, cartões postais (ver Figura 7), entrevistas concedidas, artigos publicados, prefácios, panfletos de campanha política, recortes de jornais, alguns objetos, correspondências trocadas com seus correligionários, dentre inúmeros outros.

Figura 7 – Cartão postal do Presidente Lula para Florestan Fernandes com arte do cartunista Henfil



Fonte: UMMA/SIBi-UFSCar/ Fundo Florestan Fernandes

O arranjo, nome que se dá à classificação nos arquivos permanentes, foi feito da seguinte forma no Fundo Florestan Fernandes (Quadro 1):

Quadro 1 – Estrutura do arranjo do Fundo Florestan Fernandes

Série	Notação	Denominação
01	VP	Vida Pessoal
02	VA	Vida Acadêmica
03	PO	Vida Política
04	PI	Produção Intelectual
05	PIT	Produção Intelectual de Terceiros
06	HP	Homenagens Póstumas

Fonte: Cósia (2012)

Além dos Fundos ligados às Coleções Bibliográficas Especiais há também o arquivo permanente da Universidade de cunho administrativo e acadêmico. O arquivo acadêmico inclui documentos como regimentos, regulamentos, normas, projetos políticos pedagógicos e programas de projetos especiais. O arquivo administrativo

incluir, mas não somente, documentos fiscais, relatórios, prontuários, listas de preços, atas de registros, documentos de licitação, assentamento funcional, registros contábeis, decretos e portarias, livros caixa e contratos. Parte desses documentos também estão relacionados à criação da UFSCar. Para ilustrar, na figura 8 pode-se ver na primeira imagem o Professor Martiminiano de Azevedo assinando a doação da Fazenda Trancham para a construção da UFSCar, tendo como testemunhas na segunda foto o Prefeito José Bento Carlos Amaral e o Vice-prefeito Dr. Alderico Vieira Perdigão.

Figura 8 – Momento da assinatura de doação da Fazenda Trancham para a construção da UFSCar.



Fonte: Matheus Mazini (acervo cedido à UMMA)

3.2.5 Memória iconográfica

As fontes iconográficas dizem respeito aos documentos iconográficos que incluem os documentos fotográficos. Estes abrangem principalmente as imagens transmitidas em sua forma original, isto é, os próprios artefatos, tal como foram

formados no passado, por meio de diferentes processos e técnicas e, também, as imagens reproduzidas pelas diversas formas de impressão (KOSSOY, 2001).

As imagens são fontes portadoras de diversas informações objetivas, mas elas também são expressões da cultura artística, histórica e técnico-científica de sua época, desempenhando certas concepções de tempo e espaço, memória e história, ciência e natureza, indivíduo e sociedade, pertencimento e patrimônio (TURAZZI, 2009).

A imagem tem seu valor histórico intrínseco e a reprodução sob os mais diferentes meios é em função da propagação do conteúdo essencialmente um instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. Daí a importância da organização de arquivos imagéticos destinados a preservar e difundir a memória histórica (KOSSOY, 2001).

É evidente a legitimidade da iconografia, seja como objeto de estudo, seja como instrumento de pesquisa. Logo, a imagem passou a ocupar o seu devido lugar ao lado do documento escrito, deixando de ter função coadjuvante ou puramente decorativa (SCHLICHTA, 2004).

Trabalhar com a iconografia é ter muitos desafios, pois sendo uma fonte de difícil decodificação, ela exige métodos de abordagem e de tratamento da informação bastante específicos. Assim, a aprendizagem e o reconhecimento de determinados processos técnicos empregados no passado representaram, muitas vezes, dificuldades como por exemplo, a identificação de adaptações e transposições de uma imagem técnica para outra, uma das etapas mais difíceis principalmente quando se trata de acervos numerosos (TURAZZI, 2009).

De acordo com Knauss (2006) há duas grandes perspectivas de estudo da cultura visual sendo uma mais limitada, que busca tratar da experiência visual da sociedade ocidental na contemporaneidade (marcada pela imagem digital e virtual), e outra mais abrangente, que permite pensar diferentes experiências visuais ao longo da história em vários tempos e sociedades.

A imagem surge de uma troca simbólica e de um espectro produzido para enfrentar a destruição provocada pela passagem do tempo, gerir a memória, manter a coesão social e, também, exercer o controle político (KERN, 2005, p. 7).

As relações do presente com as imagens do passado, fortemente ligadas às nossas percepções de tempo, memória e história, são primordiais para o entendimento da maneira como representamos esse tempo pretérito, o lugar que a

história ocupa em nosso presente e o modo como são tratados os vestígios do passado. O conhecimento histórico, de uma perspectiva cultural, nos ajuda a pensar o papel da iconografia e de outras representações do passado na cultura histórica (TURAZZI, 2009).

O levantamento iconográfico na Universidade tal como sua preservação demonstra um respeito à história da instituição. Esse acervo se configura como patrimônio histórico da instituição e mostra sua identidade e transformação ao longo do tempo. A proposta de política de memória é também uma tentativa de promover a história da UFSCar e o trabalho de todos, que de alguma forma participaram de sua construção e desenvolvimento.

Um levantamento iconográfico da UFSCar permitirá que se tenha um panorama da evolução da cultura, da arte, das atividades e do desenvolvimento da Universidade, além de servir como fonte de estudo a pesquisadores e a quem possa interessar.

3.2.6 Memória fotográfica

Tem por incumbência desenvolver estudos e atividades para prospectar, coletar, reunir, identificar e tornar acessível os documentos imagéticos, inclusive de cunho artístico. As atividades específicas de identificar os conteúdos imagéticos a partir de possibilidades interpretativas de fatos ou cenas fotografadas se constituem como registros auxiliares da memória, principalmente, pela sua capacidade de promover recordações e de rememorar. As fotografias podem se constituir como parte da memória iconográfica da instituição. Dentre os resultados deste subgrupo estão exposições temáticas itinerantes, digitalização das coleções e formação do acervo iconográfico/fotográficos da UMMA.

A fotografia também se constitui como fonte para recuperação de informação. A cooperação e os conhecimentos advindos de outras ciências são muito importantes para que possamos compreender como as especificidades de determinado momento histórico regeram a evolução da fotografia em dado espaço. As imagens fotográficas trazem em seus conteúdos extratos visuais do passado e com isso, uma série de informações multidisciplinares (KOSSOY, 1980).

As imagens sempre estiveram presentes na construção do patrimônio da Universidade e têm papel fundamental na preservação da memória da instituição. A

partir deste estudo foi possível identificar um grande volume de material fotográfico relacionado à história da Universidade. Assim, é importante destacar que devido a sua importância e grande volume na UFSCar, embora esteja dentro do contexto mais amplo que é a iconografia, nesta pesquisa merece constituir-se como uma categoria temática à parte.

A ação de registrar, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico característico (marcado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético, etc.), essa fotografia mostra um fragmento selecionado do real, ou seja, o assunto registrado (KOSSOY, 2001).

As fotografias sempre foram uma importante fonte de pesquisa, todavia representa quase sempre um grande desafio com relação ao trabalho descritivo, haja vista a dificuldade de identificação da autoria, lugar, data, e mesmo do acontecimento histórico que a fotografia representa, que nem sempre é fácil de ser identificado. Sem essas informações as fotografias em si perdem o sentido.

O ato fotográfico é o resultado de um corte, tanto no campo visual (espaço) quanto na duração (tempo), estabelecendo-se em uma fração separada e preservada do mundo para a posteridade. Apesar da fotografia não inaugurar a era da reprodutividade das imagens, ela inaugura a era da reprodutividade técnica das imagens, admite que essa reprodução seja muito mais rápida, barata e em grande quantidade, e mais autêntica do que aquelas obtidas pelas tecnologias anteriores (MONTEIRO, 2008).

Para Etcheverry (2018) há uma diferença entre fazer história com fotografias e fazer história das fotografias. Na primeira situação o historiador busca identificar aspectos da sociedade do passado a partir de dados que a fotografia pode mostrar (história social). Na segunda possibilidade a fotografia pode ser pensada como portadora de história considerando quem fotografou, com qual intenção, qual tecnologia (história cultural). Assim, a autora considera que uma maior profundidade de análise acontece na conexão dessas duas perspectivas.

Em um levantamento realizado por meio da Campanha “Doe 1 minuto do seu tempo para os 50 anos da UFSCar” foi possível identificar que 80% dos materiais relacionados à história da UFSCar, que as pessoas dispõem, são fotografias. No âmbito da UMMA a proposta é recuperar todo esse acervo fotográfico e em um segundo momento descrever esse material identificando pessoas, locais e contexto

da cena que se apresenta, e na sequência inserir este acervo no Repositório Institucional de Dados.

A fotografia foi oferecida como um apoio valioso para a ciência e para as artes em geral. O potencial da fotografia de repertoriar os lugares mais distantes do mundo, auxiliando as expedições científicas, assim como de reproduzir as obras de arte antigas visando ao seu estudo, lhe deu o status de espelho do real (MONTEIRO, 2008). O autor parafraseando Roland Barthes (1982, p. 11) aponta que “a fotografia é uma imagem híbrida, pois construída em parte por um aparelho técnico que captaria um real puro e em parte por uma mensagem com conteúdo histórico, social e cultural”.

3.2.7 Memória Museológica

Essa categoria tem por objetivo desenvolver estudos para caracterizar, organizar e expor um conjunto de objetos museológicos, promotores de memórias sobre a UFSCar. Ao reunir essas fontes históricas tridimensionais e demais suportes com potencialidade discursiva pode-se criar narrativas históricas que permitam dar sentido ao passado, entendimento do presente e projeções sobre o futuro da UFSCar. Os resultados deste subgrupo estão associados à capacidade de realizar curadoria e exposições temáticas itinerantes e/ou registros tridimensionais para exposições virtuais, permitindo assim amplo acesso do público. Todos os objetos e suas imagens digitais farão parte do acervo iconográfico/fotográfico da UMMA.

Os objetos enquanto fontes são considerados vestígios materiais que sobreviveram à ação do tempo. No amplo conjunto da história e das demais ciências que investigam o passado, essas fontes abrangem os monumentos arquitetônicos de toda natureza como ossos, moedas, vestimentas, armas, produções de arte e muitos outros (KOSSOY, 2001).

A mais antiga instituição educacional a constituir um museu foi a Universidade de Oxford em 1884 com o Pitt Rivers Museum em que a coleção reflete, entre outras coisas, a maneira como os britânicos enxergavam a diversidade cultural por meio da apresentação de objetos como instrumentos musicais, armas, vestimentas, adornos e outros. A segunda instituição mais antiga é o Museu Paulista que teve sua origem em 1890 e em 1968 foi transferido para a Universidade de São Paulo (SILVA, 2021).

A partir de um levantamento realizado por um grupo representativo das cinco regiões do território brasileiro formado por profissionais, professores e alunos

vinculados a diferentes universidades durante o V Fórum de Museus Universitários foram mapeados 365 museus universitários o que corresponde a 10% dos museus brasileiros. Há uma expectativa de que esse número cresça, visto que esse levantamento não é conclusivo, dada a complexidade da própria definição do que seja uma coleção e um museu universitário, sua localização dentro da estrutura universitária e da transformação característica desses museus, que diariamente surgem, fundem-se e desaparecem, para reaparecerem transmutados em outra formação e/ou núcleo museológico (SILVA, 2019).

Os museus universitários têm as ferramentas (os objetos, os pesquisadores e os laboratórios) e têm acesso ao conhecimento, como é produzido no aqui e agora, assim, estão provavelmente em melhor posição do que qualquer outra instituição para refletir as questões complexas de coletar, estudar e interpretar o patrimônio material e imaterial científico, artístico e cultural contemporâneo (LOURENÇO, 2004).

Nenhum outro programa das universidades (talvez com a exceção de seus hospitais universitários) possui uma relação tão próxima e ampla com a sociedade quanto seus museus (SILVA, 2021).

A valorização dos saberes culturais, somados às memórias, suscitam experiências e emoções aplicáveis para a vida prática das novas gerações. A simples lembrança de um objeto ou lugar casual ou familiar é suficiente para fazer com que ele se eternize para o indivíduo. A relação afetiva construída ao longo do tempo entre as pessoas e objetos é um fator aplicável na lembrança de pessoas com vínculo ao grupo social, construindo laços fortes de identidade (MOURÃO; OLIVEIRA, 2019).

Na Biblioteca Comunitária da UFSCar, onde acontece a maior parte das exposições e onde se localiza a Unidade de Memória, passam cerca de 2.000 mil pessoas por dia, o que é considerado pela Instituição um público bastante expressivo. Durante a pandemia essas exposições passaram a acontecer de forma virtual tendo sua divulgação nas redes sociais da Unidade.

Em 1995 a criação de uma Biblioteca Universitária Comunitária foi um projeto pioneiro na América Latina. Na época, e ao longo dos anos, a Biblioteca abarcou as coleções bibliográficas especiais que incluíam os objetos dessas coleções, que em sua maioria pertencem aos fundos arquivísticos. Esse acervo de objetos passou a ser chamada de “museu” na Universidade, embora não seja institucionalmente considerado assim, pelas prerrogativas legais que envolvem uma criação dessa magnitude.

No campus de Araras, também no âmbito da Biblioteca, criou-se um “museu” ou espaço de memória com os objetos antigos da própria instituição (ver figura 10), onde antes havia sido uma fazenda que abrigou uma estação do Instituto de Açúcar e Álcool (IAA) extinto em 1990 e que em 1991 se tornou um campus da UFSCar.

Em todos os campi da UFSCar ocorrem exposições museológicas e culturais promovidas pelas Bibliotecas e pela UMMA e sempre que possível essas atividades são realizadas em parceria por essas unidades. Algumas vezes são realizadas cooperações entre os PETS indígenas, as bibliotecas e a UMMA, na organização de exposições da semana indígena que ocorre todos os anos na UFSCar, que concentra um total de 43 etnias indígenas diferentes (em 2022) entre alunos de graduação e pós-graduação.

A partir da atividade de extensão “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar” e do relatório de extensão elaborado pela bolsista e aluna Ana Tereza de Pádua, foi possível identificar objetos museológicos dispersos na Universidade como quadros com imagem de satélite da UFSCar, aparatos tecnológicos da década de 1960/1970 e alguns dos primeiros objetos patrimoniados na Universidade. A partir deste levantamento, a UMMA pretende reunir tais objetos utilizando para isso o Repositório Institucional (RI) e mediante haver um local apropriado reunir também fisicamente este acervo. A seguir, apresenta-se alguns objetos pertencentes às coleções especiais da BCo.

Figura 9 – Objetos do Fundo Florestan Fernandes



Fonte: imagem registrada pela autora

Figura 10 – Espaço de Memória Campus Araras



Fonte: Alini Cristiani De Carli (Biblioteca Campus Araras)

A memória museológica no contexto universitário deve ser vista como um espaço não somente de mostra do passado, mas de divulgação e disseminação da pesquisa científica e de seus resultados em termos de conhecimento e mesmo de produtos para a sociedade que muitas vezes não tem ciência do que é produzido no meio acadêmico em prol da própria sociedade.

A divulgação das coleções museológicas da Universidade é uma importante forma de apresentar a comunidade como um todo sua história e trajetória e também é uma forma de aproximação com a sociedade.

3.2.8 Memória da Paisagem

Tem por objetivo levantar informações de diferente natureza ou patrimônio “natural” (imagética, arquivística e outras) para desenvolver estudo sobre as características da paisagem da UFSCar, bem como as suas transformações, ocorridas ao longo do tempo. Essas transformações podem ter ocorrido em função de ações planejadas e tomadas de decisões, como também das observações das relações entre indivíduos e a paisagem e das práticas culturais que se estabelecem na comunidade da UFSCar. Esse processo envolve a recuperação de registros de elementos que compõem as “feições dos lugares” e as de suas descrições ou enunciados sobre os elementos de ordem natural ou cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a “memória do lugar”.

O conceito de paisagem é amplo e usado em diferentes áreas do conhecimento e pelo senso comum, tendo muitas interpretações acerca da sua origem. Já o termo paisagem cultural tem procedência conhecida tendo sido criado na Alemanha por Otto Schlüter (1872-1959), geógrafo da Universidade de Halle. Assim, paisagem cultural corresponde a toda a paisagem transformada pelo ser humano, em oposição à paisagem natural, aquela isenta de alterações. No entanto, o termo se popularizou a partir de Cari Ortwin Sauer (1889-1975), professor na Universidade da Califórnia, que teria formulado a frase “A cultura é o agente, a área natural, é o meio e a paisagem cultural é o resultado”, que reforça a tradição de analisar as transformações praticadas na paisagem pela cultura (RIBEIRO, 2020).

Carvalho, Bem e Cademartori (2019) apresentam no Quadro 2 um conjunto de conceitos acerca da paisagem nas diferentes áreas do conhecimento e por diferentes autores.

Quadro 2 - Conceitos de paisagem nas diferentes áreas do conhecimento

Autor	Ano de publicação	Área do conhecimento	Descrição
HUMBOLDT, Alexander Von	1808	Geografia	“A paisagem é vista de forma holística, associada a um conjunto de fatores naturais e humanos.”
TROPPEMAIR, Helmut	1990	Geografia	“Paisagem é uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, que reagindo dialeticamente fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.”
COLLOT, Michael	1990	Literatura	“A paisagem é definida a partir do ponto de vista de onde é observada; isso supõe, como sua própria condição de existência, a atividade constituinte de um sujeito.”
SCHAMA, Simon	1996	História e História da Arte	“Paisagem é cultura antes de ser natureza.”
SALGUEIRO, Teresa Barata	2001	Geografia	“A paisagem é percebida como o resultado da interação homem-meio, permitindo, então, distinguir o homem como transformador da paisagem.”
MAXIMIANO, Liz Abad	2002	Geografia	“Paisagem é um exercício de interpretação baseado na observação e na memória como o resultado da interação do homem com o ambiente.”
VERDUM, Roberto	2012	Geografia	“A paisagem é o produto da vida e sua manifestação abarca as múltiplas camadas de significados atribuídos à memória e à identidade de diferentes grupos sociais.”
COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon	2014	Memória Social e Patrimônio Cultural	“Paisagem é o substrato espacial sobre o qual a memória se solidifica e pode ser evocada.”
KIYOTANI, Ilana	2014	Geografia	“A paisagem deixa de ser um fragmento do espaço físico para se conceber como cultura, expressada nas inter-relações humanas com a natureza.”

Fonte: CARVALHO, Bem e Cademartori (2019)

Os conceitos de patrimônio natural e paisagem também se constituem como uma expressão da memória e identidade de uma comunidade (CARVALHO; BEM; CADEMARTORI, 2019). Paisagem e memória são dois conceitos que se aproximam nas áreas de pesquisa em que admitem significado e relevância, como a Geografia, a História Cultural e também a Biologia (MAXIMIANO, 2002).

As primeiras expressões dessa memória foram retratadas por culturas ancestrais graças a aparições artísticas, como as pinturas rupestres, datadas de um período entre 30 mil e 10 mil anos a.C., que são as mais antigas expressões da relação entre observação, memória e espaço (MAXIMIANO, 2004). Nesses traços pré-históricos, observa-se o testemunho da memória, por meio das características da paisagem que eram predominantes ou escolhidas como representativas para os diferentes grupos sociais (JELLICOE, 1995)

Nessa perspectiva, Schama (1996) cita a importância das paisagens para a construção de definições de identidade da sociedade, uma vez que reproduzem as imagens mentais e os imaginários sociais relacionando-os a uma combinação de emoções, recordações, memórias e sentidos. Para o autor “paisagem é cultura antes de ser natureza” (SCHAMA, 1996, p. 70), já que o espaço imprime, na sua concepção, a memória, a cultura e a herança de uma comunidade.

Para Oliveira (2002) o desenvolvimento das forças produtivas que inclui a força de trabalho humana, os instrumentos e objetos de trabalho e a tecnologia permitiram a exploração dos recursos naturais, levando-os quase à insuficiência. Kiyotani (2014) também reforça que esse foi o marco que deu início às preocupações sobre o risco de ausência de elementos da natureza, uma vez que as ações humanas modificaram o meio ambiente, dificultando ou inviabilizando o retorno às paisagens naturais originais. Essas transformações, decorrentes das atividades resultantes da ação humana, desencadearam reflexões sobre a necessidade de conservação de ecossistemas e suas funções ecológicas, a sustentabilidade e a associação das práticas culturais à elaboração de medidas de proteção do patrimônio natural.

Em 1937 houve a edição da primeira legislação federal específica para a proteção do patrimônio, o Decreto-Lei n.º 25, que abrangeu os monumentos naturais à categoria de patrimônio histórico e artístico nacional:

Artigo 1.º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] § 2.º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

A preocupação quanto à conservação da natureza teve início no âmbito da cultura e com o valor atribuído às paisagens naturais. Esse diálogo foi internacionalmente promovido pela Unesco e, no contexto nacional, teve como agente principal o IPHAN (SCIFONI, 2008). Dessa forma, em 1992 a Unesco incluiu a paisagem natural na lista de patrimônio mundial e em 2009 o IPHAN incluiu a paisagem natural na lista do patrimônio nacional (CARVALHO; BEM; CADEMARTORI, 2019).

A preservação patrimonial, ao incorporar a noção de paisagem, passou a valorizar as especificidades das relações entre o ser humano e o meio ambiente (COSTA, 2014). No artigo 225 da Constituição Federal de 1988, há referência ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelece que é dever do Estado preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas, mantendo a diversidade e a integridade do patrimônio genético, da fauna e da flora e definindo espaços territoriais a serem especialmente protegidos (BRASIL, 1988).

A Unesco classifica as paisagens culturais em três grandes grupos: a) Paisagens claramente definidas; b) Paisagens evoluídas organicamente, subdivididas por sua vez em Paisagem relíquia ou fóssil e Paisagem contínua; c) Paisagens culturais associativas. O entendimento da Unesco sobre paisagem cultural é voltado para a preocupação da relação entre sociedade e natureza a partir de dois movimentos: a conservação da natureza e a preservação do patrimônio cultural (RIBEIRO, 2020).

Neste estudo foi possível identificar mediante conversas com especialistas na área de Biologia e Meio Ambiente que toda a região onde se encontra a Universidade Federal de São Carlos é uma área de Cerrado. Dentro deste bioma temos a fauna e a flora que se constituem como um dos níveis de descrição no bojo da memória da paisagem. Também foram levantadas coleções de insetos, borboletas e mariposas, algas e outros. Neste estudo os fósseis foram classificados no subgrupo de história local, regional e arqueológica.

O Cerrado da UFSCar é constituído por mata ciliar, córregos, árvores de pinos e eucalipto. De acordo com uma docente da UFSCar, com mais de 40 anos na Universidade, na década de 1970 toda a área da Fazenda Trancham era uma grande “mancha verde” caracterizada como Cerrado (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – Vista aérea da Fazenda Trancham.



Fonte: acervo fotográfico da UMMA

Figura 12 – Antiga vista do lago localizado na área sul do campus.



Fonte: Acervo fotográfico da UMMA

3.2.9 Memória Arquitetônica

A memória arquitetônica pode fazer parte da Memória da Paisagem, que inclui o patrimônio “natural”, mas há espaço para desenvolver estudos específicos sobre as características arquitetônicas dos campi da UFSCar. Um dos principais objetivos desse estudo é de oferecer subsídios para entendimento do processo de ocupação dos campi, principalmente, em uma perspectiva do patrimônio histórico arquitetônico/edificado, levando em consideração a hipótese de que há elementos patrimoniais que fomentam a perspectiva da identidade e da memória associadas às edificações compõem a paisagem local. Esses estudos possuem potencial para um melhor entendimento da trajetória histórica, das políticas públicas de investimento no ensino universitário, dentre outros aspectos.

A história da Arquitetura compreende o estudo, a análise dos elementos arquitetônicos e de sua sequência em todos os períodos e em todas as regiões. De certa maneira, completa-se ela com a matéria da Arquitetura Analítica, da qual absorve elementos que positivem as etapas dessa evolução. Assim também, recorre-

se à Arqueologia para lançar alguma luz sobre as formas e os materiais usados em épocas passadas (BOLTSHAUSER, 1963).

O estudo arquitetônico é fundamental a fim de que se possa conhecer a origem e as transformações de todas as formas arquitetônicas, posicionando-se no tempo e no espaço as estruturas já feitas, observando-se além disso os materiais utilizados e os sistemas construtivos com o seu correspondente poder de realização (BOLTSHAUSER, 1963).

O património arquitetônico corresponde a um conjunto do património cultural que compreende as edificações independentes, as categorias arquitetônicas e os espaços urbanos aos quais são atribuídos valores culturais. Em seus primórdios, a preservação do património cultural se concentrou no património arquitetônico e, especificamente, nos chamados monumentos históricos. Em 1830 criou-se na França a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos, com o intuito de inventariar, classificar e restaurar monumentos de valor histórico e arquitetônico (ANDRADE JUNIOR, 2020).

Com o crescimento das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, cuidadosamente guardados pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária (LE GOFF, 2003).

A necessidade de proteção de bens arquitetônicos e históricos que pudessem ser representativos de uma concepção do povo, tidos como identidade por sua população e como diferença por outras nações foi sentida no bojo da construção dos Estados Nacionais na Europa, no século XIX, exemplo em que o Brasil se inspirou ao se tornar um país autônomo (CHUVA, 2020).

Assim, o acervo arquitetônico, por sua característica de visibilidade, especialmente em contextos urbanos, é o que mais recebe atenção dos grupos sociais em defesa de sua preservação. Isso acontece não somente devido às marcas oriundas da passagem do tempo ou aos traços estéticos de determinada época ou estilo, mas em função das problemáticas concernentes à degradação de edificações na paisagem urbana, o que pode afetar os habitantes, quanto aos aspectos ambientais, econômicos, culturais ou afetivos, por exemplo (POSSAMAI, 2020).

No Brasil o IPHAN, responsável pelos assuntos relacionados ao Patrimônio, é a primeira instituição dedicada à preservação do patrimônio cultural na América Latina (e uma das mais antigas); a história do IPHAN se mistura com a formação cultural do

Brasil. Nos seus 80 anos de exercício, o Instituto, que nasceu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) dentro do Ministério da Educação e da Saúde, trabalhou em parceria com a União, os Estados, os Municípios, a comunidade e o setor privado, procurando apoio e investimentos na ampliação de uma rede de amparo e valorização do patrimônio. As primeiras ações do IPHAN foram voltadas à sensibilização da população, quanto ao valor e a importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes, com ações educacionais, organização de exposições e criação de museus regionais. As iniciativas levaram o órgão a alcançar prestígio internacional e deixaram como herança um volumoso número de bens culturais salvos do desaparecimento (IPHAN, 2016).

Nos primeiros 30 anos de atuação do IPHAN, na época SPHAN, a maior parte dos bens protegidos correspondia a monumentos do patrimônio arquitetônico, sendo da arquitetura urbana privada como solares e sobrados nobres, da arquitetura urbana pública como casas de Câmara e cadeia e palácios de governo, da arquitetura rural como engenhos e fazendas e da arquitetura religiosa, como igrejas, capelas e conventos católicos. A escolha dos bens que compõem o patrimônio no Brasil está relacionada à construção da identidade nacional (ANDRADE JUNIOR, 2020).

A Universidade, desde suas origens medievais até os dias de hoje, sempre estabeleceu sua presença nas cidades demarcando um território específico, retratando seus espaços de modo peculiar. No âmbito da arquitetura a Universidade surge como instituição modernizadora, principalmente em um país onde ela surge tardiamente (ANDRADE, 2009).

Para Agache (1930, p. 194):

Os estabelecimentos universitários representam um conjunto de edifícios consideráveis; eles devem satisfazer a duas condições essenciais; estarem espaçosamente instalados numa orientação salubre e possuírem comunicações fáceis com o centro da cidade, de modo a tornar cômodo e atraente o preparo dos estudos e a formação de técnicos chamados a prestar grandes serviços ao país.

No estudo dos planos de assentamento universitário, assim como nas arquiteturas de seus edifícios, encontra-se um reflexo de teorias e práticas estrangeiras, o que fez de campus e cidades universitárias públicas no Brasil um laboratório privilegiado da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos. É

como elemento vital do processo de transformação da cidade atual que o campus universitário deverá rever seu lugar na formação urbana, interagindo com a cidade contemporânea de modo ativo e ao mesmo tempo crítico ao oferecer um lugar público não apenas para usufruto da população em geral, como área de lazer que seus espaços propiciam, mas também como território de produções artístico-culturais e tecnológicas inovadoras e experimentais (ANDRADE, 2009).

Após conversa com um arquiteto com mais de 30 anos de Universidade que participou e projetou a maior parte dos prédios existentes atualmente na UFSCar, identificou-se quatro categorias de edificações, sendo elas as construções arquitetadas com Brise (termo original do francês brise-soleil) elemento que protege o interior do ambiente da luz solar direta; os pré-moldados que são elementos moldados fora de seu local definitivo de utilização; as construções mistas, parte pré-moldada e parte não, e construções especiais que não se enquadram nas características anteriores, tais como o prédio da Unidade de Atendimento a Criança (UAC) e o Anfiteatro Bento Prado Júnior. A seguir a imagem da construção do edifício da Biblioteca Comunitária da UFSCar aproximadamente em 1994.

Figura 13 – Foto da construção do prédio da Biblioteca Comunitária por volta de 1994



Fonte: acervo UMMA

Figura 14 – Antiga agência do Banco do Brasil dentro do campus São Carlos



Fonte: acervo UMMA

Figura 15 – Foto da antiga sede da Fazenda Trancham onde funcionou a administração da UFSCar



Fonte: acervo UMMA

3.2.10 Patrimônio Artístico e Cultural (imaterial)

Tem por objetivo levantar e estudar aspectos do patrimônio imaterial como os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e

danças, lendas, músicas, “gírias”, costumes e outras tradições produzidas e manifestadas ao longo do tempo e que representam as particularidades da UFSCar.

A categoria de patrimônio cultural imaterial, institucionalizada no início deste século por vários países e, no âmbito internacional, pela Unesco (2003), estabelece a participação dos grupos e comunidades detentores dos bens culturais na sua identificação, salvaguarda e manutenção. No Brasil, essa institucionalização ocorre por meio do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) sob a coordenação do IPHAN. Devido ao carácter recente destas políticas patrimoniais, existe um número reduzido de estudos que reflitam sobre os níveis e estratégias de participação utilizados no Patrimônio Cultural Imaterial (LACERDA, 2019).

O Patrimônio Imaterial pode ser entendido como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (juntamente com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais relacionados) que as comunidades, os grupos e mesmo os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (PELEGRINI, 2020).

A salvaguarda do patrimônio de natureza imaterial foi inaugurada com o decreto federal nº 3.551/2000, que aproximou as políticas de patrimônio de políticas de reconhecimento e de reparação, direcionadas aos novos agentes na definição do patrimônio, os detentores. No início dos anos 2000, foram criadas unidades representativas do IPHAN em todas as capitais do país, para lidar com suas novas atribuições (CHUVA, 2020).

A compreensão de que seria importante resguardar saberes e fazeres como patrimônio de um povo motivou muitos países a formularem políticas de preservação individuais. A Constituição da República de 1988 fixou que patrimônio cultural brasileiro se constituía de bens materiais e imateriais relacionados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa iniciativa foi importante para a aprovação, em 2000, de uma lei de registro de bens de natureza intangível (PELEGRINI, 2020).

Ressalta-se a importância do lado intangível da cultura, os traços de afeto e espirituais, a sensibilidade, as tradições, os valores, as comemorações, os lugares e tudo o que não é tangível. Esta essência social que dá vida à existência imaterial faz dos indivíduos protagonistas indispensáveis do objeto patrimonial (PINTO, 2013).

Nesse contexto, na UFSCar podem ser considerados como patrimônio imaterial a Orquestra Experimental da UFSCar, a Bateria da UFSCar, a Taça

Universitária de São Carlos (TUSCA), e também os gritos de guerra entoados durante os jogos, o hino da UFSCar, a Equipe do “Cheerleading” e até mesmo o vocabulário comumente usados pela comunidade acadêmica.

A Orquestra Experimental da UFSCar foi fundada em 1992 por Ilza Zenker Leme Joly, docente do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade e hoje está sob a regência de sua filha Maria Carolina Leme Joly, também do mesmo departamento. Participam da orquestra pessoas de diferentes idades, de São Carlos e outras cidades da região, além de estudantes de graduação e pós-graduação e servidores docentes e técnico-administrativos da UFSCar.

O Taça Universitária de São Carlos (TUSCA) é a maior e mais tradicional competição universitária e poliesportiva do Brasil desde 1979. É organizada pela Associação Atlética Acadêmica da UFSCar (A.A.A. UFSCar, mais conhecida como Atlético Federal) e pela Associação Atlética Acadêmica Campus de São Carlos USP (A.A.A.C.S.C. USP, conhecida também como Atlético CAASO), com data definida em conjunto com a Prefeitura Municipal de São Carlos, com finalidade de estimular a prática saudável do esporte, bem como a integração entre os participantes (ATLÉTICA UFSCAR, 2022).

Além dos jogos há também o evento TUSCA que é a maior festa da cidade, reunindo cerca de 30.000 pessoas. O torneio, que acontece anualmente e tem duração de quatro dias, reúne as duas grandes universidades da cidade: USP e UFSCar. Outras faculdades convidadas participam do torneio e são escolhidas pela organização anualmente (SRINTER, 2022).

No âmbito do evento havia também o “Curso” que era uma celebração de abertura, sempre numa quinta-feira, que consistia na saída de um trio elétrico da USP terminando tradicionalmente na UFSCar, em uma grande festa realizada pela Atlético UFSCar, a céu aberto com palco para bandas e tendas de música eletrônica dando início ao tradicional torneio, criado pela ideia de Lincoln Jorge Marques e seus amigos universitários, incluindo seu irmão Wilson Marques há 30 anos. Atualmente o Curso não acontece mais e todo evento gira em torno de uma única infra-estrutura (ATLÉTICA UFSCar, 2022).

A Bateria da UFSCar foi fundada em 2003, por um grupo de alunos. As apresentações acontecem muitas vezes no âmbito de grandes eventos da UFSCar e se configura como um espaço de acolhimento aos alunos, trocas de conhecimentos, aprendizagem e lazer.

A Bateria já foi premiada com o primeiro lugar no Torneio das Baterias Universitárias (TABU) que é um evento cultural com a finalidade de avaliar o desenvolvimento técnico e prático das Baterias Universitárias. A Bateria que já chegou a contar com 230 integrantes sempre participou com frequência de uma série de torneios e competições (SALES, 2017).

4 METODOLOGIA

A escolha metodológica, a preocupação com o melhor método adotado e qual método mais adequado para a pesquisa são indagações que surgem a todo pesquisador, pois são questões fundamentais para a construção e desenvolvimento de uma pesquisa.

A elaboração de um trabalho científico pressupõe, necessariamente, o uso de metodologia científica que permita sistematizar, embasar e testar os resultados das análises, experiências e considerações acerca de determinada realidade (FUJINO, 1993, p. 41). Para tanto é necessário levar em consideração a natureza do problema de pesquisa, pois é ele que delimita os métodos e abordagens escolhidos, e não o contrário (BOCCATO, 2007), sendo que, o avanço e a qualidade da pesquisa científica depende, frequentemente, da aplicação de uma mistura de trabalho prático e teórico, em que cada componente confere e ajuda o outro. (MEADOWS, 1999).

O delineamento metodológico escolhido para esta pesquisa foi construído levando-se em consideração os seguintes aspectos: os objetivos propostos, os procedimentos de coleta de dados escolhidos, as fontes de informação utilizadas, bem como a natureza dos dados analisados (GONÇALVES, 2001).

Para o alcance dos objetivos esta pesquisa se caracteriza como sendo exploratória, descritiva e explicativa.

No que tange aos procedimentos de coleta de dados escolhidos para realizar os levantamentos, o enquadramento se deu como sendo uma pesquisa de levantamento de dados empíricos – via formulário e depoimento – documentário, levantamento bibliográfico em bases de dados e documental, em sites oficiais e arquivos institucionais.

Além de outros dados, foi realizado um levantamento específico referente a trajetória da UFSCar, principalmente no que se refere às datas de criação de todos os cursos, departamentos, secretarias, entre outras unidades.

As fontes de informação utilizadas para subsidiar a pesquisa foram selecionadas dos dados de levantamento em fontes empíricas, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental.

Os dados analisados foram de natureza qualitativa, sendo que cada aspecto da pesquisa será detalhado ao longo desta seção. No entanto, uma síntese do delineamento completo da pesquisa pode ser visualizada na Figura 16, a seguir:

Figura 16 – Delineamento metodológico da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora com base em Gonçalves (2001, p. 64).

O aspecto exploratório da pesquisa situa-se no fato de se construir uma visão panorâmica do objeto de estudo, ao tratar da memória institucional, representado pela UMMA que é, ainda, um universo pouco explorado por se tratar de uma unidade relativamente recente no contexto da UFSCar. As contribuições para esta construção exploratória vieram, principalmente, dos depoimentos e da pesquisa documental.

De acordo com Gil (2002) uma pesquisa descritiva busca descrever as características ou peculiaridades de determinada população ou fenômeno sendo possível estabelecer relações entre as variáveis, enquanto na pesquisa explicativa o objetivo é apontar os fatores que determinam ou contribuem para que os fenômenos ocorram.

Assim, os objetivos desta pesquisa, também requerem o desenvolvimento de descrições das características dos tipos de suportes ou fontes em que a memória pode se apresentar na forma de patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial.

Os objetivos levaram também para a necessidade de, além de explorar e descrever, explicar os fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma política de memória. Neste sentido, buscou-se o entendimento das fontes e de suas potencialidades como memória.

Os critérios utilizados para classificar os procedimentos de coleta de dados realizados tem como base pesquisas de levantamento bibliográfico e documental.

Desta forma, esta pesquisa se configura como empírica, de modo que objetiva explorar o assunto em questão com o intuito de alcançar melhor compreensão do tema. Para tanto, esta pesquisa se apoiou em levantamentos de dados empíricos, resultantes de uma das principais ações da UMMA, ocorrida no início dos trabalhos em 2018, que foi a criação de uma campanha intitulada “Doe um minuto do seu tempo para os 50 anos da UFSCar”, cujo propósito foi realizar um levantamento das coleções relacionadas à história da Universidade que estavam dispersas pela UFSCar e fora dela.

Para este levantamento foi elaborado um formulário online em forma de questionário (Figura 18) divulgado amplamente junto a um cartaz de divulgação da campanha (Figura 17), também gerido ao longo das reuniões do GT-UMMA com o apoio da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). O lançamento da campanha se deu durante o IV Seminário de Política de Informação e Memória em 23 de novembro de 2018. Entre o lançamento da campanha e meados do mês de março de 2019 foram recebidos 140 formulários preenchidos, sendo que destes 70% dos respondentes afirmaram que gostariam de dar um depoimento oral acerca da sua participação na história da Universidade.

Figura 17 – cartaz da campanha “Doe um minuto do seu tempo para os 50 anos da UFSCar”



Fonte: Design gráfico Mateus Mazini

Figura 18 – Formulário de levantamento da memória institucional para identificar coleções históricas dispersas pela Universidade

Doe 1 minuto do seu tempo para os 50 anos da UFSCar - Levantamento da memória institucional

"Em seus quase 50 anos, a UFSCar vem produzindo muito conhecimento, mas nem sempre os acervos dessa história são divulgados. Queremos conhecê-los! Se você possui uma coleção ou algo a dizer, por favor preencha esse formulário e entraremos em contato para incluí-la no catálogo que estamos organizando"

Este questionário tem por objetivo levantar quantas e quais são as coleções existentes na UFSCar ou relacionadas a história da Universidade desde a sua criação

claudinhaoliveira1985@gmail.com (não compartilhado)

[Mudar de conta](#)

*Obrigatório

Nome completo *

A sua resposta

E-mail *

Fonte: elaborado pela autora.

As atividades acima ocorreram no âmbito de diversas discussões no GT UMMA que ao todo entre os anos de 2018 e 2019 contaram com 23 reuniões. Para definição do logo da unidade foram 3 reuniões ao todo e 6 reuniões de implementação do site da unidade, 14 reuniões discutindo o Seminário de Política de Informação e Memória (SPIM) considerando sua retomada, organização e desdobramentos, 10 reuniões de organização da campanha para levantamento das coleções históricas e permanentes da UFSCar e organização da mesma, 8 reuniões discutindo e formando os subgrupos de estudo.

Entre 2010 e 2015 ocorreram três edições do SPIM que foi retomado em 2018 na sua quarta edição fomentado pela UMMA. Nesta IV edição o Seminário teve como tema os “Diálogos sobre experiências em museologia, arquivologia e memória na Fundação Pró-Memória de São Carlos” que contou com a participação da documentalista Aline Ulrich, a museóloga Cristiana Barroso e o sociólogo Júlio Osio todos da Fundação Pró-Memória.

Em 2019 a UMMA realizou pela primeira vez a V edição do SPIM de forma multicampi com o tema “Um resgate da memória dos 50 anos da UFSCar”. Na primeira mesa redonda do Seminário ocorrida em São Carlos em 09 de setembro participaram da mesa Leila Lenk (primeira Bibliotecária contratada na UFSCar), Álvaro Rizzoli (docente contratado em 1972) e Maria Clara Filippini Ierard (Aluna da primeira turma do curso de Engenharia de Materiais).

No dia 16 de setembro ocorreu a segunda mesa redonda no campus de Lagoa do Sino em que participaram o docente Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida (primeiro diretor de centro do campus de Lagoa do Sino), Patrícia Corrado dos Santos (técnica do campus de Lagoa do Sino) e Bruna Carolina Meira (aluna do curso de Engenharia Agrônômica). Neste evento os convidados para a mesa puderam contar um pouco sobre o início do campus de Lagoa do Sino, o momento da doação da fazenda por parte de Raduan Nassar o que viria a representar um divisor de águas para a comunidade daquela região como um todo, as dificuldades, os desafios, entre outras histórias que marcaram a história do campus.

No dia 23 de setembro aconteceu a terceira mesa redonda que contou com participação do docente Jozivaldo Prudêncio Gomes de Moraes (diretor do Centro de Ciências Agrárias – Campus de Araras), da Profa. Dra. Maria Teresa Mendes Ribeiro Borges e de José Ciofi (técnico). O depoimento de cada convidado emocionou a todos os presentes pois os palestrantes rememoraram o período em que houve o desmonte

do Instituto do Açúcar e Alcool até o momento em que a UFSCar assume e assim nasce mais um importante campus da Universidade.

Em 30 de setembro houve a realização da última mesa redonda do V SPIM com a participação de Carlos Azevedo Marcassa (Engenheiro do campus de Sorocaba desde o início da implantação do campus), Profa. Dra. Rita de Cássia Lana (docente do campus de Sorocaba) e Danilo Trabuço do Amaral (aluno da primeira turma de Ciências Biológicas do campus de Sorocaba). Nesta mesa foram apresentadas imagens da área onde o campus foi construído, as mudanças ocorridas neste território e também foi lembrado o período em que devido a divergências políticas houve uma iniciativa de desvinculação do campus de Sorocaba que tinha a intenção de ser um campus independente, o que não ocorreu.

Já o VI SPIM foi realizado juntamente com o Centenário de Florestan Fernandes tendo como tema da primeira mesa, no dia 29 de outubro de 2020, os 50 anos da Universidade “Resgatando a história das bibliotecas da UFSCar” com a participação das bibliotecárias Lourdes de Souza Moraes pela BCo, Lissandra Pinhatelli de Britto pela B-LS, Fatima Rossi da Costa pela B-Sor e pela técnica Gisele Zutin Castelani pela B-ar. No dia 30 de outubro o tema trazido foi “A importância dos arquivos pessoais dentro das instituições públicas” que contou com a participação de Ana Maria Camargo docente sênior da USP, Aline Ulrich, documentalista da Fundação Pró-Memória de São Carlos e Vera Lúcia Cósia bibliotecária aposentada da UFSCar que esteve à frente das Coleções Especiais e participou do período do recebimento do acervo de Florestan Fernandes. Neste mesmo dia, encerrando o Seminário, ocorreu a realização da última mesa redonda com tema “A relevância do acervo de Florestan Fernandes para a UFSCar” com a participação de Florestan Fernandes Júnior que é filho de Florestan Fernandes, Prof. Dr. Newton Lima Neto, ex-Reitor da UFSCar e ex-prefeito da cidade e Diogo Valença de Azevedo Costa, pesquisador assíduo de Florestan Fernandes e docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O VII SPIM, que foi realizado entre os dias 02 e 03 de dezembro de 2021, trouxe para discussão o patrimônio universitário e contou com a participação de Graciele Karine Siqueira, diretora do Museu de Arte da Universidade do Ceará - MAUC/UFC, Saulo Moreno Rocha, museólogo do MAUC/UFC, Graciela Mota, da Universidad Autónoma do México, e Josué Gonzales, do Ministério da Cultura do Peru. Nesta edição o intuito foi discutir as condições para identificar, organizar,

armazenar e tornar acessível tudo que auxilie na salvaguarda da história da Universidade. A experiência trazida por cada um dos convidados foi muito enriquecedora.

Em 30 de novembro de 2022 na VIII edição do SPIM o tema trazido foi a comemoração dos 50 anos dos centros da UFSCar que contou com a presença de Valdemar Sguissardi, docente aposentado do departamento de Educação (CECH) e autor do livro “Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar” primeiro livro editado pela UFSCar em 1993 com elementos fundamentais acerca da criação da Universidade, Prof. Dr. Luiz Antônio Pessan, que foi aluno em 1979 e atua como docente do departamento de Engenharia de Materiais (CCET) desde 1986 e Prof. Dr. Pedro Manoel Galetti Junior, que foi aluno da primeira turma do curso de Ciências Biológicas em 1972 e atual docente do departamento de Genética e Evolução (CCBS).

As três últimas edições do SPIM ocorreram de forma remota por meio de lives e podem ser vistas no canal da UMMA no YouTube¹¹. O Seminário em todas as suas edições contou com o apoio do DCI, SIBi da UFSCar e das Bibliotecas do SIBi.

Entre os meses de janeiro a abril de 2019 a campanha foi amplamente divulgada junto aos Conselhos Superiores da Universidade e Conselhos de Centro, além da divulgação feita via redes sociais (Facebook dos departamentos), listas de e-mails de departamentos e coordenações de curso, portal da UFSCar e Inforede que é o canal de comunicação interno da Universidade. A campanha também foi divulgada em um programa de rádio local e no jornal da cidade (São Carlos Agora). Ao todo foram 193 formulários respondidos, dos quais 4 respostas foram submetidas somente em caráter de teste.

Os campos a serem preenchidos no formulário correspondiam a nome completo do respondente, e-mail, telefone, vínculo com a UFSCar (considerando que os respondentes foram alunos de graduação, especialização, pós-graduação, educação a distância, servidor técnico, servidor docente, servidor aposentado, estagiário da UFSCar, estagiário de outra instituição, professor colaborador ou professor visitante, prestador de serviço, terceirizado e outros), descrição do vínculo, documentos de posse do respondente acerca da história da UFSCar (áudios, cartazes ou posteres, fotografias, jornais e reportagens, mapas e plantas, objetos, pinturas,

¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=4sLZZZ1VYsA>

gravuras ou desenhos, vídeos e outros), descrição desses documentos, indicação de terceiros que possam ter algum tipo de acervo que se relacione a história da UFSCar e sinalização acerca da possibilidade de dar um depoimento oral sobre sua experiência com a UFSCar. O formulário pode ser acessado por meio do link: <https://goo.gl/forms/TTUmnGneIPicTo4u1>

A criação de um canal de comunicação entre a UFSCar e a comunidade permite que as pessoas que fazem ou fizeram parte da sua trajetória possam compartilhar as suas memórias, documentos, fotografias, objetos e outros registros. Uma análise parcial das contribuições dos respondentes tem possibilitado identificar, não só a diversidade das coleções, como também o seu dimensionamento. O resultado final permitirá, além de reunir e tornar acessível, de forma física e digitalmente, o que se relaciona à história da UFSCar, que ganha relevância à medida em que a Universidade comemorou os seus 50 anos de funcionamento, em 2020.

Em 2019 foi possível criar um site para a UMMA com a proposta de que este remeteria ao Repositório Institucional da UFSCar e ao sistema Pergamum para visualização das coleções bibliográficas especiais da Universidade. O sistema Pergamum é o banco de dados utilizado por todas as bibliotecas do SIBi da UFSCar. O site também discorre acerca da história da UFSCar e da criação da UMMA.

A partir do tratamento das informações retiradas dos formulários foi possível identificar as coleções dispersas pela Universidade e desta forma conjecturar uma proposta de categorização dessas coleções, levando em conta suas especificidades e tipologia.

Além do levantamento, via formulário, foram realizados registros de depoimentos com servidores e pessoas que detinham conhecimentos sobre a história da UFSCar.

Devido à realização de entrevistas como parte das ações no âmbito de história oral, uma das áreas dentro do bojo maior de memória institucional, foi necessária a submissão e aprovação pelo Comitê de Ética da UFSCar. O Comitê aprovou a realização das mesmas no ano de 2019.

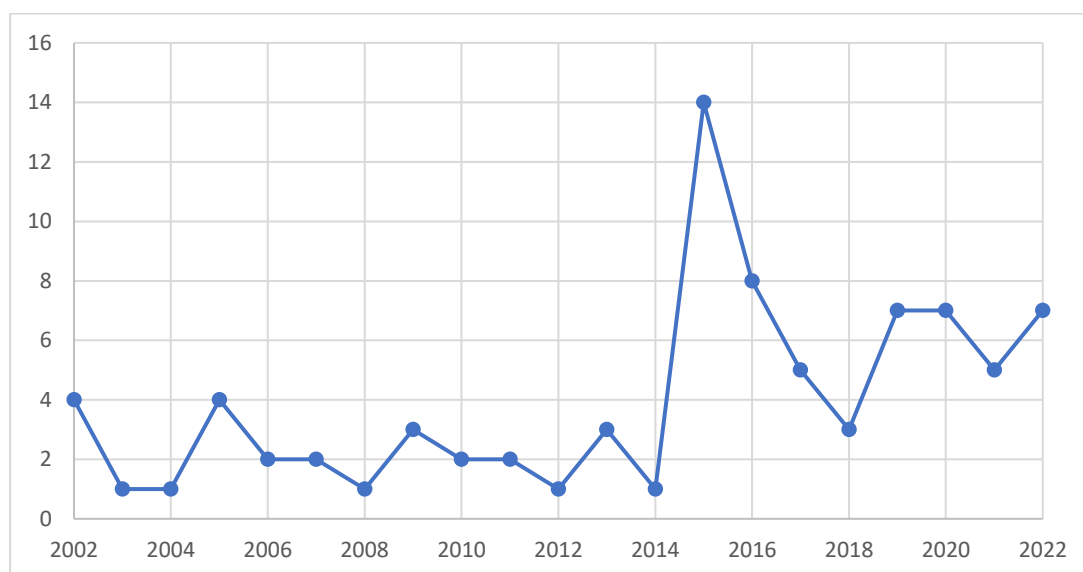
Além dos dados empíricos, coletados via formulário, que permitiu um levantamento das coleções de documentos relativos à história da UFSCar, esta pesquisa teve, ainda, como base um levantamento bibliográfico e documental para a elaboração de análises, visando reunir elementos para uma proposta de política de memória por meio da categorização e tipologia de fontes de informação que compõem

as coleções históricas e permanentes da Universidade a partir de categorias temáticas, que pudessem abranger toda a memória institucional.

O levantamento bibliográfico priorizou os temas de memória, memória institucional e memória coletiva. Para esta pesquisa foram consultados livros, artigos, teses e dissertações. Fez-se também uma revisão de literatura no que tange aos centros de memória e patrimônio histórico-culturais e sociais, investigando os principais aspectos sobre políticas de memória.

A partir de uma busca realizada no ProExWeb, sistema que reúne as atividades de extensão propostas na UFSCar, há um total de 83 atividades de extensão cujo tema “memória” aparece nos títulos das atividades. Observa-se que em 2015, ano em que a UFSCar completou 45 anos o número de submissões de atividades aumentou consideravelmente como mostra o gráfico abaixo:

Figura 19 – Número de atividades de extensão submetidas no ProExWeb ao realizar a busca tendo como palavra-chave “memória” no título



Fonte: elaborado pela autora

Em 2020 a UFSCar completou 50 anos de atividades, entretanto, como observa-se na figura 19 o número de atividades submetidas não foi tão expressivo quanto em 2015. Isso pode ter ocorrido em função da pandemia que impossibilitou a

realização de diversas atividades de extensão e também resultou na interrupção das atividades presenciais nos campi por dois anos.

A maior parte dos artigos utilizados nesta pesquisa foram obtidos por meio de pesquisas realizadas no Portal de Periódicos da Capes que engloba bases de dados como a Web of Science, Scopus, Scielo, entre outras importantes fontes de informação pertinentes aos temas escolhidos neste estudo. Foram utilizados filtros para periódicos revisados por pares e artigos científicos, em sua maioria com datas mais recentes de publicação (últimos 10 anos). Algumas das palavras-chave utilizadas nas buscas correspondem a truncamentos dos termos memória, memória institucional e memória coletiva além dos truncamentos entre o termo memória e audiovisual, memória e museu, memória e arqueologia, entre todas as categorias criadas para as coleções de memória da UFSCar.

A pesquisa documental teve como base relatórios, regimentos, leis e a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória (ANEXO A) além do processo de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) (ANEXO B). Houve também a consulta a documentários e entrevistas com ou relacionadas a figuras ilustres na Universidade e aos próprios setores como, por exemplo, o Departamento de Engenharia de Materiais, o mais antigo na Universidade.

Os dados selecionados para as análises são de natureza qualitativa, sendo que numa pesquisa qualitativa existe uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não é passível de ser traduzido em números, também não exige o uso de técnicas estatísticas e métodos e o pesquisador pode interpretar os fenômenos e lhe atribuir significados (SILVA; MENEZES, 2001). Dados qualitativos são úteis para compreender as relações teóricas ou lógicas subjacentes reveladas nos dados quantitativos (EISENHARDT, 1989).

Em certa medida, a pesquisa qualitativa pode se aproximar de um relato de experiência, passa a apresentar um tipo particular de escrita, que nasce de uma experiência de pesquisa, onde estão contidos os principais eixos que formam a estrutura geral do processo de investigação (SANTOS; LIMA, 2014).

Assim, a UFSCar se configura como o campo da pesquisa científica onde a criação e consolidação da Universidade impactam diretamente no desenvolvimento local e na própria história da cidade de São Carlos, tanto do ponto de vista social quanto econômico e político.

Desta forma, entende-se que os sujeitos da pesquisa são as pessoas da própria comunidade universitária e todas as pessoas que fizeram parte da história da Universidade e/ou que a Universidade fez parte de sua história. Dentre este público foram categorizados alunos de graduação, pós-graduação e especialização, ex-alunos, servidores docentes e técnicos administrativos, servidores aposentados, terceirizados, estagiários da UFSCar e de outras instituições, professores substitutos, alunos de pós-doutorado, professores visitantes, prestadores de serviços e pessoas da comunidade que tiveram algum tipo de relação com a UFSCar.

De acordo com Bourdieu (2004) para compreender a dinâmica da atividade científica é preciso analisar os pontos de vista que conduzem os antagonismos dos cientistas dentro da instituição, a relação entre a instituição e os agentes dos outros campos, como o econômico e o político, e a posição da instituição no campo científico como um todo diante dos outros agentes. É importante destacar que na visão de Bourdieu fatores como origem social, formação escolar, espaço social e trajetória científica têm influência no campo científico.

Pelo fato do campo da pesquisa ser um território de produção da ciência, toda a produção sobre a universidade, de certa forma, está direta ou indiretamente associada à produção de um conhecimento sobre o lócus em que se produz conhecimentos, portanto, caracteriza-se como sendo um meta conhecimento.

Na América Latina há pouca compreensão acerca dos instrumentos de intermediação entre a produção de conhecimento e o desenvolvimento da sociedade, o que tem procrastinado a construção de metodologias que permitam melhor assimilar a relação entre a produção de conhecimentos e sua apropriação social, e a eficácia das instâncias gestoras do setor de C&T para conhecer e traduzir as necessidades e demandas de diversos grupos da sociedade em função desses objetivos (BAUMGARTEN, 2008).

A apropriação social do conhecimento e a eficácia das instâncias gestoras da Universidade passam pelo conhecimento histórico acumulado significando e ressignificando constantemente. No que diz respeito à memória institucional, nesta pesquisa optou-se pelo uso do termo “recuperação”, pois, de fato, o trabalho realizado foi uma recuperação da memória e história da instituição por meio das coleções históricas e permanentes dispersas pela Universidade e também pelos depoimentos dos envolvidos com a Instituição, trabalho este, que será contínuo para além dessa pesquisa.

Camargo e Goulart (2015) apontam ainda que os termos “resgate contínuo” e “pesquisa permanente” são usados com frequência nos objetivos e missão dos centros de memória mostrando que os documentos históricos são fundamentais como fontes de pesquisa.

Embora não esteja aqui enfatizada, entende-se que a memória científica está contemplada nas publicações acadêmicas (TCC, dissertações e teses) que atualmente já se encontram no Repositório Institucional RI-UFSCar.

4.1 INTEROPERABILIDADE SEMÂNTICA

A criação de estratégias e processos de organização dos conteúdos das coleções, são feitas de forma que possam estabelecer relações e cruzamentos pelo que unem, aproximações de tudo aquilo que fisicamente está separado.

Cada situação ou contexto possibilita a formação de uma rede que se constrói entre um conjunto de elementos que podem ser diferentes, heterogêneos entre si, com discursos e linguagem próprias, mas que remetem a conceitos similares, e ou complementares.

Para ilustrar essa ideia de interoperabilidade semântica recorreu-se à metáfora do rizoma, cujo conceito foi desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995) que remete a multiplicidade das coisas, uma vez que, o rizoma se estende e desdobra num plano horizontal, de forma não centralizada, indefinida e não hierarquizada, dando oportunidade para a multiplicidade de interpretações e ações (PRADO FILHO; TETI, 2013). Ou seja, oportunizando um enredamento entre atores, objetos e fatos nas suas diferentes espacialidades e temporalidades.

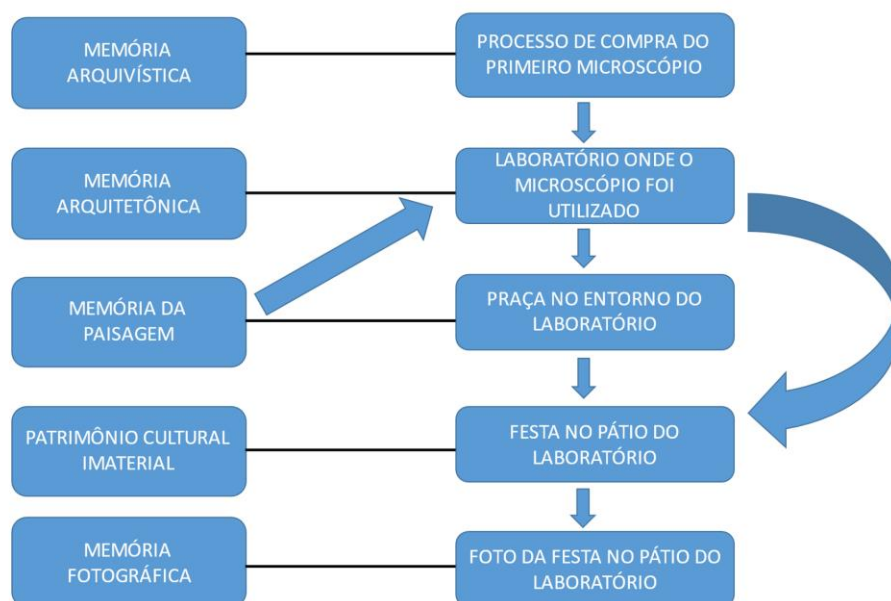
Partindo da interpretação feita por Prado Filho e Teti (2013) dos conceitos trazidos principalmente por Deleuze, considera-se que essa é uma abordagem que traz reflexões a serem exploradas na implementação de uma proposta de unidade de memória institucional, como é o caso da UMMA, pois se coloca de forma descentralizada e em rede. Essa escolha também se mostra pertinente considerando o caráter interdisciplinar, apoiada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma, indaga-se quais seriam os princípios adequados ao funcionamento rizomático considerando os princípios de conexão e de heterogeneidade (onde qualquer ponto do rizoma pode e dever estar conectado a

qualquer outro, formando uma rede heterogênea, variável, descentralizada e aberta). O princípio de multiplicidade na organização da informação traz a possibilidade de uma ruptura assignificativa (indicando que o rizoma pode ser rompido ou quebrado em qualquer ponto, como pode retomar sua operação a partir de uma de suas linhas. Pois, vivemos em espaços que não são vazios nem uniformes, e sim, espaços enredados, formados por relações, repletos de qualidades heterogêneas, que se comunicam e se ligam entre si (PRADO FILHO; TETI, 2013).

Desse modo na perspectiva do rizoma representado por pontos e linhas, formando a rede ou teia semântica, conceitual entre diferentes elementos, pode colaborar para explicitação e explicação de trajetórias que remetem a “mundos” ou “tempos” constituídos como experiências históricas (PRADO FILHO; TETI, 2013), conforme ilustra a figura 20, que segue:

Figura 20 – Relação semântica entre as categorias de memória



Fonte: elaborado pela autora.

5 RESULTADOS DAS ANÁLISES E REFLEXÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE MEMÓRIA DA UFSCAR

Os resultados desta pesquisa têm como premissa reunir elementos que sirvam de base para a construção de uma política de memória institucional, tendo como foco as especificidades da UFSCar, dentro da proposta de implementação da sua Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA). Considerando que a

realidade da UFSCar se assemelha a muitas outras instituições federais de ensino universitário, este estudo poderá contribuir com outros centros de memória de natureza similar.

A UMMA, desde a proposta original que serviu de base para a sua criação em 17 de fevereiro de 2017, almeja atuar com um espectro documental muito diversificado.

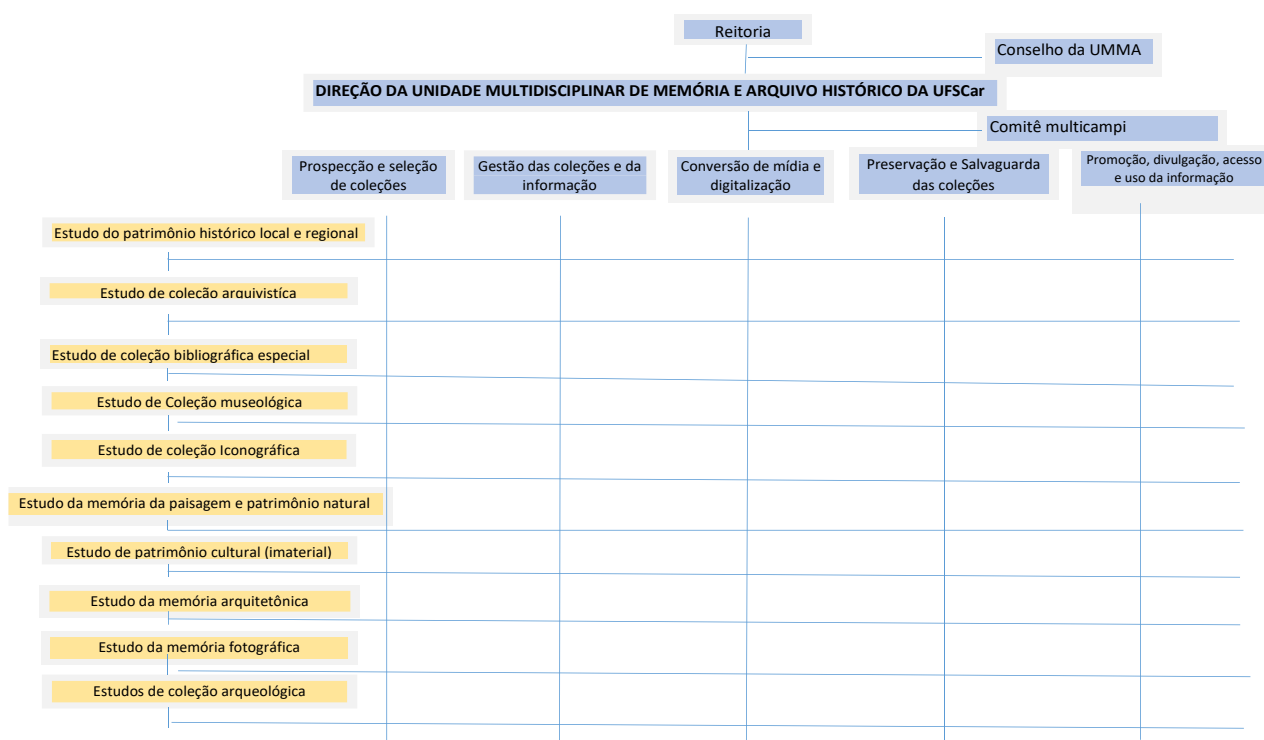
Essa abrangência se reflete na sua proposta de estrutura matricial, que apresenta cinco frentes de ações que são: prospecção e seleção de coleções; organização e gestão das coleções; conversão de mídia e digitalização; preservação/salvaguarda das coleções; e promoção do acesso e uso da informação.

Camargo e Goulart (2015) apontam que um centro de memória pode ter em sua constituição biblioteca, centro de documentação, arquivo e museu. Desta forma, no caso da UFSCar a unidade de memória devido às suas especificidades e vasta tipologia documental e também diversidade de suportes de informação se configura como multidisciplinar e reúne as quatro unidades acima citadas.

Além dessas cinco frentes de ações, e dado o seu caráter de unidade de ensino, pesquisa e extensão, a UMMA explicita e reflete uma intencionalidade de empreender ações que possam criar uma interoperabilidade semântica entre conteúdos que estão dispersos nas mais variadas formas de registros e fontes históricas, ao incluir desde aspectos ou categorias temáticas acerca do Patrimônio Histórico Local, Regional e Arqueológico e do Patrimônio Artístico e Cultural (imaterial); a Memória Arquivística; Bibliográfica Especial; Museológica; Iconográfica; Fotográfica; Audiovisual até a Memória da Paisagem e Arquitetônica.

Quanto ao caráter interdisciplinar e de unidade de ensino pesquisa e extensão, ficam também representados no esboço de organograma da UMMA, na figura 21 representada a seguir, à medida em que os temas que aparecem na vertical estão abertos para acolher pesquisadores e colaboradores com expertises em cada temática. Entende-se que os agrupamentos de pessoas interessadas em cada temática podem variar em quantitativo e é desejável que seja diversificado para acolher, principalmente discentes de graduação e pós-graduação, de diferentes áreas do conhecimento devido à sua vocação formativa, além de pesquisadores, técnicos administrativos e, inclusive, integrantes da comunidade externa, sempre que houver interesse e aderência ao tema.

Figura 21 – Esboço do organograma da UMMA



Fonte: Costa, 2017.

Essas categorias temáticas foram concebidas inicialmente a partir de um estudo exploratório, realizado no ano de 2015, onde um levantamento apontou 103 acervos distintos, de bens culturais de natureza materiais não catalogados, dispersos na Universidade, mas que são de grande importância para a história da instituição. O trabalho intitula-se “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar”, aprovado no “Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão com Temática Específica sobre a Memória da Universidade em Comemoração aos 45 anos da UFSCar em 2015/Pró-Reitoria de Extensão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2017, na seção 2.1).

Os acervos institucionais identificados no estudo mencionado são compostos por: coleção de minerais, rochas e pegadas fósseis de dinossauros, mamíferos e invertebrados; pôsteres históricos; livros; brinquedos infantis; panfletos; folhetos, teses; filmes em VHS das orquestras e concertos da instituição; desenhos infantis; resenhas/críticas; painéis com fotos históricas; artigos de jornais e agendas. Esses acervos estão alocados em diversos departamentos da Universidade, entre esses podemos apontar o Departamento de Psicologia, o Departamento de Ecologia e

Biologia Evolutiva, o Departamento de Artes e Comunicação, o Departamento de Engenharia de Materiais, entre outros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2017). Assim, a intencionalidade propositiva da UMMA encontra-se, em grande medida, refletida nos dados empíricos, coletados em diferentes momentos.

5.1 ANÁLISES E REFLEXOES SOBRE OS DADOS EMPÍRICOS

As respostas dos questionários, via formulário, aplicado em 2018, permitiu realizar um levantamento das coleções de documentos relativos à história da UFSCar, além de apontar que mais de 70% dos respondentes manifestaram interesse em registrar um depoimento oral acerca da sua participação na história da Universidade e revelou, também, que cerca de 80% dos respondentes possuíam coleções fotográficas.

Portanto, os dados levam a refletir que uma política de memória para a UFSCar terá que prever ações e validações para registros de história oral e de sistemas de digitalização e de segurança de arquivos digitais, principalmente, para o armazenamento e acesso à memória fotográfica e por meio de registros audiovisuais.

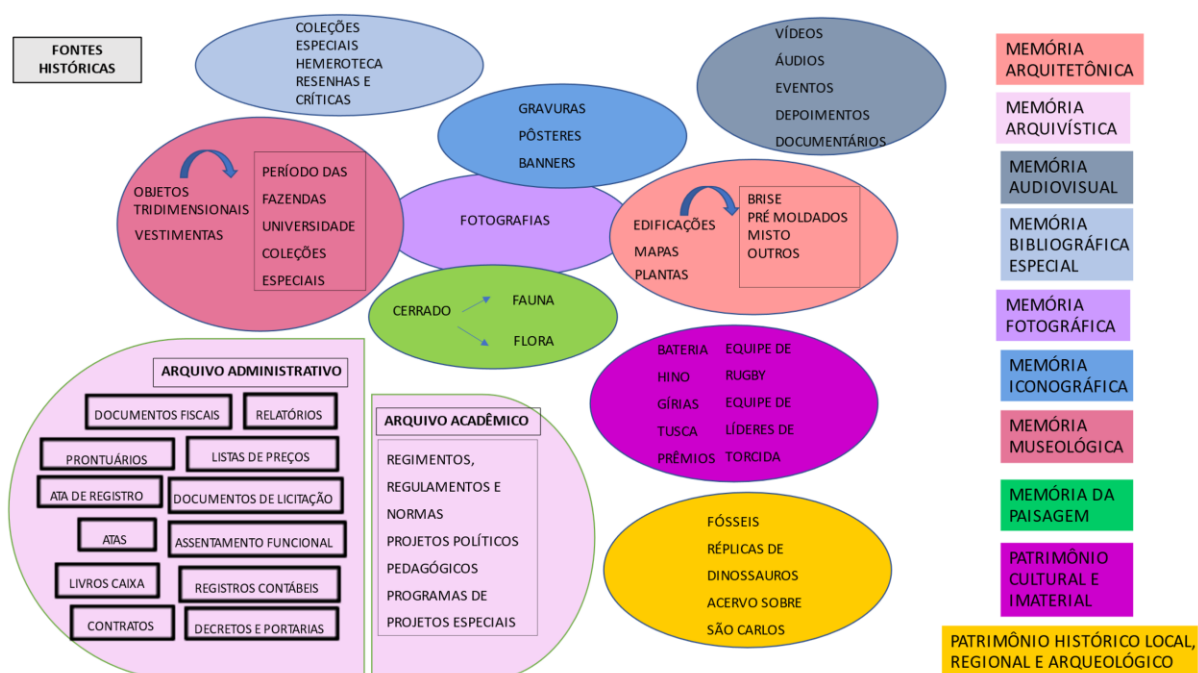
Outros tipos de fontes documentais igualmente importantes, porém, com menores quantitativos também foram citadas, tais como: áudios, cartazes ou pôsteres, jornais e reportagens, mapas e plantas, objetos, pinturas/gravuras e/ou desenhos, vídeos, relatos, roupas, diplomas, relatórios e documentos diversos.

Foi realizado também um levantamento de dados referentes a trajetória da UFSCar, principalmente no que se refere às datas de criação de todos os cursos, departamentos, secretarias, entre outros, que serviu de base para a publicação de uma revista no contexto das comemorações dos 50 anos da UFSCar com a apresentação de uma linha do tempo da UFSCar (cronologia mencionada na seção anterior).

No percurso da elaboração dessa linha do tempo, percebeu-se a existência de lacunas e inconsistências sobre as datas de certos fatos, acontecimentos, atores envolvidos, dentre outros aspectos. Essas percepções reafirmam a importância dos depoimentos e de se resgatar e preservar fontes com registros de natureza diversa.

Assim, esta pesquisa, com base em dados empíricos, entrevistas e consultas feitas em fontes documentais institucionais tornou possível identificar, categorizar e detalhar as coleções dispersas pela Universidade, representadas na figura 22:

Figura 22 – Fontes da memória e coleções documentais da UFSCar



Fonte: elaborado pela autora

5.2 ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS

Esta pesquisa, além do levantamento bibliográfico que permitiu selecionar conceitos que não poderiam deixar de transparecer na formulação de uma política de memória para a UFSCar, revisitou também os documentos oficiais tais como: estatutos, regimentos, normas internas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e, principalmente, a primeira proposta de política, apresentada quando da criação da UMMA, que forneceram noções fundamentais para a seleção de elementos que venham contribuir para a formulação de uma política de memória para a UFSCar.

Quanto aos aspectos conceituais, percebeu-se que permanecem válidas boa parte das noções apresentadas dos itens indicados na primeira proposta de política de memória institucional na UFSCar que aponta no artigo 57º em seu parágrafo único (Anexo B) que são responsabilidades do Centro de Memória e, portanto, da UMMA, conforme Quadro 3 com os tópicos da política inicialmente proposta para a UMMA e

as respectivas observações e comentários sobre os principais aspectos que validam o tópico, como segue:

Quadro 3 – Política proposta para a UMMA e respectivos comentários

Tópico da política	Observações
I Preservar o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar	Aspecto amplo e genérico, porém, o mais importante a ser assegurado.
II Desenvolver ações voltadas ao letramento informacional e a educação patrimonial	Aspecto essencial e tem relação direta com os tópicos IV e VIII.
III Explicitar as inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento, informação e dados, bem como dos documentos	Aspecto importante para apoiar a imobilidade semântica do sistema de organização e uso dos dados e informação
IV Criar ações para demonstrar a importância da preservação da memória tanto material como imaterial da UFSCar	Aspecto importante, de natureza contínua e diz respeito a todos os níveis e unidades organizacionais
V Executar as diretrizes desta política para produção, aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e preservação do conhecimento, informação e dados no âmbito da UFSCar	Aspecto fundamental e complementar do tópico VIII
VI Produzir e preservar a informação para necessidades específicas	Aspecto fundamental como apoio às datas comemorativas, por exemplo
VII Colaborar para o pleno funcionamento das unidades já estabelecidas no sentido de garantir a organização e a difusão dos acervos já existentes e de outros a serem incorporados	Aspecto importante no sentido da adoção de sistemas de organização e diretrizes de funcionamento de forma orgânica em relação a UFSCar, como um todo.
VIII Apoiar as Bibliotecas, os arquivos e as coleções museológicas e demais espaços de informação e memória presentes nos campi das UFSCar para promover o valor da informação como um bem social, pelo qual os integrantes de uma sociedade e comunidade compartilham uma base informacional em comum	Aspecto fundamental para apoiar as ações extensionistas e promover um atendimento de qualidade, tanto da comunidade interna, quanto da externa.

Fonte: elaborado pela autora

Deste modo, a proposta de política inicialmente apresentada para apoiar o funcionamento da UMMA, ainda se apresenta válida, conforme pode ser constatado nas observações decorrentes das análises. No entanto, os resultados desta pesquisa apontam ações que caminham no sentido de complementar e colaborar para que haja um detalhamento de modo a viabilizar a implementação da política de memória com

o intuito de colaborar para que se dê a recuperação e a preservação da memória da UFSCar.

O detalhamento e complementações propostas para a política de memória da UFSCar dizem respeito às ações gerais, ações de controle do acervo, legislação e proteção física dos acervos.

Dentre as ações gerais propostas aponta-se para a necessidade de criação de um Conselho da UMMA, na proposta inicial sugerido como Comissão, com caráter deliberativo, com representação de diversas unidades da Universidade e, havendo necessidade, podendo contar com a participação de membros externos.

Outra ação importante é a proposição de ações para fins de divulgação da memória científica principalmente para além dos muros da Universidade com o intuito de envolver a comunidade não universitária. Nesse sentido, parte dessas ações acontece na forma de promoção de seminários, exposições, publicações, lives e outros eventos, que por sua vez divulguem os acervos de memória da Universidade.

O desenvolvimento de projetos e elaboração de documentários também se configura como uma ação fundamental da política como forma de registro da história oral de técnicos, docentes e alunos, especialmente no momento em que estes se desligam da Universidade (aposentadoria ou término do curso). A intenção é criar um mecanismo de registro desses depoimentos, antes da saída desses servidores e alunos da Universidade e a partir disso criar um banco de história oral.

A coleta das entrevistas é uma forma de dar voz às pessoas que participaram da construção da UFSCar e que de alguma forma se sentem valorizadas em participar dos documentários enquanto discorrem sobre sua trajetória de vida na Universidade. Entender melhor a experiência significativa dessas pessoas na instituição é compreender também a história da própria instituição e suas características. Além disso, a história oral complementa os registros documentais e, em alguns casos, na falta de registros impressos, a história oral é só o que se tem.

No site de cada departamento, secretaria ou unidade, administrativa ou acadêmica da Universidade, deve estar explícito o seu histórico de criação com destaque para data de criação, coordenador ou chefia da época e outras informações relevantes do contexto histórico da unidade.

A centralização das coleções históricas e permanentes da Universidade no Repositório Institucional de Dados (RI) é fundamental tanto para a preservação e salvaguarda quanto para difusão do conhecimento por meio das coleções que no

âmbito do RI passarão a estar reunidas num único local e de fácil acesso. O RI visa armazenar, preservar, organizar e disseminar a produção intelectual das várias unidades e segmentos da UFSCar, possibilitando o acesso aberto à informação produzida na instituição e registrada como científica, tecnológica, didática, artístico-cultural e técnico-administrativa (REPOSITÓRIO, 2022).

A criação de espaços de memória em todos os campi faz parte da proposta multicampi da UMMA e conseqüentemente, da proposta de política de memória. Nos últimos anos a UFSCar cresceu consideravelmente o que se reflete no número de cursos, alunos e também na criação dos demais campus que hoje totalizam quatro sendo eles campus São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Cada um possui a sua história e por sua vez seu acervo de memória acumulado, mas disperso ao longo dos anos. A política de memória deve considerar todos os campi que podem atuar de forma integrada.

Junto a essas ações soma-se a elaboração de um manual de boas práticas de preservação e salvaguarda das coleções de memória e também a elaboração de um manual com diretrizes de segurança em acervos (melhor descrito a seguir no que diz respeito à proteção física dos acervos).

Atenção especial também deve ser dada às recomendações de órgãos nacionais e internacionais como por exemplo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e outros órgãos reconhecidos. Todos esses órgãos, em maior ou menor escala e detalhamento trazem questões relacionadas à preservação do patrimônio e da memória das nações.

Outro aspecto ainda concebido como uma ação geral é a sustentabilidade ambiental, social, financeira e cultural, para a Unidade observando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Deve haver também um controle de acesso ao acervo considerando as questões éticas com relação a determinados documentos e estabelecendo regras para consulta, de maneira a manter a integridade do material consultado e considerando também a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) atendendo às prerrogativas legais.

A política de preservação da memória institucional deve prever questões relacionadas à segurança dos acervos. A partir da proposição feita por Silva (2012)

com relação aos critérios a serem considerados nos quesitos controle do acervo, legislação e proteção física dos mesmos, no âmbito desta pesquisa, dentre os principais, destacamos aqueles com maior pertinência às necessidades da UFSCar.

A política de aquisição não deve se desvincular da missão da Unidade e da missão da própria Instituição de maneira que ambas devem estar alinhadas para que a aquisição de acervos ocorra considerando sempre e em primeiro lugar coleções que se relacionem à história da UFSCar.

É necessário estabelecer critérios de registro dos acervos (numerar e identificar os itens, inventariar, classificar, catalogar, inserir em uma base de dados), por níveis, de modo que agilize o acesso aos pesquisadores por meio de Instrumentos de busca que facilitem o acesso.

A política por meio do Conselho deve considerar o controle de acesso a documentos sigilosos.

A política deve incluir ainda critérios relacionados à infraestrutura para o acervo, do prédio como um todo e também de seus espaços internos, como por exemplo, mesas amplas para que o pesquisador realize a consulta, acompanhamento ao pesquisador todo o tempo durante a consulta, fornecimento dos equipamentos tecnológicos necessários ao pesquisador.

O controle do acervo também envolve cuidados na movimentação dos acervos de um local a outro, principalmente quando estes se encontrarem em exposição (tipos de expositores adequados, alarmes, distanciamento seguro, entre outros).

No quesito legislação as principais leis, normativas e orientações a serem consideradas são: a Constituição de 1988 no que concerne às questões ligadas ao patrimônio, declarações da ONU relacionadas a patrimônio cultural, o Plano Nacional de Cultura, Lei de Sambaquis de 1961 Nº 3.924 de proteção de bens arqueológicos ou pré-históricos, Lei de Arquivos Nº 8.159 de 1991 e Lei Rouanet Nº 8313 de 1991 de incentivo à cultura.

A proteção física dos acervos também é fundamental na política, visto que dela depende a preservação do documento ao longo do tempo. Assim, há que se considerar o controle ambiental dos acervos, tais como: limpeza, controle de pragas, incidência de luz, insetos e outros.

O controle de umidade, temperatura e ventilação também são considerados no âmbito da proteção física dos acervos e idealmente, para uma boa conservação dos documentos, deve-se manter a temperatura entre 18°C e 22°C e a umidade relativa

do ar entre 45% e 55%. Acima dessas condições há um aumento da predisposição a fungos e abaixo pode ocorrer o ressecamento do suporte causando rachaduras (OGDEN, 2001).

Além dos critérios acima soma-se principalmente a proteção contra incêndios seguindo a orientação do Corpo de Bombeiros, principalmente com relação a aquisição e manutenção de equipamentos adequados, a gestão de riscos, a proteção contra roubos e vandalismo, a preservação, conservação e restauro (quando necessário) das obras do acervo e a preservação digital.

Após expor e refletir sobre as ações gerais, controle do acervo, a legislação e proteção física dos acervos, um ponto torna-se importante e desafiador que é o de se criar a interoperabilidade semântica entre conteúdos que estão dispersos nas mais variadas formas de registros e fontes históricas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UMMA foi criada com uma proposta bastante ampla, ousada e complexa, à medida em que toma para si todas as questões relativas ao cuidado com a memória institucional da UFSCar.

Cabe ressaltar que são poucas as Universidades que possuem centro de memória institucionalizado. Dentre as Universidades Federais apenas oito possuem indicação de possuírem uma unidade de memória. E mesmo em algumas instituições onde os centros de memória existem, não foi possível localizar os indícios de uma política de recuperação e preservação de memória institucional que seja abrangente o bastante e capaz de considerar todas as frentes caracterizadas nesta pesquisa como categorias temáticas.

Considera-se, então, que esta iniciativa apresenta algumas particularidades que a diferencia de outras propostas dedicadas à temática, pelas seguintes razões: a) abrangência das tipologias das fontes históricas ou categorias temáticas dos suportes da memória institucional; b) atuação numa perspectiva totalmente sistêmica, entre as tipologias de fontes, Inter unidades e Inter campi; c) leva em consideração a interoperabilidade semântica formando uma rede de interrelação entre as diferentes fontes e temas, pessoas, fatos e seus feitos e manifestações (materiais e imateriais), em diferentes espacialidades e temporalidades, de modo que os processos de

organização e recuperação dos conteúdos sejam relacionais; d) pauta-se em ações interdisciplinares e colaborativas, de forma inclusiva, em relação aos segmentos da comunidade universitária e na acolhida às pessoas da comunidade externa; e) atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada por meio da disponibilidade de cursos, laboratórios e outras atividades, inclusive aquelas abertas para a comunidade; f) e, ainda por outras razões, abrangidas em suas políticas, no que concerne, por exemplo, aos aspectos de conversão e atualização de mídias e da segurança das coleções físicas como, também, a segurança de dados e conteúdos digitais diversos.

Dentro dessa proposta de se conceber a memória institucional por categorias, com este nível de abrangência, levantando em cada uma delas as coleções históricas e permanentes existentes, possibilitou que se tivesse um panorama geral de como a memória se apresenta na Universidade e junto a isso ter clareza para apontar os critérios e elementos necessários para a construção e ou atualização de uma política de memória que ofereça o respaldo suficiente às tomadas de decisão no âmbito da estrutura da UMMA, tanto no nível técnico e operacional, quanto no nível consultivo e deliberativo de seu Conselho e Comitê Multicampi, além de orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão que atenda a UFSCar e à sociedade. Dessa forma, entende-se que a UMMA consiga bem cumprir o seu papel e contribuir com o legado da memória para as futuras gerações.

Esta pesquisa levou a considerar, também, que uma política de memória institucional em uma Universidade, dentro de uma proposta com esta magnitude precisa ser discutida amplamente e construída colaborativamente com a comunidade. Uma vez que entende-se, que somente com uma participação ampla, será garantida a elaboração de uma política que de fato conseguirá atender aos critérios fundamentais de maneira consistente e os anseios da comunidade da UFSCar. Especificamente, no caso da UMMA, a comunidade acadêmica participa das ações e das produções das fontes históricas assumindo, assim, tanto papel de sujeito quanto de objeto na história da UFSCar. Como parte desta comunidade, a pesquisadora, fez o distanciamento que foi possível, ressaltando que a memória tratada numa perspectiva interdisciplinar, com suas características ambíguas, pelas noções interpretativas, leva também a difícil inseparabilidade entre sujeito e objeto, em função da noção de pertencimento.

Com relação à primeira proposta de política de memória para a proposta apresentada neste estudo, considera-se que houve diversos avanços. Um deles é a indicação do Repositório Institucional da UFSCar, criado em 2016, com o objetivo de armazenar, preservar, organizar e disseminar a produção intelectual das diversas unidades da comunidade da UFSCar, que ampliou o seu escopo para destinar um espaço específico para armazenar, organizar, de forma integrada e ao mesmo tempo, salvaguardar e dar acesso às coleções de valor histórico e, portanto, à memória institucional da UFSCar. Este tipo de uso do Repositório, voltado também para as coleções históricas e permanentes traz para o RI-UFSCar um grande diferencial em relação a tantos outros repositórios existentes. A criação de um espaço de memória no âmbito do Repositório Institucional é uma importante iniciativa para a salvaguarda das coleções de memória da UFSCar. As coleções especiais continuam disponíveis no software Pergamum do SIBi.

Outro ponto a se considerar é o fato de que haverá uma orientação clara com critérios bem definidos sobre a formação de acervos e coleções físicas ou digitais e a aquisição destas, incluindo os critérios para recebimento, de forma que entende-se que a principal característica a ser considerada é a relação desses acervos e/ou coleções com a história da UFSCar, a partir da classificação feita nas dez categorias apresentadas nos resultados.

No que se refere aos critérios para digitalização e difusão das coleções digitais de cunho histórico faz-se necessário uma reestruturação organizacional que encontra-se em discussão, no sentido de transformar uma unidade da Universidade em uma Unidade de Conversão de Mídia considerando as mudanças de tecnologias que ocorrem ao longo dos anos e pensando numa forma eficiente, por meio de processos e procedimentos com base em orientações legais, para se realizar a preservação digital.

A integração entre a Unidade de Memória e as bibliotecas, museus e arquivos apontada na primeira proposta, já acontece em forma de parcerias, principalmente em eventos, seminários, publicações e exposições, realizadas em conjunto, momentos em que ocorrem as trocas de conhecimentos, experiências, além de potencializar a qualidade das ações que são desenvolvidas.

Outro ponto que merece atenção é a formação da equipe de trabalho, responsável pela implantação da política de memória da UFSCar. Na configuração mínima de uma equipe para que uma unidade com a concepção da UMMA possa

atuar organicamente, deveria ter além de bibliotecários, arquivistas e museólogos, profissionais imprescindíveis, tanto do ponto de vista legal do que é exigido em lei que se tenha nas Universidades, quanto do ponto de vista do próprio andamento do trabalho e do desenvolvimento da parte técnica, que somente um profissional da área consegue atender em sua completude. Também, o historiador tem espaço de atuação importante numa unidade com a proposta da UMMA.

A reflexão sobre os temas envolvidos com a política de memória para a Universidade é algo constante e de muitas formas veio à tona com o próprio levantamento das coleções dispersas pela Instituição e organizadas em categorias ou tipologia de fontes.

Cabe considerar, ainda, que o planejamento, adaptação e reforma de espaços físicos para a Unidade abrigar as coleções, também continuam em discussão e permanecem no topo da lista de prioridades para que a unidade possa cumprir com sua missão e desenvolver todas as ações que se fazem necessárias para a preservação da memória institucional, indicadas neste estudo.

A partir do objetivo geral proposto para esta pesquisa no que diz respeito à revisão de literatura, buscou-se construir as seções a partir de temas como o patrimônio histórico cultural na preservação da memória institucional, a memória coletiva como elemento de recuperação da memória institucional, a política de preservação institucional considerando a comunidade da UFSCar.

Entende-se que tanto esse estudo, quanto a própria unidade de memória da UFSCar, teve e continua tendo o papel de pensar e criar mecanismos de preservação de seu patrimônio em suas diversas categorias temáticas, que juntas formam a memória institucional e coletiva da Universidade. O levantamento realizado para identificar coleções acervo existente teve um retorno satisfatório e foi fundamental para identificar a existência dos acervos, os tipos documentais e o volume aproximado de cada acervo.

A partir da definição das categorias temáticas e também do levantamento das coleções foi possível criar subcategorias por níveis de informação de maneira que a memória institucional como um todo se apresenta como uma espécie de “árvore da vida” e as categorias são os ramos desse bojo maior que é a memória da Universidade.

Entende-se, ainda, que o apoio institucional à Unidade de Memória é um fator de extrema importância pois sem ele as ações propostas neste estudo não podem

efetivamente entrar em vigor. A Unidade passa atualmente (final do segundo semestre de 2022) por um período de transição, onde a gestão atual considera que a vinculação da UMMA diretamente à Reitoria, tal como se deu originalmente no momento de sua criação, em 17 de fevereiro de 2017, seja fundamental para o fortalecimento de sua identidade.

Para finalizar, retoma-se os objetivos específicos propostos para esta pesquisa, sendo que os levantamentos de dados via formulário e a pesquisa documental permitiram identificar e caracterizar a memória institucional da UFSCar a partir de suas coleções históricas e permanentes, dispersas pela UFSCar, e na sequência organizá-las em categorias temáticas especificando-as por níveis de descrição, de forma a considerar todos os aspectos relacionados à história da Universidade.

No que tange ao objetivo de propor ferramentas que possam auxiliar a continuidade do trabalho de registro da salvaguarda e na preservação de memória institucional podem ser considerados o próprio Repositório, o Pergamum, a promoção de eventos, exposições e outros, em parcerias com outras unidade e instituições.

Foi produzido um documentário acerca da criação da Universidade e também em homenagem ao professor Sérgio Mascarenhas, mas o ponto principal e relevante é a proposta de continuidade dos trabalhos em história oral partindo das entrevistas com servidores e alunos, principalmente, resgatando assim a história dos cursos, departamentos e especialmente das próprias pessoas que ajudaram a construir a história da UFSCar.

Dessa forma, o objetivo de produzir documentários que evidenciem a história da UFSCar dando visibilidade tanto aos acontecimentos quanto às pessoas que ajudaram a construir sua história e suas memórias, também, foi contemplado.

Um dos maiores desafios continua sendo a infraestrutura, recursos, pessoal com formação técnica e especialistas.

Assim, a presente pesquisa é, também, uma tentativa de redefinição da própria imagem institucional a partir da recuperação de sua história. Então, o estabelecimento de uma política efetiva de preservação da memória e patrimônio institucional da UFSCar com envolvimento da comunidade na sua construção, certamente, trará impactos positivos no sentido da UMMA poder atender os anseios da comunidade como um todo.

Desse modo, a partir desta pesquisa foi possível ter um panorama geral do acervo de memória institucional tal como das coleções de memória dispersas pela Universidade e, principalmente, dos tipos de documentos que cada uma das dez categorias identificadas apresenta. Implantar uma política de memória na UFSCar é imprescindível para preservar a memória da Instituição, salvaguardá-la e, principalmente, fortalecer sua identidade. A recuperação da memória institucional pelos servidores é igualmente importante para a comunidade e como forma de valorização de todos os anos de dedicação daqueles que contribuíram para a construção da Universidade Federal de São Carlos.

REFERÊNCIAS

AGACHE, A. **A cidade do Rio de Janeiro: extensão-remodelação-embelezamento**. Paris: Foyer Bréillien, 1930. Disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br>. Acesso em 08 jul. 2022.

ALBERTI, V. **Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

ANDRADE JUNIOR, N. V. Patrimônio arquitetônico. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 3, p. 39-41.

ANDRADE, C. R. M. Prefácio. In: PINTO, G. A.; BUFFA, E. (orgs.). **Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 9-14

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital**, v. 15, n. 1, p. 207-223, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1356>. Acesso em: 23 out. 2020.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **TransInformação**, Campinas: PUC, v. 16, n. 12, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://doaj.org/article/b4a8993aca6447f08e34198454ceea79?gathStatlcon=true>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ARAUJO, J. M. G. A coleção especial como patrimônio bibliográfico no Brasil: uma abordagem conceitual. **Memória e Informação**, v. 4, n. 2, p. 75-97, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.memoriaeinformacao.casarui Barbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/132>. Acesso em: 24 fev. 2022.

ATLÉTICA UFSCAR. **Associação Atlética Acadêmica da UFSCar**. 2022. Disponível em: <https://atleticaufscar.wixsite.com/atleticaufscar/tusca>. Acesso em: 10 out. 2022.

BACKX, I. Patrimônio Arqueológico. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 2, p. 35-37.

BALANDIER, G. **Antropo-logiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

BALDRIGE, J. V. Organizational characteristics of colleges and universities. In: BALDRIGE, J. V.; DEAL, T. **The dynamics of organizational change in education**. California: McCutchan, 1983.

BARRETO, A. M.; BARREIRA, M. I. J. S. **Fragmentos de preciosa memória: Esmeralda Aragão e a Biblioteconomia na Bahia**. Salvador: EdUFBA, 2009.

BARROS, J. D. A. Fontes históricas: uma introdução aos seus usos historiográficos. **Histórias e Parcerias**: Anpuh, 2019.

BAUMGARTEN, M. **Conhecimento e sustentabilidade**: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS: Sulina, 2008.

BERCHEM, T. A missão da universidade na formação e no desenvolvimento culturais: a diversidade no seio da universidade. **Educação Brasileira**, Brasília: ANPED, v. 13, p. 81-90, ago./dez. 1991.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Memória do mundo**. 2022. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/explore/memoria-mundo>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BIRNHAUM, R. **How colleges work**. San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

BOCCATO, V. R. C. **Planejamento da pesquisa**: o projeto como estratégia de construção do conhecimento científico. São Carlos: Departamento de Ciência da Informação, 2007. 80 f. Notas de aula. Apresentação em Power Point.

BOLTSHAUSER, J. **História da Arquitetura**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UMG, 1963.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRAGA, C.; SUAREZ, M. Teoria Ator-Rede: novas perspectivas e contribuições para os estudos de consumo. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro: FGV EBAPE, v. 16, n. 2, p. 218-231, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395164275>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. **Denomina Patrimônio Cultural Brasileiro**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 27 dez. 2020.

BRASIL. Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 1937.

CALLON, M. The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle. In: CALLON, M.; RIP, A.; LAW, J. (Eds.). **Mapping the dynamics of science and technology**: Sociology of Science in the Real World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1986. p. 19-34.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, A. M. A.; GOULART, S. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, C. R. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. **Revista CPDOC 30 anos**, Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARVALHO, A. B. P.; BEM, J. S.; CADEMARTORI, C. V. Reserva biológica estadual mata paludosa: paisagem, memória e patrimônio natural. **Confluências Culturais**, Joinville: Univille, v. 8, n. 3, p. 10-34, dez. 2019. Disponível em: 10.21726/rccult.v8i3.835. Acesso em: 03 set. 2022.

CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Carvalho, A.; Meneguello, C. (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades da academia à política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CAVALHEIRO, M. E. As contribuições dos estudos sobre memória e história oral no mundo acadêmico e na sociedade. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo: FEEVALE, v. 1, p. 33-44, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rp.vli0.565>. Acesso em: 22 out. 2020.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. Coleção Cultura é o quê? Salvador, 2007.

CHUVA, M. SPHAN/IPHAN. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 5, p. 91-93.

CORAIOLA, D. M.; SUDDABY, R.; FOSTER, W. M. Mnemonic capabilities: collective memory as a dynamic capability. **RAE**, São Paulo: FGV EAESP, v. 57, n. 3, p. 258-263, maio/jun. 2017. Disponível em: <http://dx-doi.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1590/S0034-759020170306>. Acesso em: 05 nov. 2020.

COSTA, E. A. Arquivos do patrimônio. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 2, p. 113-115.

COSTA, I. T. M. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, L. C. N.; SERRES, J. C. P. Paisagem cultural: novas leituras do patrimônio cultural? In: **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL**,

PATRIMÔNIO E PROJETO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 3. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG/IEDS, 2014. CD-ROM.

COSTA, L. S. F. **Esboço do organograma da UMMA**. Figura. 2017

CUENCA-LÓPEZ, J. M.; MOLINA-PUCHE, S. Y.; MARTÍN-CÁCERES, M. J. Identidad, ciudadanía y patrimonio. Análisis comparativo de su tratamiento didáctico en museos de Estados Unidos y España. **Arbor**, Espanha: CSIC, v. 194, n. 788, p. 1-13, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/arbor.2018.788n2007>. Acesso em: 12 set. 2019.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, Nova York: Academy of Management, v. 14, n. 4, p. 532-550, out. 1989. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/258557?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: abr. 2019.

ELHAJJI, M; ESCUDERO, C. Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva. **Revista Observatório**, Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, v. 2, n. 5, p. 334-363, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p334>. Acesso em: 10 out. 2020.

ESTADÃO. **De novo em foco o problema da Univ. Federal: reunião**. 10 out., 1963, p. 12.

ETCHEVERRY, C. M. Notas sobre uma história da fotografia na América Latina. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. 44, n. 1, p. 169-172, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.1.27717>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FERREIRA, L. S. **Centralização e descentralização das bibliotecas universitárias brasileiras**. 1976. 236 p. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1976.

FGV-CPDOC. **A era Vargas dos anos 20 a 1945: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em 01 fev. 2021.

FIORUCCI, R. História oral, memória, história. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, v. 4, n. 8, p. 1-17, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/43>. Acesso em: 20 out. 2020.

- FUJINO, A. **Serviços de informação tecnológica para empresa industrial:** subsídios para planejamento a partir de estudo de usuários. 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GALINDO, M.; MALTA, A. O. L. A impermanência da memória. In: MANINI, M. P.; OLIVEIRA, E. B.; GOMES, A. L. A. (orgs.). **Imagem, informação e memória:** abordagens acerca da preservação do audiovisual, do cinema e da fotografia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 147-159.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GOODY, J. **The domestication of the savage mind.** Londres: Cambridge University Press, 1977.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centuro, 2013. Resenha de: SILVA, G. F. A memória coletiva. **Aedos**, Porto Alegre: UFRGS, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/59252/38241>. Acesso em: 09 jan. 2021.
- HALL, R. **Organizações:** estrutura e processos. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1984.
- HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing sustainable development:** principles in practice. Winnipeg: IISD, 1997.
- HARRES, M. M. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **17 de agosto:** dia do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/901/17-de-agosto-dia-do-patrimonio-historico-artistico-e-cultural>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **80 anos preservando o patrimônio cultural brasileiro.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4401/cerimonia-do-premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-celebra-80-anos-do-iphan>. Acesso em: 08 out. 2022.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. **El paisaje del hombre:** la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1995.
- JOUTARD, P. **La légende des camisards:** une sensibilité au passé. Paris: Gallimard, 1970.
- KERN, M. L. B. Tradição e modernidade: a imagem e a questão da representação. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 7-22, dez. 2005.

KIYOTANI, I. O conceito de paisagem no tempo. **Geosul**, Florianópolis: UFSC, v. 29, n. 57, p. 27-42, jan.-jun. 2014.

KNAUSS, P. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v.8, n.12, p. 97-115, jan-jun, 2006.

KOSSOY, B. **Origens e expansão da fotografia no Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

_____. **Fotografia e história**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LACERDA, R. Participação e património cultural imaterial: o estudo de caso de “Tava, lugar de referência para o povo Guarani”. **Comunicação e sociedade**, Portugal: CECS, v. 36, p. 143-162, dez. 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2349](https://doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2349). Acesso em: 05 out. 2022.

LANA, R. C. **Estado, reforma e autonomia universitária: UFSCar 1988-2002**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 286p.

LATOUR, B. Mixing humans and nonhumans together: the sociology of a door-closer. **Social Problems**, v. 35, n.3, p. 298-310, 1988.

LAW, J. The structure of sociotechnical engineering: a review of the new sociology of technology. **The Sociological Review**, v. 35, n. 2, p. 404-425, 1987.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. Título original: Histoire et mémoire.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**. Paris: Michel, 1964-1965. Trad. port. Lisboa: Edições 70, 1981-1983.

LUCAS, S. M. M. A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural na contemporaneidade. **Instituto Cultural Cidade Viva**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/preservaropassado.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MACIEL, A. C. Patrimônio audiovisual. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 7, p. 135-137.

MARTINEZ, A. **Democracia audiovisual: uma proposta de articulação regional para o desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras; Instituto Pensarte, 2005.

MARTINS, A. V. **Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964: mediação do passado em especiais do jornalismo digital**. 2017. Tese (Doutorado

em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MAXIMIANO, L. A. **Classificação de paisagens no norte de Campo Largo – Paraná, segundo sua condição socioambiental**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RAEGA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Brique de Lemos, 1999.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES, L. C.; CASIMIRO, A. P. B. S. A faculdade de formação de professores em Vitória da Conquista – BA à luz da memória coletiva institucional. **RBBA**, Vitória da Conquista: UESB, v. 4, n. 1, p. 89-100, jul. 2015. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba>. Acesso em: 02 set. 2020.

MONTEIRO, C. A pesquisa em história e fotografia no Brasil: notas bibliográficas. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p. 169-185, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7965>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MORALES, J. E. M. La preservación del patrimonio audiovisual: funciones de la filмотeca. **Revista PH**, Andalucía: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 56, p. 60-66, dez. 2005. Disponível em: <https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/issue/view/56>. Acesso em: 03 set. 2022.

MORETTI, D. P. **Dos currais da Trancham à “pequena notável”**: interesses, oposições e utopias nos primeiros tempos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

MOURÃO, N. M.; OLIVEIRA, A. C. C. Memória coletiva e objetos biográficos: estudo dos oratórios em Minas Gerais/Brasil do período colonial. **RELACult**, Foz do Iguaçu: CLAEC, v. 5, n. 1572, p. 1-11, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1572>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOUZELIS, N. **Organization y burocracia: una analise**. Barcelona: Artes Gráficas, 1975.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S.N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.3, p.65-82, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

NATIVA, N.; REIS, A. S. Informação, patrimônio e memória institucional: a experiência do curso de especialização em cultura e arte barroca em Ouro Preto. **Biblionline**, João Pessoa: UFPB, v. 13, n. 1, p. 142-155, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio>. Acesso em: 21 jan. 2021.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina: UEL, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014. Disponível em: 10.5433/1984-3356.2014v7n14p45. Acesso em: 05 jan. 2021.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OGDEN, Shereilyn. **Caderno técnico: meio ambiente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/08/14_17.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

OLIVEIRA, A. M. S. O. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista**. 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm. Acesso em: abr. 2022.

OLIVEIRA, A. T. P. **As histórias em quadrinhos e o incentivo à leitura em bibliotecas escolares: uma perspectiva Bakhtiniana**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

OLIVEIRA, C. M. B.; REIS, L. L. O acervo de Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFSCar. In: CEPÊDA, V. A.; MAZUCATO, T. (orgs.). **Florestan Fernandes, 20 anos depois: um exercício de memória**. São Carlos: Ideias intelectuais e instituições, 2015. p. 177-198.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

PALACIOS, M. Cultura e memória: fases e escalas dos estudos de memória e o desafio do antropoceno. **Observatório**, Palmas: UFT; Tupã: UNESP, v. 5, n. 4, p. 749-770, jul./set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p749>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PELEGRINI, S. C. A. Historicidades locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material. In: PRIORI, A. (org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009. cap. 6, p. 77-88.

PELEGRINI, S. Patrimônio imaterial. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 11, p. 71-73.

PINTO, C. B. Museu, comunidade e patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso – o museu da Terra de Miranda. **Midas** [Online], v. 2, p. 1-18, abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.210>. Acesso em: 05 out. 2022.

POLLAK, M. **Memoria, olvido, silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límites. Tradução: Christian Gebauer, Renata Oliveira Rufino, Mariana Tello. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

PORFÍRIO, F. **Patrimônio histórico cultural**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>. Acesso em: 04 fev. 2021.

POSSAMAI, Z. Patrimônio e acervos. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 5, p. 47-49.

POUGET, F. M. C. Patrimônio geológico. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 26, p. 219-221.

PPGCTS. Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Linhas de pesquisa**: dimensões sociais da ciência e tecnologia. Disponível em: <http://www.ppgcts.ufscar.br/linhas-de-pesquisa/linha-01>. Acesso em: 31 ago. 2019.

PRADO, S. **Memória científica e institucional**: contribuições conceituais para a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

PRADO FILHO, K. P.; TETI, M. M. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, jan./jun. 2013, p. 45-59. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i38.2471>. Acesso em: 02 ago. 2022.

RAMALHO, C. M. B. O acervo de Florestan Fernandes como lugar de memória. In: RODRIGUES, J.; TOLEDO, E. (orgs.). **Florestan Fernandes**: 100 anos de um pensador brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. Cap. 5, p. 133-153.

REIS, B. M. C. **De la dictadura a la democracia**: recuerdos y olvidos de la transición política española - medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

REPOSITÓRIO institucional – **sobre o RI UFSCar**. São Carlos, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufscar.br/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. cap. 1, p. 31-33.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Título original: La mémoire, l'histoire, l'oubli.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>. Acesso em: 10 mai. 2019.

ROVAI, M. G. O. Tradição oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas na Comunidade de Canárias, Maranhão. **Resgate**, Campinas: UNICAMP, v. 21, n. 25-26, p. 7-16, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/resgate.v21i25/26.8645748>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SALADINO, A. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 26/27, n. 2, p. 40-58, 2013/2014. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SALES, R. **UFSCar é premiada em torneio cultural entre universidades**. 2017. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/data/clipping/imagens/44984_00.jpg. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, A. D.; LIMA, M. L. Curso de Biblioteconomia da Ufal: uma trilha sobre sua memória histórica. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió: UFAL, v. 1, n. 1, p. 64-77, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/index>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHLICHTA, C. A. B. D. A noção de leitura aplicada à iconografia: problemas de interpretação. In: Colóquio CBHA. 2004. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CBHA, 2004. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/anais2004.html>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SCHMIDT, M. L. S.; Mahfoud, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo: USP, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, jan. 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Labur, 2008.

SGUISSARDI, V. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar**. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: EdUFSCar, 1993.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, M. C. A rede brasileira de coleções e museus universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. **CPC**, São Paulo: USP, v. 14, n. 27, p. 297-309, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p297-309>. Acesso em 05 dez. 2022.

SILVA, M. C. S. M. **Segurança de acervos culturais**. SILVA, M. C. S. M. (Org.). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

SILVA, R. Museus universitários ou museus em universidades?: uma breve análise comparativa entre o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Brasil), o Pitt Rivers da University of Oxford (Inglaterra) e o Museum of Anthropology da University of British Columbia (Canadá). **CPC**, São Paulo: USP, v. 16, n. 32, p. 9-35, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v16i32p9-35>. Acesso em 05 dez. 2022.

SMIT, J. W. Qual memória o audiovisual preserva?. In: MANINI, M. P.; OLIVEIRA, E. B.; GOMES, A. L. A. (orgs.). **Imagem, informação e memória: abordagens acerca da preservação do audiovisual, do cinema e da fotografia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 43-52.

SOUZA, I. L.; AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2017. Marília. **Anais...** Marília: ENANCIB, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/190. Acesso em: 08 jul. 2022.

SRINTER. **Secretaria Geral de Relações Internacionais**. 2022. Disponível em: <https://www.srinter.ufscar.br/pt-br/informacoes-uteis/jogos-universitarios>. Acesso em: 10 out. 2022.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

TURAZZI, M. I. **Iconografia e patrimônio: o catálogo da exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Diário da Reitoria**. 2021. Disponível em: <https://www.diariodareitoria.ufscar.br/ufscar-e-a-15a-melhor-universidade-da-america-latina-2/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12604401/pdi-ufscar-2005>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Processo de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA)**. Aprovado

pela Res. 870/ConsUni/2017, de 17 de fevereiro de 2017. São Carlos: Reitoria UFSCar 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Cronologia dos 50 anos da UFSCar 1970-2020**. São Carlos, SP: UFSCar, 2020.

VIÑAO, A. Memoria, patrimonio y educación. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 34, jan. /abr. 2011, p. 31-62.

ANEXO A - POLÍTICA INTEGRADA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

O texto abaixo é uma proposta elaborada por um Grupo de Trabalho formado por representantes da Coordenadoria de Comunicação Social, Biblioteca Comunitária e por alguns docentes do Departamento de Ciência da Informação. Essa proposta foi encaminhada para a Comissão instaurada pela Portaria GR 294/09, que deve avaliar seu teor e encaminhar para aprovação do Conselho Universitário (ConsUni).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar

Portaria nº 294/09

Estabelece a Política de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual como resultado de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UFSCar;

CONSIDERANDO a necessidade de democratizar o conhecimento e permitir o acesso aberto às informações, a fim de contribuir para maior visibilidade da UFSCar;

CONSIDERANDO a necessidade de legitimar a produção intelectual, ampliando a interação entre os grupos de pesquisa da UFSCar com seus pares nacionais e internacionais, a fim de incentivar a produção do conhecimento;

CONSIDERANDO a necessidade de fornecer indicadores para otimizar a gestão de investimentos em ensino, pesquisa e extensão, tanto para captação de recursos como para identificação de novas áreas;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar e manter um sistema de comunicação pública da Ciência e Tecnologia desenvolvida na UFSCar;

CONSIDERANDO a importância da preservação e difusão da memória histórica tanto da UFSCar como da própria região e do país; e

RECONHECENDO a importância de implementar ações que garantam o registro e a disseminação da produção intelectual da UFSCar;

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar.

Art. 2º – Implantar o Sistema Integrado de Gestão da Informação, Comunicação e Memória (SIICOM) da UFSCar.

§ 1º – O SIICOM é constituído pelas unidades gestoras de Informação, Comunicação e Memória e tem como premissa a constituição de um espaço de atuação integrada para gestão dos recursos e infraestrutura da Universidade de forma a obter efetivos processos e fluxos de produção, disseminação e memória.

CAPÍTULO III**DA POLÍTICA DE MEMÓRIA**

Art. 52º - Na UFSCar, a preservação da memória institucional, regional e nacional é entendida como uma ação transversal que permeia todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, fortalecendo o compromisso social da Instituição.

Parágrafo único – É obrigação de toda unidade da UFSCar manter organizada, preservada com possibilidade de acesso toda a documentação gerada em seu âmbito de atuação.

Art. 53 – A UFSCar reconhece a definição do CONARQ para gestão documental e aponta como objetivo dessa ação a promoção da transparência administrativa, eficácia no auxílio decisório, rapidez no acesso a informações, redução na massa documental destituída de valor probatório, padronização da documentação e racionalização de custos.

§ 1º – Recursos de Informática devem ser utilizados para gestão documental de forma a obter a eficácia destas ferramentas conjugadas, possibilitando a implementação dos objetivos de que trata este artigo na fase de produção, tramitação, uso e destinação final dos documentos.

§ 2º – A SIn deve prever, no desenvolvimento de sistemas, todos os aspectos necessários para efetiva gestão de documentos da Universidade, prevendo adequados ciclos da produção ao uso, fluxos de circulação internos e externos de dados.

§ 3º – Sempre que possível, deve haver a integração de sistemas de forma que não haja duplicação de informações, sejam estabelecidos adequados fluxos de informação e a Instituição possa obter indicadores e estatísticas para auxílio na gestão administrativa.

Art. 54º - É responsabilidade da administração central da Universidade prover as condições institucionais para a manutenção e preservação dos acervos históricos, do Sistema de Bibliotecas e de outros acervos de unidades acadêmicas e administrativas.

Art. 55 – Visando aprimorar esta Política, fica instituída Comissão Provisória de Memória da UFSCar.

§ 1º - A Comissão Provisória será formada por representantes de XX, indicados pela Administração Superior.

§ 2º – São atribuições da Comissão que trata este artigo:

Propor os termos para criação do Sistema de Arquivos da UFSCar;

II. Propor normas administrativas para tratamento documental, desde a geração do documento até sua eliminação, com padrões determinados dos campos necessários para um registro completo e eficaz, assim como os procedimentos estabelecidos pela Arquivologia Moderna, determinados pelas três idades do documento, ou seja, arquivo corrente, arquivo intermediário, arquivo permanente e armazenagem devida;

III. Propor Manual Técnico com Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo, com objetivo de possibilitar o planejamento de estratégias de guarda e de preservação de documentos de arquivo, de acordo com sua temporalidade e destinação;

IV. Propor condições de organização integrada, guarda e acesso público às coleções de objetos artísticos e de valor histórico de posse da UFSCar;

V. Orientar como deve ocorrer a formação de acervos, coleções físicas ou digitais – inclusive às próprias da Educação a Distância – e a aquisição por compra, doação ou permuta;

VI. Estabelecer critérios para o recebimento de coleções, de valor histórico, por meio de doação;

VII. Conceber a constituição dos arquivos institucionais por meio de Tabela de temporalidade e outros instrumentos específicos da Arquivologia;

VIII. Propor diretrizes específicas para formação e manutenção de fundos, coleções e acervos fotográficos e de outros registros de natureza audiovisual;

IX. Propor mecanismos de avaliação e descarte documental, dos diferentes tipos de coleção, considerados os critérios para avaliação em relação à raridade, à importância local e regional dos objetos (artísticos ou não) e documentos, bem como seu valor para o patrimônio arquitetônico, arqueológico e paisagístico (natural e antrópico);

X. Indicar critérios e sistemas de curadoria para as coleções formadas por obras de artes e outras de valor para o patrimônio cultural da Universidade;

XI. Indicar as diretrizes para criação de Fundos, sistemas de classificação documental, de catalogação, inventário etc.;

XII. Estabelecer critérios para a digitalização, automação e difusão das coleções digitais dos objetos históricos da UFSCar;

XIII. Apresentar indicadores para a integração dos sistemas de bibliotecas, arquivos, museus, etc.;

XIV. Debater sobre a digitalização e necessidade de uso mais eficiente de espaço, julgando a necessidade de manutenção de formato original de certas informações, bem como o acompanhamento das mudanças tecnológicas em relação às mídias ou suporte;

XV. Debater sobre a disseminação de informações, a restrição de dados de natureza especial e a proteção da privacidade pessoal e institucional desde que respeitada a legislação e os tratados nacionais e internacionais;

XVI. Apresentar para administração superior as necessidades de contratação de pessoal especializado para plena e adequada condução desta política, bem como das necessidades de capacitação contínua dos profissionais envolvidos com às atividades de informação e memória da UFSCar;

XVII. Refletir sobre outros temas envolvidos com esta Política de Memória, em especial a liberdade e equidade de acesso aos repositórios, acervos, coleções e espaços de memória; os direitos autorais; as prioridades de disseminação; responsabilidades de preservação e disseminação, entre outros que julgados pertinentes neste âmbito.

Art. 56º – O planejamento, construção, adaptação e reforma de espaços físicos para armazenagem de documentos e outros objetos relacionados à memória da UFSCar devem seguir os preceitos específicos e técnicos do CONARQ, especificamente as Recomendações para a Construção de Arquivos.

Art. 57º – Fica prevista nesta Política, assim que houverem as condições necessárias para tal, a criação de um Centro de Memória da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e aplicação de políticas de preservação da memória institucional

Parágrafo único – Serão responsabilidades do Centro de Memória da UFSCar:

I. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar;

II. Desenvolver ações voltadas ao letramento informacional e a educação patrimonial;

III. Explicitar as inter-relações entre os atores no que diz respeito aos ciclos e fluxos do conhecimento, informação e dados, bem como dos documentos;

IV. Criar ações para demonstrar a importância da preservação da memória tanto material como imaterial da UFSCar;

V. Executar as diretrizes desta política para produção, aquisição, processamento, armazenamento, disseminação e preservação do conhecimento, informação e dados no âmbito da UFSCar;

VI. Produzir e preservar a informação para necessidades específicas;

VII. Colaborar para o pleno funcionamento das unidades já estabelecidas no sentido de garantir a organização e a difusão dos acervos já existentes e de outros a serem incorporados;

VIII. Apoiar as Bibliotecas, os arquivos e as coleções museológicas e demais espaços de informação e memória presentes nos campi das UFSCar para promover o valor da informação como um bem social, pelo qual os integrantes de uma sociedade e comunidade compartilham uma base informacional em comum.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58º – A implementação desta Política deve ser acompanhada por uma Comissão Permanente, nomeada pelo Reitor, por um período de 4 (quatro) anos, que poderá se reunir a qualquer tempo em virtude de necessidades específicas.

Parágrafo único – Esta Política deve ser revista num prazo máximo de 4 (quatro) anos.

Art. 59º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO B – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA UMMA

Este texto consta do Processo no. 3741/2016-56 tramitado entre a SPDI, Gabinete da Reitoria e ConsUni no período entre 2016 e 2017.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Neste texto explicita-se a urgente necessidade de criação de um espaço que o se convencionou, neste momento, de Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo da UFSCar (UMMA), com a finalidade de garantir o registro, a guarda, a organização e o acesso da memória científica, acadêmica, extensionista e administrativa, bem como o patrimônio cultural da UFSCar. Tal Unidade terá como foco a promoção da identificação, coleta e reunião de coleções, sua sistematização e preservação, resultando em na geração de fontes informativas e na difusão da memória garantindo, assim, o acesso democrático, tanto da comunidade interna, quanto externa à informação acumulada na UFSCar, ao longo de seus quase inocenta anos de existência.

De acordo com Chauí (1995) os espaços que visam à formação (como escolas, cursos, seminários e etc.), à informação (como bibliotecas, centros de documentação, arquivos históricos e museus), à reflexão crítica (memória oral, memória social e política) e ao lazer e à solidariedade social (como eventos de música e dança, exposições, dentre outros), tornando visível as criações e os sujeitos culturais do cotidiano (além dos criadores de obras de arte e de pensamento), garantindo o acesso da população aos bens culturais e à criação cultural, ampliação, assim, as atividades de extensão universitária. A existência de *lócus*, dessa natureza, para abrigar e disponibilizar diferentes coleções cumpre um importante papel, pois Chauí (1995, p. 84) deve-se dar “[...]ênfase ao caráter expressivo, experimental e diversificado da criação cultural como trabalho [...] expandir a rede de serviços culturais que [...] às camadas populares, o acesso à informação e às formas mais avançadas da produção cultural. Permitindo, ainda, à ampliação do sentido da cultura, com a criação de espaços de encontro de pessoas para discussões, troca de experiências e apropriação de conhecimentos artísticos, científico e técnicos.

Segundo Bellotto (1991) um traço comum entre as unidades de informação, ou seja: “Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus é que elas têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico”. Para Chauí (1995, p. 71) seria desejável que “os servidores públicos se considerassem cidadãos a serviço de outros cidadãos, em lugar de funcionários do aparelho estatal [...] tratava-se de quebrar o poderio burocrático, fundado na hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina).

Nesse sentido, a Universidade tem um papel importante ao contribuir para a garantia de acesso e de fruição dos bens culturais gratuitos por meio dos serviços públicos de cultura (bibliotecas, arquivos históricos, cursos, oficinas, seminários, além de espetáculos teatrais e cinematográficos, gratuidade das exposições de artes plásticas, que inclua trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares, publicação de livros e revistas dentre outros etc.), potencializando “[...] o direito à informação, sem a qual não há vida democrática” (CHAUÍ, 1995, 82).

A partir do entendimento de (CHAUÍ, 1995) cultura resulta “[...] do trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais.

Do ponto de vista administrativo, tratava-se de fazer com que os servidores públicos se considerassem cidadãos a serviço de outros cidadãos, em lugar de funcionários do aparelho estatal. Em outras palavras, tratava-se de quebrar o poderio burocrático, fundado na hierarquia, no segredo do cargo e na rotina, isto é, em práticas antidemocráticas, uma vez que a democracia funda-se na igualdade (contra a hierarquia), no direito à informação (contra o segredo) e na invenção de novos direitos segundo novas circunstâncias (contra a rotina) (CHAUÍ, 1995, p. 71).

Barreto (1994, p.1), também contribui na perspectiva de se justificar a importância que tem a criação de uma unidade de informação no formato desta proposta quando diz que:

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. A importância que a informação assumiu na atualidade pós industrial recoloca para o pensamento questões sobre a sua natureza, seu conceito e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive.

Em se tratando da preservação da memória institucional, deve-se contemplar: tanto os bens materiais, como os bens culturais ou os aspectos imateriais. Para tanto apresentam-se as possíveis contribuições do projeto intitulado “Memória imaterial da UFSCar: metodologia para o reconhecimento, identificação e descrição dos bens culturais”.

A memória ou seja o caráter imaterial o patrimônio histórico, tem como sujeito as comunidades, os indivíduos e os grupos e como foco o reconhecimento do seu patrimônio cultural. A transmissão entre gerações faz com que o patrimônio cultural imaterial seja transmitido e recriado pelas comunidades em razão do meio envolvente, da sua história e interação com a natureza.

Tais fatos conferem à comunidade os sentidos de identidade, pertencimento e continuidade, promovendo em seu meio o respeito à criatividade humana e a diversidade cultural.

No Brasil, na década de 80, com a promulgação da Constituinte em 1988, em seu artigo 216, define como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” A partir de então foram criados mecanismos por intermédio do Ministério da Cultura-MINC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para tratamento desse legado tão importante para a preservação da cultura humana.

As universidades públicas federais brasileiras, assim como a UFSCar vem, ao longo do tempo, demonstrando o seu reconhecimento da importância de desenvolver de ações que fortaleçam e consolidem a implementação de uma “Política integrada de comunicação, informação, cultura, arte e memória”, conforme explicita o “Objetivo 3” do Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), postado no Ministério da Educação (MEC), em vigor no período de 2013 a 2017). Também corroboram com esta temática as Metas 3.3 Implantar o Repositório Institucional, cujo modelo proposto pela UFSCar, prevê a disponibilização de documentos históricos da UFSCar, digitalizados. Essas ações contribuem, sobremaneira, para a concretização da Meta 10.1 - Consolidar a política de transparência no acesso à informação pública, na UFSCar.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS- MATERIAL E IMATERIAL - DA UFSCar

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional destina-se a identificar e proteger um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, tais como: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os das cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Segundo o IPHAN, são considerados tipos de patrimônio:

I as formas de expressão;

II os modos de criar, fazer e viver; I

II as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na UFSCar identificou-se alguns tipos de bens culturais de natureza material e imaterial, conforme apresentados nos Quadros 1 e 2, apresentados a seguir:

Quadro 1 - Exemplos de patrimônio cultural material na UFSCar

Tipo de patrimônio material:	Ocorrência:
Suporte e Sino da área sul	Objeto remanescente da antiga fazenda onde hoje encontra se instalada a UFSCar.
Prédio da Reitoria	Conjunto arquitetônico elaborado para atender a Administração Superior da UFSCar.

Prédio da antiga Biblioteca Central, atual prédio do CECH	Um dos primeiros prédios construídos na UFSCar.
Prédio da ProGPe	Residência do proprietário da antiga fazenda onde hoje encontra-se a área física da UFSCar.
Mobiliário antigo	Móveis produzidos na Seção de Marcenaria da UFSCar
Observatório astronômico da UFSCar	Projeto arquitetônico desenvolvido especialmente para a atividade de “observar” o universo.
Teses e Dissertações desenvolvidas na UFSCar.	Material bibliográfico que registra o conhecimento gerado na UFSCar.

Quadro 2 - Exemplos de patrimônio cultural imaterial na UFSCar

Tipo de patrimônio imaterial:	Ocorrência:
Celebrações, práticas sociais, rituais e atos festivos	TUSCA – Taça Universitária São Carlos; Concerto de Natal; Universidade aberta;
Formas de expressão	Slogans como: “UFSCar: a pequena notável”; Slogans em comemoração a cada quinquênio da fundação da UFSCar: “O conhecimento como compromisso”; Qualidade e ousadia”; “Construindo conhecimento e cidadania”; “35 anos de interação com a sociedade”; “UFSCar – Presente para o futuro”
Modos de criar e fazer	Práticas de ensino diferenciada; ACIEPEs, Orquestra Experimental.
Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial	Expressão “BIXO”; Gritos de guerra na calourada
Expressões artísticas	Grafitagem no Palquinho; Bateria da UFSCar
Conhecimentos e práticas relacionados à natureza, lugares e ao universo	Trilha da natureza; Observatório astronômico da UFSCar; Dia do cerrado; Visita ao Pôr do Sol.
Técnicas artesanais tradicionais	Marcenaria da UFSCar
História oral	Relatos de histórias e acontecimentos sobre pessoas e suas relações com a UFSCar; Entrevistas com os Gestores da UFSCar.

No que se refere a implantação do Repositório Institucional, caso da UFSCar, foi concebido de forma a abranger também materiais relacionados à história e à memória institucional.

Um repositório institucional (RI) pode ser definido como um conjunto de serviços a serem oferecidos pela Universidade para a gestão e disseminação de materiais criados pela Instituição e sua comunidade (docentes, discentes e técnico-administrativos). Nele podem ser

e incluídos documentos acadêmicos – como artigos, materiais didáticos etc. – administrativos e, também, materiais relacionados à história e à memória institucional. A constituição de um Grupo de Trabalho, constituído pela portaria GR no constituído pela Portaria GR 1137/15, de 13/02/2015, reconduzido pela Portaria GR 1370/15, de 29/07/2015, com a finalidade de elaborar proposta de “Projeto de Repositório Institucional da UFSCar”. A constituição possibilitou a realização de estudos, de elaboração de proposta e de política de funcionamento que resultou na do Repositório da UFSCar implantação (em andamento). Nesse momento, além da Política para o RI houve, também, a proposição de modelos para a sua governança, com constituição de uma Comissão Assessora de Memória.

2.1 Bem cultural material: diversidade do acervo institucional da UFSCar

Em recente levantamento intitulado “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar” apresentado e aprovado no “Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão com Temática Específica sobre a Memória da Universidade em Comemoração aos 45 anos da UFSCar em 2015”, lançado pela Pró-Reitoria de Extensão e coordenado pela Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa, com o auxílio da bolsista Ana Tereza de Pádua Oliveira, pode-se observar uma gama muito diversificada de registros de informação sobre os bens culturais de natureza material, dispersos pelas UFSCar, em São Carlos.

Partindo-se dos preceitos da teoria arquivística onde se tem o agrupamento dos documentos pelo critério de gênero documental, pode-se afirmar que a UFSCar conta com um rico acervo formado por coleções muito diversas de grande valor. Esse acervo, a saber: documento audiovisual (slides, fitas cassete, fitas VHS), bibliográfico de cunho histórico, arquivísticos, cartográfico (mapas), cinematográfico (filmes), documento iconográfico (gravuras, cartazes, folders), micrográfico (microfichas) e textual (relatórios, cartas, etc.). Conta também com coleções museológica, originárias das práticas científicas (objetos de laboratório), tecnológicas (equipamentos e acessórios), de expressões artísticas (mosaicos em pedra de Clemência Pecorari Pizzigatte), além de significativo acervo fotográfico e outras expressões artísticas e culturais. A UFSCar conta também com troféus, junto ao Departamento de Esportes, conquistados por desportistas renomados como “João do Pulo” e “Nando Reis” e equipes de esportes da UFSCar, entre outros.

Alguns espaços de arquivo e memória já foram institucionalizados como o Arquivo Ana Lagoa que conta com uma grande quantidade de documentos, de produção externa, doados a UFSCar, por exemplo, documentos da história política do Brasil, relativos a temas como Forças Armadas, Ditadura Militar. A Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) detém várias coleções desde livros e periódicos, em especial de literatura e educação, além de objetos museológicos relacionados à África, como a Coleção Thereza Santos, cedida UFSCar, por intermédio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB). Trata-se de belíssimas peças da cultura africana que representam entidades e personagens de sua história. A UEIM reúne, também, o arquivo administrativo e histórico do CECH e uma parcela significativa de documentos históricos da UFSCar, como fotos antigas e outro, bem como reúne documentos históricos da cidade de São Carlos e região. Essas unidades estão vinculadas ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH).

Outro *locus* institucionalizado é o Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais (DeCORE), vinculado a Biblioteca Comunitária (BCo), campus São Carlos, contendo coleções de obras especiais e dentre elas A Biblioteca e Museu e Arquivo pessoal do sociólogo Prof. Dr. Florestan Fernandes, que recebeu a denominação no projeto “Memória do Mundo” da UNESCO/Arquivo Nacional no ano de 2009. O DeCORE conta com inúmeras obras especiais, primeiras edições autografadas de autores renomados como Carlos Drummond de Andrade, Ligia Fagundes Telles, Jorge Amado, entre outros.

Unidades acadêmicas, como laboratórios, departamentos e outros, vinculadas ao Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) contam com acervos e coleções importantes não institucionalizadas, tais como: unidades de pesquisas que deram origem a coleções de grande valor científico, como Borboletário, Herbário, não institucionalizados, como também as coleções de pedras, em especial, a coleção de fósseis, que necessita de espaço físico específico, tendo em vista o grande volume das peças, sua fragilidade e raridade. Vale lembrar que essa coleção registra a vida na pré-história o que contribui para o conhecimento do passado, agregando valor ao presente e registro para o futuro.

Como resultado do levantamento “Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar” registra-se, ainda, equipamentos pertencentes ao Departamento de Física (DeF), utilizados em feiras e eventos internos da UFSCar. São equipamentos específicos para experimentos físicos.

A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) também conta com as edições históricas da publicação como “Informando” e “Clipping” que registram o dia-a-dia da UFSCar, os movimentos estudantis, bem como os principais acontecimentos na instituição. Reúne também um grande número de fotografias as quais registram os principais eventos da UFSCar, como visitas de autoridades, inauguração de prédios, entre outros acontecimentos.

O Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi-UFSCar) foi instituído em 2014 pela Resolução CoAd 069/2014 e tem por finalidade desenvolver as políticas de gestão administrativa e informacional das bibliotecas da instituição, nos quatro campi – São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino - inclusive das suas coleções especiais.

Todas essas coleções estão surgindo das práticas de inventário, higienização, tombamento, descrição, inserção em base de dados e disponibilização para o público.

2.2 Patrimônios históricos imaterial

O patrimônio imaterial de cada instituição requer estudos e adoção de metodologias que permitam identificar, caracterizar, organizar e disponibilizar, de acordo com a pertinência, o patrimônio cultural imaterial da UFSCar.

Esse patrimônio tem como base as pessoas com suas memórias e referências, as celebrações e expressões culturais, entre outras. Tradicionalmente, o método adotado para registro do patrimônio imaterial são os depoimentos e histórias orais. Documentos como “Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN”, acrescidos de adequações necessárias à Instituição e à natureza dos bens patrimoniais, são essenciais para a prática de identificação e registros desses dos bens culturais da UFSCar.

3 OBJETIVOS

A institucionalização desses acervos e coleções em um lócus que se convencionou chamar de Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo na UFSCar (UMMA) está calcada no objetivo principal preservar a memória, a histórica sociocultural evidente no patrimônio – material e imaterial - da UFSCar, com os seguintes objetivos específicos:

- a) promover a integração de estudos e pesquisas inter multi e trans disciplinares visando desenvolver teorias e boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar;
- b) identificar e organizar os acervos, de natureza histórica, sejam eles bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos e museológicos e outros, produzidos pela UFSCar ao longo de sua história;
- c) promover um espaço de interação, convivência garantindo a comunidade, interna e externa, o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar

4 CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA INICIO DOS TRABALHOS

As condições para implantação da unidade em questão devem ser consideradas as suas diferentes etapas de implantação e as variáveis como equipe, espaço físico, financiamento e outras.

4.1 Formação de grupos de trabalho

O início das ações pode se dar com a criação de grupo e subgrupo de trabalho que se dedicam aos estudos e pesquisas multi/inter/transdisciplinar visando desenvolver teorias e boas práticas sobre temas de interesse tais como:

- ✓ estabelecimento de critérios para identificação do valor histórico das coleções e documentos;
- ✓ constituição de espaços e técnicas de conservação das diferentes coleções;
- ✓ desenvolvimento de metodologias para organização de coleções específicas como: bibliográficos, iconográficos, documentais, filmográficos, sonoros, cartográficos, museológicos entre outras;
- ✓ disponibilização dos acervos e coleções históricas, garantindo a interação, convivência e o acesso e a fruição dos bens culturais gerados pela UFSCar;
- ✓ promoção de espaços de formação;
- ✓ outras atividades pertinentes.

Dada a complexidade da temática e sub temáticas certamente será necessário compor vários grupos de Grupos de Trabalho (GTs) para desenvolver estudos para avançar nas bases teóricas e desenvolvimento de instrumentos e técnicas capazes de implantar a política de formação de e desenvolvimento de coleções no que tange ao processo de avaliação para instruir a aquisição por compra, o recebimento de doações, contratos de comodatos, recusa de coleções ou itens, orientações para desbaste e descarte, inclusive com a padronização da documentação que respalde atuação da Unidade quanto à vinculação e desvinculação de itens da coleção.

4.2 Espaço físico

A questão do espaço físico deve ser considerada em duas perspectivas: imediata e provisória e de médio prazo, adequando as necessidades.

A destinação de um espaço imediatamente, garantiria o desenvolvimento do objetivo a) que compreende a identificação e a promoção de estudos e pesquisas multi/inter/transdisciplinar visando desenvolver teorias e conhecimento de boas práticas para identificação, conservação, organização e disponibilização dos acervos e coleções históricas da UFSCar.

O espaço necessário em médio prazo seria único e apropriado todas essas coleções que se encontram dispersas, e em sua maioria, sem tratamento físico e acondicionamento adequado, sem pertencimento oficial à UFSCar, e ainda, invisível e inacessível e, portanto, desconhecida da comunidade interna e externa.

Os espaços que considerados vitais para o desenvolvimento das ações numa unidade como a que está sendo proposta seriam:

- ✓ Áreas de estudos e coordenação dos trabalhos de trabalho.
- ✓ Áreas para abastecimentos, preparação e guarda de coleções (almoxarifado, reserva técnica, etc.).
- ✓ Área de tratamento técnico dos acervos (bibliográfico, museológico, tridimensionais, etc.). ✓ Área para Recebimento/avaliação de material,
- ✓ captação de imagens e conversão de mídias;
- ✓ Área para formação e educação patrimonial (cursos de extensão e outras modalidades de formação)
- ✓ Áreas de apoio à pesquisa e à difusão cultural
- ✓ Área de convivência (com cafeteria, livraria, etc.)
- ✓ Área para realização de eventos culturais
- ✓ Área de Apoio à Pesquisa e à Difusão Cultural;
- ✓ Área de recepção, consulta e pesquisa
- Área para exposições temporárias e permanentes
- ✓ Área externa condizente para a realização de feiras, oficinas, exposições e atividades diversas ao ar livre.

4.3 Estabelecimento da política de Memória da UFSCar

Desde 2010, quando ocorreu o 1º Seminário de Informação, Comunicação e Memória da UFSCar, desde então muito se avançou sobre essa questão. Foi produzido um texto completo e submetido a avaliação de uma comissão, constituída por portaria GR, mas que não concluiu os trabalhos. No entanto, quando da elaboração da proposta de implantação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e do Repositório Institucional (RI) as partes relativas às políticas dessas unidades foram atualizadas e incorporadas nas propostas de criação SIBi, em 2014 e do RI e aprovada no ConsUni em 2016.

Na oportunidade de implantação da Unidade a proposta poderá ser revista e atualizada a parte que trata especificamente o texto do Capítulo III, que trata da “Política de Memória”, conforme texto do Anexo A.

4.4 Instituição de programa de voluntariado

A exemplo de instituições renomadas como a UNESCO, de âmbito mundial, eventos internacionais como as Olimpíadas 2016 no Brasil e nacionais como é o caso do Hospital Israelita Albert Einstein, os programas de voluntariado têm se tornado uma prática cada vez mais valorizada pelo seu alcance social.

No Hospital Albert Einstein, o programa de voluntariado teve seu início em 1955 com a criação do título de agradecimento pela forma como os judeus foram acolhidos no Brasil, posteriormente passou a atender a todos sem distinção de raça, cor, credo ou religião.

O referido Hospital conta com “uma incansável equipe de mais 500 pessoas faz do trabalho voluntário do Einstein uma referência em cidadania, responsabilidade social e amor ao próximo, levando esperança para quem precisa de atenção e conforto”.

São Carlos, cidade identificada como polo educacional, conta com uma população de jovens universitários e, principalmente, uma população bem formada e experiente que já cessaram suas atividades regulares, vinculada às instituições de ensino e pesquisa, com potencial interesse e disponibilidade para contribuir com um programa de voluntariado dessa natureza. Portanto, vislumbra-se tal prática na UFSCar, haja vista as considerações positivas do Hospital Albert Einstein sobre o tema cujo programa conta com homens e mulheres – de diferentes idades, classes sociais, religiões e formação profissional – comprometidos com a missão de promover na sociedade, com excelência de qualidade, a humanização, a transformação social e a geração de conhecimento, por meio do trabalho voluntário consciente e profissional.

Na UFSCar têm-se a diferenciação da forma de acesso tradicional do voluntariado por intermédio da valorização do indivíduo e das práticas de reconhecimento.

Para tanto, é desejável a criação de dispositivos de reconhecimento do trabalho voluntário, com contrapartidas que agregam valor à essa atividade que se inicia com um processo de seleção, por meio de Edital que explicitaria o esperado do candidato em termo de formação, habilidades profissionais e sociais e interesse. Estes cidadãos voluntários, contribuiriam em todas as etapas de desenvolvimento da unidade, desde a captação de recursos a até a disponibilização de produtos e serviços aos usuários finais e, assim, criando sustentabilidade para a continuidade do próprio programa. Assim, a oficialização deste programa na UFSCar, por um lado, agregaria valor às atividades específicas da Unidade em questão e para a Universidade e, por outro lado, bem como aos cidadãos voluntários e para a cidade e a sociedade, de modo geral.

4.5 Formas de financiamento

Um projeto dessa envergadura não sobrevive sem financiamento externo. Nesse sentido, visualiza-se algumas oportunidades para angariar recursos, tais como: projetos de extensão, a ser submetidos aos editais, projetos de pesquisa a ser submetidos a editais. Existem

também organismos nacionais e internacionais que são apoiadores de atividades voltadas para a preservação da história e da memória.

Outra modalidade promissora, porém ainda pouco usual em instituições públicas, é o Financiamento coletivo (*crowdfunding*). Trata-se de um conceito criado pelo empresário e entusiasta americano Michael Sullivan em 2006 com precedentes para arrecadação de fundos para filantropia que incluem iniciativas como Teleton, Criança Esperança, enchentes no Brasil em Santa Catarina (2008), Nordeste (2010) e Rio de Janeiro (2011).

O autor da primeira publicação no Brasil sobre esse tema, Vinicius Maximiliano, relata que essa é uma prática que utiliza as redes sociais para divulgação digital do seu projeto, que fica aberto para receber doações em troca de prêmios e outros incentivos. O valor rateado por milhares de doadores torna-se muito pouco para quem contribui e muito para quem recebe: esse é o princípio básico do *crowdfunding*. Modalidade esta, usada para descrever especificamente ações na Internet com o objetivo angariar recursos para ações de artes, cultura e outras de interesse coletivo como, por exemplo, jornalismo cidadão, pequenos negócios e *start-ups*, iniciativas de desenvolvimento de software livre e ajuda a causas de interesses coletivos de uma comunidade, cidade, regiões, país ou países.

No Brasil, as iniciativas bem sucedidas encontram-se nas esferas sociais. No entanto, o segmento de cultura e memória encontra-se, ainda, muito incipiente, prometendo sucesso para o futuro. Esses segmentos possuem características próprias, dependendo do país e sua legislação específica sobre o tema, sendo que todos os segmentos possuem referências mundiais e projetos bem sucedidos, em todas as áreas e tipos institucionais.

A título de registro, existe um doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), se propondo a estudar esta modalidade de financiamento de financiamento voltado para temas relacionados à cultura e a memória, adequado ao setor público, mais especificamente, para o Caso de universidades públicas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, sabe-se que esta não é uma tarefa fácil, envolve conhecimento multi/inter/transdisciplinar, apoio da alta gestão e envolvimento de um grupo grande de pessoas para garantir implantação, governança e sustentabilidade em longo prazo.

Entende que uma universidade não pode se furtar do seu compromisso social e de tornar o conhecimento, de diferente natureza, público ao alcance da sociedade. No caso da UFSCar, pela sua tradição extensionista esse movimento torna-se ainda mais significativo em função dos seus princípios de democratização do conhecimento gerado.

Como tem acontecido ao longo da sua existência, UFSCar tem se mostrado sempre propensa a inovação e sendo assim, acredita-se que ousaria a experimentar um programa diferenciado, um novo modo de financiamento, entre outros aspectos.

Para finalizar, enfatiza-se que esta proposta só pode ser escrita devido ao apoio recebido tanto da gestão superior da UFSCar, em especial da equipe do Gabinete do Reitor, em especial da Profa. Elizabeth Márcia Martucci, da Pró-Reitora de Extensão Profa. Claudia Maria Martinez e tantas outras pessoas que participaram de uma trajetória de construção ao longo dos últimos 5 anos.

Tais iniciativas surgiram em 2010, por iniciativa do primeiro grupo que idealizou o 1º Seminário de Informação e Memória, I SIM. Outra iniciativa relevante foi a criação da Comissão que elaborou o Plano de Cultura da UFSCar em 2015. Este Plano reuniu projetos para o desenvolvimento e fortalecimento da Arte e Cultura Brasileiras, com ênfase na inclusão social, respeito e reconhecimento da diversidade cultural, constituindo-se em fontes geradoras de ideias e explicitação de anseios da comunidade da UFSCar.

ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A implantação do Centro de Memória da UFSCar: criação de uma política de resgate e preservação da memória institucional

Pesquisador: CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15374919.7.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.682.477

Apresentação do Projeto:

Passados dez anos de discussões e esforço coletivos, em 2017 a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovou no Conselho Universitário a criação de uma Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico na UFSCar (UMMA) com o principal objetivo de formular políticas institucionais de resgate e preservação da memória da instituição além de identificar o valor histórico, salvaguardar e tornar acessível o patrimônio histórico material e imaterial da UFSCar. Uma campanha foi criada com o propósito de levantar contribuições para estabelecer uma política multicampi para a preservação das coleções históricas e a preservação da memória da UFSCar, dimensionar espaço físico adequado para receber as coleções, definir o perfil e as

competências necessárias das equipes de trabalho e reunir informações para elaboração de projetos e busca de financiamento. A criação de um canal de comunicação entre a UFSCar e a comunidade permite que as pessoas que fazem ou fizeram parte da sua trajetória possam compartilhar as suas memórias por meio de uma metodologia exploratória fazendo uso da história oral se valendo de entrevistas onde a comunidade dá o seu depoimento relatando sua trajetória na instituição. Uma análise parcial das contribuições dos respondentes tem possibilitado identificar não só a diversidade das coleções como também o seu dimensionamento. O resultado final permitirá, além de reunir e tornar acessível, tudo aquilo que se relaciona à história da UFSCar, nesse momento ganha maior relevância à medida em que se aproximam as comemorações dos seus 50 anos de funcionamento, em 2020.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral deste trabalho consiste em formular políticas institucionais de resgate e preservação da memória da Universidade até então inexistente na instituição no âmbito da implantação do Centro de Memória e Arquivo Histórico da UFSCar (UMMA) ao mesmo tempo em que se objetiva levantar e preservar este patrimônio envolvendo e conscientizando a comunidade da importância desta tarefa na construção da própria identidade institucional.

Objetivo Secundário:

- Fazer um levantamento das coleções de documentos acerca da história da UFSCar dispersos pela Universidade e fora dela;
- Realizar entrevistas de maneira a reconstruir a história da instituição a partir da história oral contada pela comunidade;
- Produzir uma série de documentários sobre a história da instituição;
- Levantar junto a outros Centros de Memória no Brasil e no exterior que políticas são utilizadas na preservação da memória institucional;
- Pensar tecnologias que possam auxiliar a continuidade deste trabalho de resgate e preservação de memória institucional. Os objetivos específicos deste projeto foram elaborados considerando -se a importância de se resgatar o cenário e aspectos da interação dos sujeitos/comunidade inseridos em um momento específico de espaço e tempo da instituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No momento da entrevista o entrevistado pode sentir cansaço ou indisposição física. O respondente também pode ficar emocionado ou mesmo sentir estresse ao relembrar e relatar fatos do passado. A qualquer momento o respondente pode interromper a entrevista caso não se sinta confortável.

Benefícios:

O maior benefício deste estudo a partir das entrevistas é que o respondente estará contribuindo de forma significativa para a (re)construção da memória institucional da Universidade a qual faz ou fez parte de maneira que a história da instituição não se perca. Poder dar um depoimento a respeito de suas experiências também é motivo de orgulho para os respondentes que em sua maioria tiveram uma relação de longa data com a instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi readequado.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Cronograma não foi apresentado em detalhes, no entanto, aponta que a coleta de dados será realizada agora em novembro.

Projeto Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1343550.pdf	03/10/2019 10:32:36		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_readequado.doc	03/10/2019 10:31:48	CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO	Aceito
Cronograma	Cronograma_pesquisa.docx	03/10/2019 10:31:25	CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_primeira_correcao.pdf	15/08/2019 11:21:51	CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	07/06/2019 17:28:34	CLAUDIA DE MORAES BARROS RAMALHO	Aceito
Outros	Roteiro_da_entrevista.docx	09/05/2019 12:03:50	CLAUDIA DE MORAES BARROS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	lista_de_verificacoes_baseada_na_resolucao_466_12_do_cns.pdf	09/05/2019 11:43:30	CLAUDIA DE MORAES BARROS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 04 de
Novembro de 2019

**Assinado por: Priscilla Hortense
(Coordenador(a))**